



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 41ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**08/11/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**41ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 08/11/2012.**

41ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 68/2012 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	11
2	MSF 71/2012 - Não Terminativo -	SEN. JARBAS VASCONCELOS	44
3	MSF 67/2012 - Não Terminativo -	SEN. MOZARILDO CAVALCANTI	98
4	MSF 72/2012 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	131
5	PLC 15/2011 - Não Terminativo -	SEN. RANDOLFE RODRIGUES	176
6	RQS 886/2012 - Não Terminativo -		183

7	RQS 893/2012 - Não Terminativo -		186
8	RQS 904/2012 - Não Terminativo -		188
9	RQS 905/2012 - Não Terminativo -		190
10	RQS 911/2012 - Não Terminativo -		192
11	RQS 921/2012 - Não Terminativo -		194
12	Requerimento 12		196
13	Requerimento 13		198

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Jader Barbalho(PMDB)(32)(33)(36)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ 3303-4229	6 Tomás Correia(PMDB)(21)(22)(23)(30)(37)	RO (61) 3303-2252/ 2253
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP 6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 VAGO(19)(39)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim Argello(PTB)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE 5791/5793
Cidinho Santos(PR)(34)(35)	MT 3303-6170/3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (31) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (32) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (33) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (34) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (37) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (38) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (39) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
 SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
 FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 8 de novembro de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

41ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 18/10/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 18/10/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

[MENSAGEM \(SF\) Nº 72, de 2012](#)

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 5

[PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, de 2011](#)

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo - Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 6

[REQUERIMENTO Nº 886, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado ao artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para chefiar delegação em viagem à China, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 7

[REQUERIMENTO Nº 893, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, atendendo ao convite do embaixador da República Popular da China, a fim de participar da delegação que representará o Senado em viagem àquele País.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

ITEM 8

[REQUERIMENTO Nº 904, de 2012](#)

Requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 26 de novembro de 2012, a fim de participar de Missão Parlamentar na República Popular da China, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

ITEM 9

[REQUERIMENTO Nº 905, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, a fim de integrar delegação em viagem à República Popular da China.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 10

[REQUERIMENTO Nº 911, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar a Missão Parlamentar à República Popular da China.

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 11

[REQUERIMENTO Nº 921, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado

com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização, com ônus para esta Casa, para ausentar-se do país no período de 14 a 26 de novembro de 2012, para, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil, participar da delegação em viagem à China.

Autoria: Senador Lobão Filho

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento \(RQS 921/2012\)](#)

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, com a participação dos membros da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, a fim de que sejam apresentados os projetos estratégicos e estruturantes de interesse da Força Aérea Brasileira.

O Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção de uma instituição e de sua missão no ambiente em que ela está atuando.

Tal planejamento está relacionado com os objetivos estratégicos, de médio e longo prazos, que afetam a direção ou a viabilidade da instituição. É preciso que, no processo de planejamento estratégico, todos os planos da instituição sejam elaborados de maneira integrada e articulada.

O Comando da Aeronáutica conduz Programas de Desenvolvimento de Aeronaves e Artefatos Militares, no campo da tecnologia aeroespacial, de interesse do Estado. Tais Programas, além de desenvolverem a indústria nacional, geram centenas de empregos diretos de alta qualificação e milhares de postos de trabalho indiretos.

Assim sendo, solicitamos a realização de audiência pública para melhor conhecermos os projetos estratégicos e estruturantes da Força Aérea Brasileira que estão em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa e com o Orçamento Anual para 2013.

Sugiro que seja convidado para este debate, o Excelentíssimo Senhor Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Observações:

O Requerimento foi lido na Reunião de 13/09/2012.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência que seja encaminhada, por esta Comissão, a Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, sugestão no sentido de alterar o art. 38, inciso I, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, tendo em vista aumentar o prazo de validade de 5 (cinco) anos para 10 (dez) anos do passaporte brasileiro.

Autoria: Senador Tomás Correia

Observações:

O Requerimento foi lido na Reunião de 13/09/2012.

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 68, de 2012 (Mensagem nº 366, de 15 de agosto 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh.

RELATOR: Senador PAULO BAUER

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh.

A Constituição Federal (CF) atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da Senhora Ministra de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério de origem.

Consta no documento que a Ministra Wanja C. da Nóbrega cursou Relações Internacionais na Universidade de Brasília e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, por concurso havido no ano de 1983. É pós-graduada em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Camberra, e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Rio Branco, a tese “O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação”.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira-Secretária, em 1984, tendo sido, promovida a Segunda-Secretária em 1989 e, seguidamente e sempre por merecimento, promovida até a atual situação de Ministra de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 2007.

Entre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão da Ásia e Oceania II (1985); a assessoria do Departamento de Serviço Exterior (1994); a gerência do Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e MERCOSUL (SGT-6) (2001); a assessoria do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (2002); a subchefia da Divisão de Feiras e Turismo (2004) e a chefia da Divisão de Informação Comercial (2004).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paramaribo (1987), Paris (1989), Argel (1992), Roma (1994), Cidade do Cabo (1996) e Washington (1997).

Integrou, ainda, como Chefe de delegação, as missões brasileiras na XX e XXI Reunião do Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente do MERCOSUL (SGT-6), em Montevideu e Buenos Aires, respectivamente, nos anos de 2001 e 2002; o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, Paris, França (2004); a XXVIII e XXX Sessão da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM), Rio de Janeiro e Assunção, Chefe de Delegação (2004 e 2005); o Encontro Empresarial

MERCOSUL/SICA/CARICOM, Cidade do Panamá (2005); a Feira Internacional de Tecnologia, Informação, Telecomunicação, *Software* e Serviços (CEBIT), Hannover (2005); o Seminário Programa de Substituição Competitiva de Importação: Uma Nova Política de Estímulo ao Comércio na América do Sul, Assunção (2005); a Feira de Comida e Bebida Étnica, Toronto; e o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas (SIAL), Montreal (2007, 2009 e 2010).

Em reconhecimento a excelência dos serviços que prestou, foram-lhe laureadas as comendas Medalha do Mérito da Aeronáutica Santos Dumont, Brasil, grau de Oficial (2000); e a Medalha do Exército Pacificador Duque de Caxias, Brasil, grau de Oficial (2001).

O país para o qual a Ministra de Carreira é indicada para assumir a função de Embaixadora é uma república parlamentarista de maioria islâmica, com PIB nominal de US\$ 108,1 bilhões e PIB *per capita* nominal de US\$ 648, estando na 146ª posição no mundo em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano. É, portanto, incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo. Mantém com o Brasil um fluxo comercial da ordem de US\$ 1.034 milhões de dólares.

As relações bilaterais foram inauguradas em 1972, tendo sido a representação brasileira no país aberta em 1974 e fechada, por motivos orçamentários, em 1998. Em 2010, ela foi reaberta. O relatório não dá notícias se a representação brasileira em Bangladesh foi exercida, nesse ínterim, cumulativamente, pelo chefe da missão diplomática brasileira de algum Estado vizinho. Informa, todavia, que naquele ano a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão ao país com o fito de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para o estudo de viabilidade de implementação de empreendimentos semelhantes no Brasil. Naquela oportunidade, a missão brasileira teria visitado projetos de criação de animais a tecelagem e o projeto-piloto para o fornecimento de água potável a habitantes da região. No ano passado, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 mil toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar, ampliando-a para até 710 toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh. O país faz parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília em 2011.

Como áreas potenciais de cooperação bilateral, destacam-se o estudo de medidas de mitigação de desastres naturais, a pesquisa agrícola, o setor de energia (em especial, o gás natural) e a construção civil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 68, DE 2012** (nº 366/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Os méritos da Senhora Wania Campos da Nóbrega que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como D. Russell.

EM nº 00220/2012 MRE

Brasília, 18 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República Popular de Bangladesh.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00220 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República Popular de Bangladesh.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE WANJA CAMPOS DA NÓBREGA

CPF.: 151.766.811-53

ID.: 8614 MRE

1959 Filha de Raimundo Pereira Nóbrega e Wanice Campos de Miranda Nóbrega, nasce em 12 de fevereiro, em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

1981 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
 1983 CPCD - IRBr
 1986 Pós-graduação em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Camberra
 1993 CAD - IRBr
 2006 CAE, IRBr, O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação.

Cargos:

1984 Terceira-Secretária
 1989 Segunda-Secretária
 1996 Primeira-Secretária, por merecimento
 2003 Conselheira, por merecimento
 2007 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

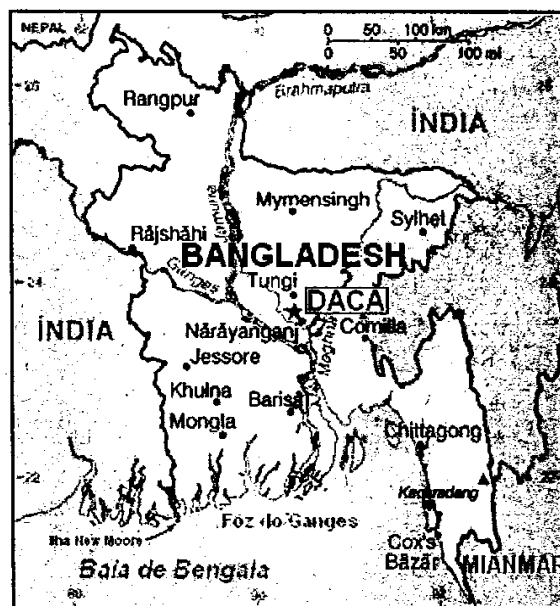
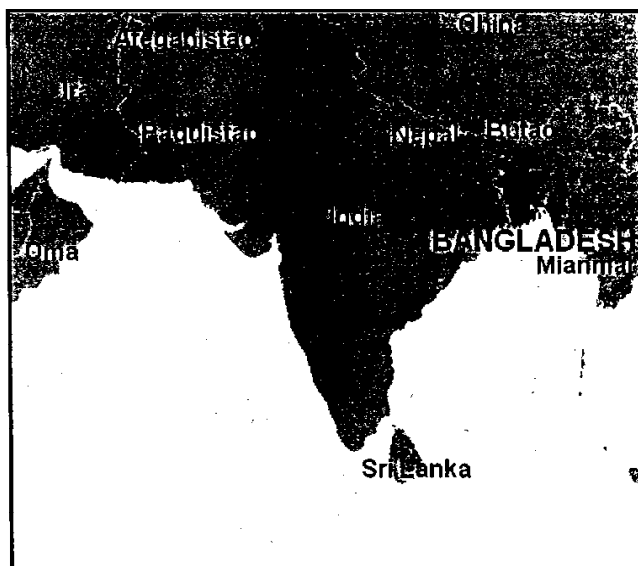
Funções:

1985 Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
 1987 Embaixada em Paramaribo, Terceira e Segunda-Secretária
 1989 Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Adjunto
 1992 Embaixada em Argel, Segunda-Secretária
 1994 Consulado-Geral em Roma, Encarregada do Consulado-Geral em missão transitória
 1994 Departamento do Serviço Exterior, assessora
 1996 Consulado-Geral na Cidade do Cabo, Encarregada do Consulado-Geral em missão transitória
 1997 Embaixada em Washington, Primeira-Secretária e Cônsul
 2001 Ministério do Meio Ambiente, Gerente de Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e Mercosul (SGT-6)
 2001 XX a XXII Reunião do Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente do Mercosul - SGT-6, Montevideu e Buenos Aires, Chefe de delegação (2001 e 2002)
 2002 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessora
 2004 Divisão de Feiras e Turismo, Subchefe
 2004 Divisão de Informação Comercial, Chefe
 2004 SIAL - Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, Paris, França, Chefe de delegação
 2004 XXVIII e XXX Sessão da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (REPCCM), Rio de Janeiro e Assunção, Chefe de delegação (2004 e 2005)
 2005 Encontro Empresarial MERCOSUL/SICA/CARICOM, Cidade do Panamá, Chefe de delegação
 2005 Feira Internacional de Tecnologia, Informação, Telecomunicação, Software e Serviços (CEBIT), Hannover, Chefe de delegação e Coordenadora do estande MERCOSUL
 2005 Seminário Programa de Substituição Competitiva de Importação: Uma Nova Política de Estímulo ao Comércio na América do Sul, Assunção, Chefe de delegação
 2006 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto e Chefe do SECOM
 2006 Ethnic Food & Beverage Fair, Toronto, Chefe de delegação
 2007, 2009 e 2010 Salão Internacional de Alimentação e Bebidas - SIAL, Montreal, Chefe de delegação

Condecorações:

2000 Medalha do Mérito da Aeronáutica Santos Dumont, Brasil, Oficial
 2001 Medalha do Exército Pacificador Duque de Caxias, Brasil, Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA POPULAR DE BANGLADESH**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
<i>PRESIDENTE.....</i>	<i>4</i>
<i>PRIMEIRA-MINISTRA.....</i>	<i>5</i>
<i>MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</i>	<i>6</i>
<i>EMBAIXADOR DE BANGLADESH (NÃO-RESIDENTE)</i>	<i>7</i>
RELAÇÕES BILATERAIS	8
DADOS HISTÓRICOS.....	12
POLÍTICA INTERNA.....	14
POLÍTICA EXTERNA.....	16
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	18
ANEXOS	20
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	20
CRONOLOGIA HISTÓRICA	21
ATOS BILATERAIS	22
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	23

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular de Bangladesh
CAPITAL	Daca
ÁREA	147.570 km ² (pouco maior do que o Estado do Amapá)
POPULAÇÃO (2010)	166,7 milhões (7º país mais populoso do mundo, alta densidade demográfica)
IDIOMAS	Bengali (oficial) e inglês
RELIGIÕES	Islamismo (83%), hinduísmo (16%), outras (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Zillur Rahman
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Sheikh Hasina Wajed
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Dipu Moni
PIB (2011)	Nominal: US\$ 108,1 bilhões (Brasil: US\$ 2,09 trilhões) PPP: US\$ 267 bilhões (Brasil: 2,15 trilhões)
PIB per capita (BM, 2011)	Nominal: US\$ 648 (Brasil: US\$ 10.710) PPP: US\$ 1.599 (Brasil: US\$ 11.000)
Variação do PIB	7,0% (2011); 6,7% (2010); 5,7% (2009)
IDH (2011)	0,500 – 146ª posição (Brasil: 0,718 – 84º)
UNIDADE MONETÁRIA	Taca
EMBAIXADOR DO BRASIL EM DACA	Fausto Martha Godoy
EMBAIXADOR DE BANGLADESH (NÃO-RESIDENTE)	Akramul Qader (sediado em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA	20 brasileiros (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - BANGLADESH	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	287	256	317	686	626	1.034
Exportações brasileiras para Bangladesh (fob)	275	231	237	607	538	877
Importações brasileiras procedentes de Bangladesh (fob)	12	25	80	79	88	157
Saldo	263	206	157	528	450	720

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Zillur Rahman

Presidente da República

Zillur Rahman nasceu em 9 de março de 1929. Obteve, em 1954, o título de Mestre em História e de Bacharel em Direito pela Universidade de Daca.

Participou de movimentos políticos e sociais em defesa da cultura bengali. Foi um dos líderes da guerra de libertação contra o Paquistão, em 1971. No ano seguinte, tornou-se membro da Assembleia Constituinte do recém-criado Bangladesh, sendo um dos responsáveis pela elaboração da Constituição de seu país. Foi Parlamentar e exerceu a função de líder do Congresso até 2001. Em dezembro de 2008, elegeu-se Parlamentar pela sexta vez.

Em fevereiro de 2009, tomou posse como Presidente da República.

Sheikh Hasina Wazed

Primeira-Ministra

Sheikh Hasina nasceu em 28 de setembro de 1947. É filha de Sheikh Mujibur Rahman, fundador do Bangladesh independente e conhecido, em seu país, como “Pai da Nação”.

Graduou-se, em 1973, pela Universidade de Daca. Após viver seis anos no exílio, depois da morte de seu pai, em 1975, retornou a Bangladesh, onde se tornou líder da oposição no Parlamento. Em 1991, foi uma das responsáveis pela mudança do sistema político do país, que voltou a adotar o Parlamentarismo, após 16 anos de Presidencialismo.

Ao assumir o cargo de Primeira-Ministra – que ocupou de 1996 a 2001 –, passou a adotar políticas de desenvolvimento em favor da nação bengali. Detém diversos títulos e premiações internacionais, como o de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Bruxelas; o Prêmio *Houphouet-Boigny* da Paz, da UNESCO; e a Medalha *Ceres*, da FAO, por sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura.

Em janeiro de 2009, tomou posse para seu segundo mandato como Primeira-Ministra, ocupando também a chefia das pastas de Defesa; Forças Armadas; Mulheres e Crianças; Moradia e Obras Públicas; Energia; e Religião.

Dipu Moni*Ministra dos Negócios Estrangeiros*

Dipu Moni nasceu em Daca, em 1965. É filha de M. A. Wadud, um dos fundadores da Liga Awami. Médica de formação, com mestrado pela Universidade Johns Hopkins, tem especializações em Negociação e Resolução de Conflitos pela Universidade de Harvard.

Atuou como Secretária de Assuntos para as Mulheres e como membro do Sub-Comitê de Relações Exteriores da Liga Awami. No pleito de 2008, elegeu-se Parlamentar pelo distrito de Chandpur.

Em 2009, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh. Compõe o quadro de Advogados da Suprema Corte bengalesa.

Visitou o Rio de Janeiro, em maio de 2010, por ocasião do III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações.

Akramul Qader*Embaixador de Bangladesh (não-Residente)*

O Embaixador Akramul Qader estudou História Islâmica na Universidade de Daca.

Ingressou no Serviço Exterior paquistanês, em 1968, antes da independência de Bangladesh em 1971.

Ocupou diversos postos nas áreas econômica e política do Ministério dos Negócios Estrangeiros bengalês. Atuou como Diretor da Divisão da Ásia Meridional e Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos Multilaterais. Serviu nas representações diplomáticas de seu país na ex-URSS, em Mianmar, no Paquistão e na Bélgica. Atuou, como Alto-Comissário, na Índia, na Tailândia e na África do Sul, além de ter sido Representante Permanente na Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP).

Desde 2009, exerce o cargo de Embaixador em Washington.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bangladesh estabeleceram relações diplomáticas em 1972. A Embaixada bengalesa em Brasília foi aberta no ano seguinte. A presença oficial brasileira em Bangladesh iniciou-se com a abertura da Embaixada em Daca em 1974. A instalação de uma representação diplomática brasileira, a primeira de um país latino-americano em Bangladesh, revestiu-se de grande importância para a aproximação política entre os dois países. Em razão de dificuldades orçamentárias, porém, a Embaixada em Daca foi desativada em 1998, e a Embaixada de Bangladesh em Brasília, em 2002.

A Embaixada em Daca foi reaberta em janeiro de 2010. O Presidente Zillur Rahman manifestou a intenção de seu Governo de reabrir a Embaixada de Bangladesh em Brasília. O Embaixador de Bangladesh em Washington, Akramul Qader, apresentou credenciais ao então Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 5 de maio de 2010.

É pequeno o número de cidadãos brasileiros em território bengalês – a comunidade brasileira no país é estimada em 20 indivíduos. O intercâmbio comercial bilateral tampouco é expressivo. Ambos os Governos têm, entretanto, procurado estabelecer vínculos positivos de cooperação técnica. Em setembro de 2009, o Governo bengalês manifestou interesse em explorar modalidades de cooperação bilateral no setor de Saúde, para o estabelecimento de laboratórios e centros de diagnósticos em território bengalês.

Em maio de 2010, a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão a Bangladesh, com o objetivo de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para elaboração de estudo de viabilidade de implantação de empreendimentos semelhantes no Brasil. O *Grameen Bank* também participa de projetos de cooperação internacional, por meio do *Grameen Trust*, com o objetivo de beneficiar os mais pobres e aliviar a pobreza, fornecendo-lhes acesso a crédito e outros serviços financeiros. Atualmente, o *Grameen Trust* opera diretamente em treze países, entre os quais China, Coreia do Sul, Índia, Nepal e Paquistão.

A Delegação brasileira visitou projetos de criação de animais a tecelagem e projeto-piloto para o fornecimento de água potável aos habitantes da região. Conheceu igualmente a cadeia de produção da fábrica de iogurtes *Grameen Danone Foods*, outro empreendimento social – cujo principal objetivo é melhorar a nutrição da população local – do qual participa o *Grameen Bank* em conjunto com a multinacional francesa.

Em 31 de maio de 2011, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 mil toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar,

ampliando as doações previstas a um total de até 710 mil toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh.

A Subsecretária-geral de Assuntos Políticos para Ásia e Oceania do Itamaraty, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, realizou visita a Daca em junho de 2011. Na ocasião, propôs às autoridades locais a assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e de Acordo de Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Foram divulgados projetos em curso no Brasil na área social nos quais Bangladesh já manifestou interesse para fins de cooperação, sobretudo os voltados ao combate à fome e à pobreza.

Bangladesh faz parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília, em novembro de 2011, em parceria do Governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho do Centro tem por objetivo de incentivar o desenvolvimento de capacidades no domínio da segurança alimentar, da nutrição e da alimentação escolar.

O Ministro das Indústrias reiterou o interesse de Bangladesh em comprar açúcar brasileiro, e o Vice-Ministro da Agricultura disse pretender enviar missão ao Brasil para prospecção de oportunidades comerciais, especialmente em função da iminente implementação, no Brasil, do mecanismo de "duty-free; quota-free" acordado na Cúpula de Hong Kong da OMC.

A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço e do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas Bilaterais deverá ser realizada no próximo encontro bilateral de alto nível.

Bangladesh é signatário do projeto de resolução do G-4 sobre a expansão do CSNU. Houve manifestações favoráveis de Bangladesh ao pleito brasileiro a assento permanente no CSNU, mas sem apoio explícito. Como membro da Organização da Conferência Islâmica, Bangladesh defende o aumento da representação de países em desenvolvimento e que haja um país muçulmano como membro permanente, além de propor o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.

Bangladesh apoiou a candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO na segunda rodada de votações.

Cooperação

Há grande potencial de cooperação a ser explorado entre os dois países. Ambos têm diversas iniciativas bem-sucedidas na área social voltadas ao combate à pobreza que poderiam ser adaptadas às peculiaridades de cada um. Brasil e Bangladesh enfrentam desafios semelhantes e podem beneficiar-se do intercâmbio de experiências nessa área.

Os dois países estão expostos a períodos de enchentes e seria mutuamente benéfico o intercâmbio de informações acerca de medidas de mitigação dos efeitos de desastres naturais adotadas em cada um.

Há interesse do lado bengalês em receber cooperação técnica do Brasil em uma diversidade de campos, com ênfase nos programas sociais de combate à fome e à pobreza e agricultura familiar, bem como de capacitação profissional em gestão pública. Outras áreas de interesse seriam a de recenseamento e estatística e organização eleitoral.

O principal interesse é na área agrícola. Projetos de cooperação poderiam ser desenvolvidos por meio de diálogo entre a EMBRAPA e o “*Bangladesh Agriculture Research*”.

Há grande potencial a ser explorado no setor de Energia, em especial as reservas de gás natural recentemente descobertas em Bangladesh e a larga experiência brasileira em matéria de energias renováveis, particularmente nos campos das tecnologias de hidreletricidade e biocombustíveis. Bangladesh poderá beneficiar-se ainda da experiência brasileira em geração de energia elétrica em áreas rurais.

A Comissão de Regulação Energética de Bangladesh enviará missão técnica ao Brasil, em data a ser acordada, para recolher informações sobre o setor elétrico brasileiro; planejamento do sistema elétrico; energias renováveis – hidráulica, solar, eólica e biomassa; eficiência energética; leilões de compra de energia elétrica; universalização da energia elétrica – Programa Luz Para Todos; transmissão e distribuição de gás natural; exploração de óleo e gás em águas profundas; combustíveis renováveis; gás liquefeito de petróleo e gás natural liquefeito/comprimido.

O Brasil dispõe de capacidade técnica para a construção de grandes obras de engenharia civil (pontes, estradas) e poderia contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura de Bangladesh.

Comércio bilateral

Apesar de registrar valores relativamente modestos, as trocas comerciais entre os dois países vêm aumentando significativamente. Em 2011, seguindo trajetória ascendente, a corrente de comércio atingiu o recorde histórico de US\$ 1 bilhão, valor 18 vezes maior do que o registrado em 2002.

Apesar do incremento substancial a partir de 2007, nota-se que as importações de produtos bengaleses pelo Brasil se encontram em patamares bem inferiores aos alcançados pelas exportações brasileiras. Desde 1986 são registrados superávits para o Brasil. Em 2011, as exportações do Brasil para Bangladesh atingiram US\$ 877 milhões, e o superávit brasileiro foi de US\$ 720 milhões.

Do lado bengalês, a pauta de mercadorias exportadas para o Brasil concentra-se, sobretudo, em artigos têxteis e ureia.

Do lado brasileiro, há concentração em açúcares, óleo e grãos de soja. A partir de 2007, Bangladesh tornou-se, igualmente, importante destino de exportação de algodão brasileiro.

Com vistas a tentar atenuar o déficit comercial do lado bengalês, este deseja explorar a possibilidade de aproveitar a capacidade industrial bengalesa na área de farmacêuticos. A indústria farmacêutica de Bangladesh concentra-se, sobretudo, na produção de remédios genéricos, de baixo custo e alta qualidade. A indústria, cujo tamanho atualmente está calculado em US\$ 800 milhões, supre 97% da demanda interna do país, além de exportar para 80 países da Europa, África e Ásia. Os principais produtores contam com certificação, dentre outras agências, da Agência Reguladora para Remédios e Produtos de Saúde do Reino Unido (UK-MHRA).

Atualmente, 80% da matéria prima para os remédios produzidos localmente é importada. No entanto, investimentos pesados estão previstos para o setor nos próximos anos. Está prevista para 2012 a inauguração de parque industrial para ingredientes farmacêuticos ativos (API), que dará importante impulso à capacidade de produção. Estima-se que em 10 anos a indústria farmacêutica de Bangladesh - intensiva em tecnologia, conhecimento e pesquisa, e portanto, importante para o desenvolvimento nacional - possa ultrapassar a indústria de vestuário. Como PMDR, o país beneficia-se, até pelo menos 2016, de facilidades previstas no acordo TRIPS.

Durante visita a Brasília em agosto último, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh, Mijarul Quayes, declarou que gostaria de ver investimentos brasileiros em Bangladesh na construção de pontes, aeroportos, energia e drenagem de rios. Indicou, também, que o mercado de Bangladesh, além de ser atrativo por seu próprio tamanho, é aberto e desregulamentado e poderia servir de ponto de entrada para investimentos brasileiros nos demais países da SAARC.

Assuntos consulares/ Comunidade Brasileira

A assistência consular brasileira naquele país é feita pelo setor consular da Embaixada do Brasil em Daca. Atualmente, há cerca de 20 brasileiros vivendo em Bangladesh.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registros de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para Bangladesh.

DADOS HISTÓRICOS

Ao chegar o fim da colonização britânica no Subcontinente Indiano, nasceram dois Estados, em agosto de 1947 – a Índia, de maioria hinduísta, favorável a um governo secular, e o Paquistão, de maioria muçulmana, inclinada a um governo de valores islâmicos. O Paquistão subdividia-se, então, em duas partes: o Paquistão Ocidental, a noroeste da Índia, e o Paquistão Oriental, na planície deltaica do Ganges-Brahmaputra. As duas regiões do Paquistão estavam separadas por 6 mil quilômetros de território indiano.

As relações entre a Índia e o Paquistão logo se deterioraram, principalmente em torno da questão da Caxemira, região ainda disputada por ambos os países. A parte oriental do Paquistão da época também participou dos combates, com maior ou menor grau de envolvimento durante os conflitos entre as duas nações.

A configuração dada ao Paquistão em 1947 revelou-se de difícil sustentação, dadas as contradições internas e o conflito externo com a Índia. Na parte ocidental, havia quatro grupos étnicos principais, cada um com sua língua própria: os punjabis, os pakhtuns, os sindhis e os beluchis. Na parte oriental, onde estava a maioria absoluta da população do país, praticamente só havia uma etnia: os bengalis. Graças ao rico solo banhado pelo Delta do Ganges-Brahmaputra e à abundância de água, o Paquistão Oriental, apesar do atraso de sua agricultura, podia produzir razoável quantidade de alimentos e gerar divisas por meio da exportação de juta.

A Guerra Indo-Paquistanesa de 1965 estimulou a rivalidade entre o Paquistão oriental e o ocidental. Após o término do conflito, vultosos recursos do Paquistão Oriental teriam sido drenados para a reconstrução de áreas mais atingidas da parte ocidental. Nesse contexto, Sheikh Mujibur Rahman, líder da Liga Awami, maior Partido político do país, tornou pública uma plataforma que defendia maior autonomia ao Paquistão Oriental, com ênfase em três pontos: a constituição de uma Federação que outorgava ao Governo central tão-somente a responsabilidade pela defesa e pela política exterior e a criação de duas moedas ou de dois bancos centrais. Diante da amplitude e do caráter emancipatório da proposta, o Governo central determinou a prisão de Sheikh Mujibur Rahman.

Solto em 1969, Rahman liderou a Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país em 1970, nas quais logrou conquistar 167 das 169 cadeiras alocadas ao Paquistão Oriental na Assembleia Nacional. O melhor resultado no Paquistão Ocidental havia sido obtido pelo *Pakistan People's Party*, que obteve 83 assentos. Diante desse resultado, caberia à Liga Awami formar o novo Governo, mas essa expectativa não se concretizou.

Impedido de assumir o poder, Rahman convocou greve geral no Paquistão Oriental. O Governo central decretou toque de recolher,

desobedecido pela população. As tropas aquarteladas em Daca atacaram a universidade local e outros focos de agitação em 25 de março de 1971. O então major Ziaur Rahman (futuro Presidente da República) proclamou a independência do país em 26 de março de 1971. O Paquistão Oriental passa a denominar-se Bangladesh.

Os combates decorrentes da independência, que contaram com ajuda militar da Índia, perduraram até 16 de dezembro daquele ano, com saldo de três milhões de mortos. Cerca de 10 milhões de bengaleses fugiram para a Índia. Em 1975, Sheikh Mujibur Rahman tomou para si todos os poderes ao institucionalizar sistema de partido único. Foi assassinado por oficiais das Forças Armadas em 15 de agosto de 1975.

Bangladesh foi governado por regimes militares até o início da década de 1990, quando teve início processo de redemocratização de suas instituições. Nas eleições de 1991, o Partido Nacionalista de Bangladesh saiu-se vitorioso, tendo à frente Khaleda Zia, que governou o país por cinco anos. Em 1996, Sheikh Hasina Wajed, filha de Sheikh Mujibur Rahman, assumiu o cargo de Primeira-Ministra, igualmente por período de cinco anos.

Khaleda Zia voltou ao governo em 2001, até ser sucedida por governo de transição em 2007. Como ocorrera em 1996 e 2001, a administração interina não-partidária foi formada com encargo de organizar as eleições gerais, em mandato de três meses. Nessa ocasião, porém, o Governo de transição declarou estado de emergência e adiou, por dois anos, as eleições inicialmente previstas para janeiro de 2007.

Com o retorno do processo democrático, eleições gerais foram realizadas em janeiro de 2009 e Sheikh Hasina tornou-se, pela segunda vez, Primeira-Ministra de Bangladesh.

POLÍTICA INTERNA

País de maioria muçulmana, Bangladesh está entre as nações mais densamente povoadas do mundo, com altos índices de pobreza e desnutrição. Desde a independência, em 1971, o cenário político do país tem-se caracterizado por intensa instabilidade.

Os dois principais partidos políticos de Bangladesh são a Liga Awami (AL) e o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). Registre-se, igualmente, a existência de terceira força política, o *Jatiya Party* (Partido Nacional), de tendência centrista, criado, em 1986, pelo então Presidente Ershad.

A Liga Awami é o partido político mais tradicional do país e conta com ampla penetração social. Mantém laços estreitos com a Índia, que apoiou, militarmente, o processo de independência bengalês. Sua líder há mais de vinte anos é a atual Primeira-Ministra Sheikh Hasina Wajed, filha mais velha do primeiro líder político de Bangladesh. No poder entre 1996 e 2001, a Liga Awami, apesar de ser partido de centro-esquerda e defensor da intervenção estatal na economia, trouxe certa estabilidade ao país ao adotar políticas de cunho mais liberal.

O BNP foi criado, em 1978, pelo então Presidente da República Ziaur Rahman para dar-lhe sustentação política e fazer frente à tradicional Liga Awami. A líder do BNP, desde os anos 1980, é Khaleda Zia, viúva de Ziaur, assassinado em 1981, quando exercia a presidência do país. É considerado um partido de centro-direita, nacionalista, conservador e militarista, bastante popular entre as classes mais altas da sociedade bengalesa. O BNP possui caráter secular, mas costuma formar coalizões com partidos islâmicos, pois considera o islamismo parte integrante da identidade bengalesa. No que tange à política externa, o partido defende maior autonomia e menor vinculação à Índia.

A Liga Awami e o BNP se alternam no Governo desde 1991, com exceção do período de 2007-2008, quando estado de emergência foi declarado por um Governo de transição que, de acordo com a Constituição do país, assume a cada período pré-eleitoral. Em 2011, com apoio da Primeira-Ministra Sheikh Hasina, o Parlamento bengalês aprovou emenda à constituição que eliminou essa figura de governo de transição antes da realização de eleições. A oposição argumenta que, apesar do ocorrido em 2007, a convocação de um governo de transição apolítico seria importante para garantir a neutralidade das próximas eleições, previstas para 2013.

Em janeiro de 2012, o Governo de Bangladesh anunciou haver desmantelado tentativa de golpe de Estado no país, alegadamente tramado por correntes islâmicas extremistas. O BNP procurou distanciar-se da ação e declarou que “apoia a alternância de poder somente por meio do processo democrático”.

Incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo, Bangladesh procura manter boas relações com todos os países, sobretudo com o mundo árabe, em decorrência da primazia do islamismo entre a população local. Os países do Oriente Médio absorvem volumoso contingente de trabalhadores bengaleses, e as remessas de recursos por parte desses emigrantes constitui fonte importante de divisas para o país.

As relações internacionais de Bangladesh estão pautadas pelos princípios do respeito à soberania nacional, da não-intervenção nos assuntos internos, da solução pacífica de controvérsias e do respeito ao Direito Internacional. Cabe ao Estado bengalês, como planejador e executor de política externa, consolidar, preservar e fortalecer as relações com o mundo islâmico.

Após a independência, em 1971, as relações com o Paquistão foram hostis em um primeiro momento, mas melhoraram com o reconhecimento da independência bengalesa pelo Paquistão (1974) e com o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (1976).

Tradicionalmente, as relações de Bangladesh com a Índia tornam-se mais estreitas sob governo da Liga Awami e mais estreitas com o Paquistão sob governo do BNP, de viés islâmico.

Em face da proximidade geográfica e da identidade cultural e histórica que os caracteriza, Índia e Bangladesh têm intensa relação bilateral. O bengali é também falado na Índia por mais de 50 milhões de pessoas no Estado de Bengala Ocidental, contíguo a Bangladesh.

Há em vigor mecanismos de diálogo sobre segurança comum, terrorismo, administração de fronteiras (4.156 quilômetros compartilhados), imigração ilegal, comércio e economia (a Índia é o segundo país que mais exporta para Bangladesh). Os dois países têm procurado incentivar a conectividade e o uso comum das vias fluviais e terrestres e promovem o investimento mútuo e a cooperação tecnológica bilateral. Há vários projetos indianos em Bangladesh, nos setores de geração e transmissão de energia, de produção de fármacos e têxteis e de construção civil. Em 2011, a Índia concedeu isenção tarifária a 61 itens da pauta bilateral, sendo 46 produtos têxteis, setor de grande interesse para o lado bengalês.

Em 2011 os dois países também assinaram acordo de demarcação de fronteiras que está contribuindo para solucionar a questão de 50 enclaves bengaleses no território da Índia e 111 enclaves indianos no território de Bangladesh.

A China é, atualmente, o país que mais exporta para Bangladesh (e este é seu terceiro maior parceiro comercial na Ásia Meridional). Além de

investir nos setores energético e têxtil bengaleses, a China também é importante fornecedora de equipamentos militares ao país.

Os Estados Unidos são os maiores compradores de produtos bengaleses – absorvem cerca de um quarto das exportações de Bangladesh – particularmente peças de vestuário. Os investimentos norte-americanos, concentrados nos setores de exploração de gás natural e geração de energia, vêm aumentando progressivamente, apesar das dificuldades referentes à infraestrutura bengalesa. Os Estados Unidos também são grandes doadores de ajuda humanitária a Bangladesh.

Na década de 1980, em busca de relações políticas e econômicas mais intensas com países do entorno geográfico, Bangladesh teve papel fundamental na criação da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC). Fazem parte da Organização, criada em 1985, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Ilhas Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Desde seu ingresso nas Nações Unidas, em 1974, Bangladesh integrou o Conselho de Segurança como membro não-permanente em duas ocasiões, nos períodos de 1979-1980 e 2000-2001. O país costuma contribuir com grande contingente para missões de manutenção da paz das Nações Unidas, sendo que Bangladesh fechou 2011 como o maior contribuinte individual de tropas e policiais, com contingente de 10.394 soldados.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), Bangladesh defende os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo. É, também, membro da Organização da Conferência Islâmica e da Comunidade Britânica de Nações. Em março de 2010, Bangladesh tornou-se o primeiro país da Ásia Meridional a ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Bangladesh é um dos países mais pobres do mundo, com dificuldades para prover alimentos a seus mais de 160 milhões de habitantes. A magnitude das dificuldades econômicas reflete-se no baixo padrão de vida de sua população, apesar de significativo crescimento registrado, com média de cerca de 6% desde 2003.

O setor agrícola, fundamental para o desenvolvimento econômico do país, é responsável por 20% do PIB e pelo emprego de 52% da força de trabalho. Cerca de 80% da população vive na área rural e dedica-se à rizicultura de subsistência, com poucos recursos financeiros e técnicos. No que tange às rendas obtidas com a exportação, a agricultura contribuiu com mais de US\$ 1 bilhão. A produção de arroz cresceu 150% desde meados dos anos de 1970, apenas em função do aumento de produtividade. A cultura de trigo é a segunda mais importante e as plantações de milho, chá e juta constituem culturas relevantes para a economia do país. A criação de gado, apesar de representar apenas 2,4% do PIB, exerce papel vital no setor primário e emprega diretamente 25% da população nacional. Além de fornecerem couro, os animais criados nas zonas rurais são responsáveis pela aragem da terra e pelo transporte de pessoas e mercadorias.

Bangladesh importa gêneros para suplementar uma produção frequentemente afetada por secas, inundações e ciclones. Em decorrência da irregularidade do abastecimento, o Governo bengalês procura desenvolver programas que visam a reduzir a pobreza e a construir sistema de segurança alimentar sustentável.

A contribuição do setor secundário para a economia do país tem aumentado continuamente. A indústria responde por 30% do PIB. O setor têxtil contribui com cerca de dois terços da renda auferida com as exportações (Bangladesh é o terceiro maior exportador de produtos têxteis). A atividade industrial está fortemente concentrada nas principais cidades do país, Daca e Chittagong, sedes das chamadas zonas de processamento de exportações que recebem incentivos fiscais para atrair investimentos estrangeiros.

O aumento da participação da indústria e a constante contribuição do setor de serviços, em torno de 49% ao ano, refletem nítida transformação estrutural por que passa a economia bengalesa.

Comércio

Bangladesh padece de crônico déficit na balança comercial em razão da dependência da importação de alimentos e de insumos para sua produção industrial e petrolífera. O país importa a maior parte das mercadorias da China, da Índia, de Cingapura e da Malásia. No que tange à exportação, os principais mercados para os produtos bengaleses são os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido e a França.

A forte dependência de importação de insumos agrícolas e industriais prejudica o balanço de pagamentos de Bangladesh na medida em que impõe limites ao valor agregado pela produção local e expõe suas empresas a flutuações da taxa de câmbio e dos preços das matérias-primas. Mesmo com aumento da produção de gás natural, o país despense grandes somas com importação de combustível. Nesse contexto, o Governo bengalês procura diversificar a economia por meio de políticas de incentivo a indústrias de tecnologia da informação e de processamento agrícola.

A ajuda internacional constitui importante fonte de receita para o país. Os capitais provenientes de instituições internacionais e regionais de desenvolvimento e de agências de cooperação são fundamentais para financiar o crescimento econômico e remediar o déficit alimentar de Bangladesh. Entre seus principais doadores, encontram-se os Estados Unidos, o Japão, a Arábia Saudita, a União Européia, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A economia do país conta, ainda, com recursos financeiros enviados por bengaleses que trabalham no exterior, principalmente na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos. De julho de 2009 a fevereiro de 2010, essas remessas atingiram US\$ 7,3 bilhões, o que representou aumento de 19% em comparação com o mesmo período do ano fiscal anterior.

Investimentos

A contribuição do setor privado para o total de investimentos vem aumentando gradualmente, quando comparada à da participação do setor público, e a taxa de investimento tem crescido desde meados dos anos de 1990.

Apesar da carência de infraestrutura, Bangladesh tem recebido cada vez mais investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos, britânicos, chineses e indianos, atraídos, sobretudo, pelo tamanho e pela desregulamentação do seu mercado interno. A quase totalidade dos recursos destina-se aos setores de exploração de gás natural, vestuário e construção civil, situados, em grande parte, nas zonas de processamento de exportação, nas cidades de Daca, Chittagong e Khulna.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais

- 1972 - Reconhecimento da República Popular de Bangladesh pelo Governo brasileiro e estabelecimento de relações diplomáticas (15 de maio).
- 1973 - Abertura da Representação diplomática de Bangladesh em Brasília.
- 1974 - Início da presença oficial brasileira em Bangladesh, com a criação da Embaixada do Brasil em Daca.
- 1984 - Visita oficial de delegação brasileira do Ministério da Aeronáutica a Bangladesh.
- 1989 - Reunião, em Paris, entre o então Presidente José Sarney e seu homólogo Hossain M. Ershad.
- 1992 - Participação bengalesa na Conferência do Rio (ECO 92), com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, A.S.M. Mostafizur Rahman, e do Ministro do Meio Ambiente e Florestas.
- 1994 - Vinda ao Brasil do Ministro da Juta, A.S.M. Hannan Shab, e do Ministro da Indústria de Bangladesh, A.M. Zahiruddin Kahn.
- 1998 - Fechamento da Embaixada do Brasil em Daca (1º de agosto).
- 2002 - Fechamento da Embaixada de Bangladesh em Brasília (31 de agosto).
- 2009 - Reabertura da Embaixada do Brasil em Daca (18 de fevereiro).
- 2010 - Apresentação de credenciais ao Presidente de Bangladesh, Zillur Rahman, pelo Embaixador em Daca, Ricardo Luiz Viana de Carvalho (14 de janeiro).
 - Apresentação de credenciais ao ex Presidente Lula pelo Embaixador de Bangladesh em Washington, Akramul Qader (5 de maio).
 - Missão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a Bangladesh (maio).
- 2011 - O Congresso Nacional aprovou Medida Provisória, no dia 31 de maio, autorizando a doação de até 710 mil toneladas a países em situação de insegurança alimentar, entre eles Bangladesh.
 - Visita da Senhora SGAP II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, a Bangladesh (12 a 14 de junho).
 - Missão de prospecção comercial liderada pelo Vice-Chanceler Mijarul Quayes ao Brasil, em 1º e 2 de agosto, oportunidade em que também se procurou fazer avançar o processo de abertura da Embaixada em Brasília.

Cronologia histórica

- 1757 - Período de dominação britânica do Subcontinente Indiano (até 1947)
- 1947 - Término da Lei Britânica sobre a Colônia indiana e consequente formação dos Estados da Índia e do Paquistão (agosto).
- 1949 - Estabelecimento da Liga Awami com vistas à autonomia do Paquistão Oriental frente ao Paquistão Ocidental.
- 1965 - Guerra Indo-Paquistanesa.
- 1970 - O Governo do Paquistão Ocidental rejeita a vitória do líder da Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país.
- 1971 - Declaração de independência da parte oriental do Paquistão (26 de março) e início à Guerra de Independência, que durou até 16 de dezembro.
- 1975 - Institucionalização de sistema de partido único pelo então Presidente Sheikh Mujib, assassinado em golpe militar.
- 1981 - Assassinato do então Presidente Ziaur Rahman em frustrada tentativa de golpe militar.
- 1982 - Golpe de Estado liderado pelo General Mohammad Ershad, que assume a Presidência do país.
- 1991 - Khaleda Zia torna-se Primeira-Ministra e membro do Partido Nacionalista de Bangladesh (até 1996).
- 1996 - Primeiro governo de Sheikh Hasina Wazed, filha de Sheikh Mujibir Rahman e representante da Liga Awami (até 2001).
- 2000 - Acirramento das relações com o Governo paquistanês.
- 2001 - Confrontos fronteiriços com a Índia.
- 2001 - Segundo Governo de Khaleda Zia (até 2006).
- 2007 - Estado de emergência decretado por governo de transição encarregado de organizar eleições gerais (adiadas até fins de 2008).
- 2008 - Vitória da Liga Awami nas eleições parlamentares.
- 2009 - Segundo Governo de Sheikh Hasina e posse do Presidente Zillur Rahman.
- 2010 - Ratificação do Estatuto de Roma por Bangladesh.
- 2011 - Emenda à Constituição elimina figura do "Governo de transição" com função de organizar eleições gerais.
- Bangladesh e Índia assinam acordo de demarcação de fronteiras que encaminhará a questão de enclaves de um país no território do outro.
- 2012 - Exército de Bangladesh anuncia desmantelamento de plano para derrubar o governo da PM Sheikh Hasina.

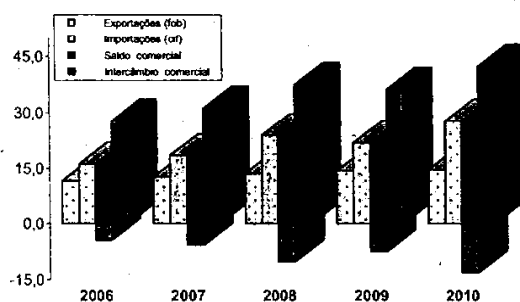
Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Comércio	13/02/1976	19/07/1976	78348	31/08/1976
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/09/1988	26/11/1991	402	26/12/1991

Dados Econômico-Comerciais

BANGLADESH: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	11,6	12,7	13,6	14,4	14,7	13,9
Importações (cif)	16,1	18,5	23,8	21,8	27,8	24,5
Saldo comercial	-4,5	-5,8	-10,2	-7,4	-13,1	-10,6
Intercâmbio comercial	27,7	31,2	37,4	36,2	42,4	38,4



O comércio exterior de Bangladesh apresentou, em 2010, variação de 53% em relação a 2006, passando de US\$ 28 bilhões para US\$ 42 bilhões. No ranking do FMI Bangladesh figurou como o 67º mercado mundial, sendo o 57º principal exportador e o 70º importador.

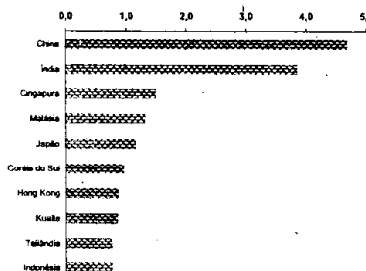
BANGLADESH: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	3,2	22,1%	2,9	20,9%
Alemanha	2,1	14,1%	2,1	15,4%
Reino Unido	1,2	8,5%	1,2	8,8%
França	1,0	6,8%	1,0	7,2%
Países Baixos	0,9	6,1%	0,7	4,8%
Itália	0,6	3,8%	0,6	4,4%
Canadá	0,6	3,8%	0,7	4,8%
Espanha	0,5	3,5%	0,6	4,4%
Turquia	0,5	3,4%	0,5	3,7%
Bélgica	0,4	2,4%	0,4	3,0%
...				
Brasil	0,1	0,4%	0,1	0,5%
Subtotal	11,0	74,8%	10,9	78,1%
Outros países	3,7	25,2%	3,0	21,9%
Total	14,7	100,0%	13,9	100,0%

Aproximadamente 1/4 das exportações de Bangladesh são destinadas aos Estados Unidos. Em 2010, as importações norte-americanas somaram 22% do total, seguido da Alemanha (14%); Reino Unido (9%); França (7%); Países Baixos (6%). O Brasil obteve o 29º lugar entre os principais destinos em 2010, participando com 0,4% do total.

BANGLADESH: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

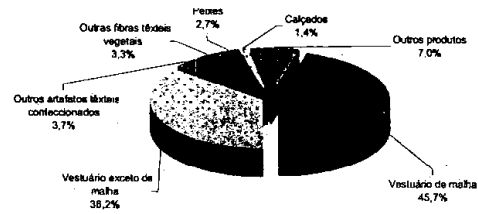
Descrição	2010	% no total	2011 (Jan-ago)	% no total
China	4,7	16,9%	4,4	18,1%
Índia	3,9	13,9%	3,2	13,1%
Cingapura	1,5	5,4%	1,0	4,1%
Malásia	1,3	4,7%	1,3	5,5%
Japão	1,2	4,2%	0,9	3,5%
Coreia do Sul	1,0	3,5%	0,9	3,7%
Hong Kong	0,9	3,1%	0,5	2,0%
Kuaitê	0,9	3,1%	0,9	3,6%
Taiilândia	0,8	2,7%	0,8	3,2%
Indonésia	0,8	2,7%	0,6	2,3%
Brasil	0,4	1,5%	0,7	2,7%
Subtotal	17,1	61,7%	15,1	61,7%
Outros países	10,6	38,3%	9,4	38,3%
Total	27,8	100,0%	24,5	100,0%



A China é o principal fornecedor de bens ao Bangladesh. Em 2010 respondeu com 17% do total, seguido da Índia (14%); Cingapura (5%); Malásia (5%); Japão (4%); Coreia do Sul (4%); Hong Kong (3%) e Kuaitê (3%). O Brasil posicionou no 19º lugar, com 1,5% da demanda importadora do país.

BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - Em %

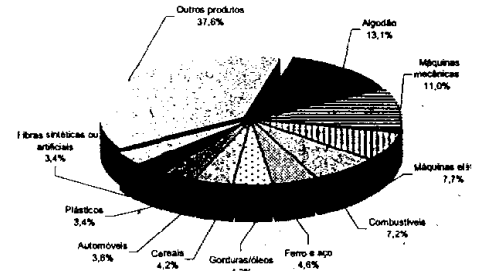
Descrição	% no total
Vestuário de malha	45,7%
Vestuário exceto de malha	36,2%
Outros artefatos têxteis confeccionados	3,7%
Outras fibras têxteis vegetais	3,3%
Peixes	2,7%
Calçados	1,4%
Subtotal	93,0%
Outros produtos	7,0%
Total	100,0%



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram os vestuários (de malha e exceto de malha), que correspondem por 82% da pauta. Outros artefatos têxteis confeccionados corresponderam com 4% e outras fibras têxteis vegetais com 3% do total.

BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - Em %

Descrição	% no total
Algodão	13,1%
Máquinas mecânicas	11,0%
Máquinas elétricas	7,7%
Combustíveis	7,2%
Ferro e aço	4,6%
Gorduras/óleos	4,2%
Cereais	4,2%
Automóveis	3,6%
Plásticos	3,4%
Fibras sintéticas ou artificiais	3,4%
Subtotal	62,4%
Outros produtos	37,6%
Total	100,0%



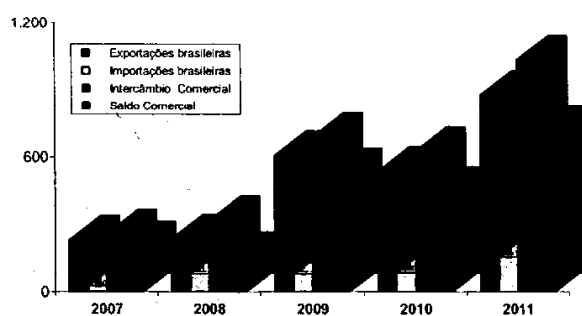
A pauta de importação de Bangladesh é bastante diversificada. Os principais produtos importados pelo país em 2010 foram: algodão (13%); máquinas mecânicas (11%); máquinas elétricas (8%); combustíveis (7%); e ferro e aço (5%).

BRASIL-BANGLADESH: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	231	237	607	538	877
Variação em relação ao ano anterior	-15,9%	2,5%	156,2%	-11,4%	63,1%
Importações brasileiras	25	80	79	88	157
Variação em relação ao ano anterior	110,8%	216,2%	-1,4%	12,2%	77,6%
Intercâmbio Comercial	256	317	686	626	1.034
Variação em relação ao ano anterior	-10,6%	23,5%	116,6%	-8,7%	65,1%
Saldo Comercial	206	157	529	450	721

Fonte: Banco Mundial (MRE/OPRE) e Departamento de Comércio, com base nos dados do MDIC/SECEX/ANEXO 2011

Bangladesh foi o 56º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 303%, passando de US\$ 256 milhões, para US\$ 1 bilhão, sendo 230% nas exportações e 522% nas importações. A participação de Bangladesh no comércio exterior brasileiro foi de 0,2% em 2011.

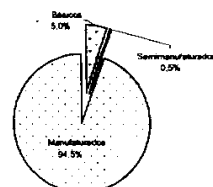
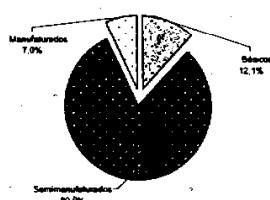


BRASIL-BANGLADESH: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART %	VALOR	PART %
Básicos	106	12,1%	8	5,0%
Semimanufaturados	710	80,9%	1	0,5%
Manufaturados	62	7,0%	148	94,5%
Total	877	100,0%	157	100,0%

Elaboração: Ministério da Economia, Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, em parceria com a UNICOM

As exportações brasileiras para Bangladesh são compostas em sua maior parte por produtos semimanufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar e gorduras/óleos. Em seguida estão os produtos básicos, com 12% e os manufaturados com 7%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 95% do total em 2011, seguido dos produtos básicos com 5%.



BRASIL-BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para Bangladesh - 2011
			Valor	no total	
Açúcar	406	420	612	69,7%	
Gorduras/óleos	97	33	130	14,8%	
Cereais	0	0	39	4,4%	
Algodão	6	26	27	3,0%	
Sementes/grãos	53	19	26	3,0%	
Subtotal	562	497	833	94,9%	
Outros produtos	45	41	44	5,1%	
Total	607	538	877	100,0%	

Açúcar é o principal item brasileiro exportado para Bangladesh. Juntamente com gorduras/óleos somaram 85% da pauta. Em seguida destacaram-se: cereais (4%), algodão (3%) e sementes/grãos (3%).

BRASIL-BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Importações brasileiras originárias de Bangladesh - 2011
			Valor	no total	
Vestuário de malha	34	49	70	44,9%	
Vestuário exceto de malha	17	22	46	29,7%	
Adubos	14	0	16	10,1%	
Outras fibras têxteis vegetais	2	10	15	9,7%	
Subtotal	66	81	148	94,3%	
Outros produtos	13	7	9	5,7%	
Total	79	88	157	100,0%	

As importações brasileiras originárias de Bangladesh apresentaram alto grau de concentração. Os vestuários de malha e exceto de malha somaram quase 75% das compras em 2011. Adubos correspondem pela 3ª posição da pauta com 10% no total das compras.

Aviso nº 713 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

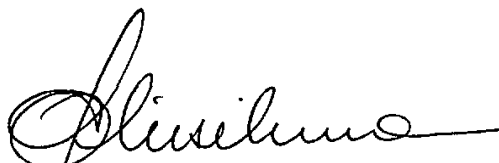
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

. (À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a Mensagem nº 71, de 2012 (Mensagem nº 369, de 15/8/2012, na origem), da Senhora Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.*

RELATOR: Senador JARBAS VASCONCELOS

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

O Sr. **RICARDO NEIVA TAVARES** nasceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1957, é filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira no posto de Terceiro Secretário no ano seguinte. Graduou-se pela École Nationale d'Administration, em Paris, em 1984, e concluiu os cursos de Aperfeiçoamento do Diplomata (1985) e de Altos Estudos (1997) do Instituto Rio Branco. Em 1999, publicou a tese "As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas".

Ascendeu a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2001; e a Ministro de Primeira Classe em 2005.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assessor da Secretaria-Geral, de 1993 a 1995; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, entre 2001 e 2003; Chefe da Assessoria de Comunicação Social, de 2003 a 2006; e Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2006 a 2008.

No Exterior, exerceu, entre outras, a função de Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas, de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada em Camberra, de 1998 a 2001; e Embaixador do Brasil junto às Comunidades Européias (2008 a 2010) e junto à União Europeia, de 2010 até o presente.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas.

O Diplomata indicado é portador da Ordem Nacional do Mérito, da França, no grau de Cavaleiro; da Ordem Real do Mérito, da Noruega, no grau de Comendador; da Ordem Al Alaoui, do Marrocos, no grau de Comendador; da Ordem da Legião de Honra, da França, no grau de Oficial; da Ordem de Orange Nassau, dos Países Baixos, no grau de Grande Oficial; e da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, do Brasil.

Quanto à República Italiana, importa registrar nesse relatório algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A República Italiana tem uma população de 59,9 milhões de habitantes (estimativa de 2009) numa área de 301 mil km². Seu produto interno bruto PPP é de 1,908 trilhão de dólares, o que lhe proporciona uma renda per capita PPP de 31,5 mil dólares (dados de 2010). A Itália é um Estado unitário de regime parlamentar. O Presidente da República é eleito para mandato de sete anos por colégio eleitoral constituído pelas duas casas do Parlamento e representantes dos Conselhos regionais. O Parlamento é bicameral, conformado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República (eleitos e aos quais somam-se os ex-presidentes da República e cinco senadores vitalícios designados pelo Presidente da República que

tenham se distinguido por elevados méritos nos setores cultural ou social).

A Itália atravessa momento econômico de complexidade, no contexto da crise que atualmente afeta a zona do Euro. A economia italiana – que já vinha apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus há anos e uma dívida pública em torno de 120% do PIB – apresentou forte deterioração no contexto de agravamento da crise da zona do Euro em fins de 2011, com crescente desconfiança dos agentes econômicos relativa à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos.

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de italo descendentes fora da Itália), a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano). Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

O intercâmbio comercial bilateral evoluiu de US\$ 6,4 bilhões em 2006 para US\$ 9 bilhões em 2010. Em 2011, o intercâmbio voltou a crescer, atingindo US\$ 11,6 bilhões, com déficit brasileiro de US\$ 781 milhões. A Itália foi o 8º principal parceiro comercial brasileiro em 2011 e o 3º entre os membros da União Europeia.

As exportações brasileiras para a Itália são compostas em sua maior parte por produtos básicos, com destaque para minérios (30%), café (14%), pasta de madeira (9%) e peles (8%). Bens semimanufaturados e manufaturados respondem por 24% e 22,4%, respectivamente. Nas importações, os produtos manufaturados representaram 97,9% do total em 2011, com alto grau de concentração em máquinas, automóveis e farmacêuticos, que representaram 68% das compras brasileiras em 2011.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, no ano de 2009 a Itália investiu US\$ 213 milhões no Brasil, valor 53% menor que o registrado em 2008 e 22% menor que o verificado em 2007. Apesar dessa queda, o Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Nesse sentido, a FIAT anunciou investimentos da

ordem de três bilhões de Euros nos próximos cinco anos no Brasil para a renovação de sua unidade em Minas Gerais e para a construção de nova planta em Pernambuco.

Sobre a República de San Marino, importa colacionar alguns dados trazidos do informe do Ministério das Relações Exteriores, para subsidiar o debate nesta Comissão. San Marino ocupa área de 61,16 km² e tem população de 31.851 habitantes. Seu produto interno bruto PPP é de US\$ 1,662 bilhão, o que lhe propicia renda per capita PPP de US\$ 52.180.

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país.

Em 2002, os governos do Brasil e de San Marino estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O intercâmbio comercial bilateral apresenta crescimento constante nos últimos anos, com saldo favorável para San Marino. Em 2010, as exportações brasileiras totalizaram 29 mil dólares, ao mesmo tempo em que as importações de San Marino alcançaram o valor de 6,03 milhões de dólares. O Brasil importa basicamente produtos farmacêuticos, responsáveis por 93,3% da pauta de importações em 2010, e exporta aparelhos de ótica e fotografia e vestuário.

Quanto à República da Malta, os dados a registrar são os que se seguem. O país tem área de 316 km², distribuídas em três ilhas principais, onde vivem 416.000 habitantes (dados de 2010). Suas línguas oficiais são o maltês e o inglês. Seu produto interno bruto PPP é de US\$ 9,44 bilhões, o que lhe proporciona uma renda per capita PPP de US\$ 22.968 (dados de 2008). Malta é uma república parlamentar. O presidente é eleito pelo parlamento para um período de cinco anos. Sua posição é basicamente cerimonial. O parlamento é unicameral e tem 69 membros eleitos diretamente, em sistema proporcional.

Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974. Em 45 anos a economia passou por uma reestruturação bem sucedida, superando sua dependência das forças militares britânicas.

Na condição de país pequeno, situado geograficamente em ponto de importância estratégica, Malta tem na política externa a coluna-mestra de sua viabilidade como Estado soberano. O bom relacionamento internacional está, portanto, entre as preocupações maiores do seu governo. Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país subscreveu o Acordo Schengen em dezembro de 2007.

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma desde julho de 2010. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo brasileiro.

Embora estejam talvez ainda aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importa, principalmente, circuitos integrados, microprocessadores e interruptores. As exportações brasileiras concentraram-se em açúcar, carne bovina e café solúvel. No primeiro trimestre de 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 12,52 milhões, com déficit de US\$ 6,84 milhões para o Brasil.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 71, DE 2012** **(nº 369/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Os méritos do Senhor Ricardo Neiva Tavares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita de Dilma Rousseff.

00001.004423/2012-31

EM nº 00235/2012 MRE

Brasília, 2 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 235/DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 2 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RICARDO NEIVA TAVARES

CPF.: 221.191.241-91

ID.: 7729 MRE

1957 Filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro-RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1984 École Nationale d'Administration/ENA (Promotion Léonard de Vinci), Paris/FR
 1985 CAD - IRBr
 1997 CAE - IRBr, As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
 1982 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário
 1994 Conselheiro
 2001 Ministro de Segunda Classe
 2005 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1980-85 Divisão da Europa I, Assistente
 1985-86 Divisão da Europa II, Assistente
 1986-89 Embaixada em Paris, Segundo e Primeiro-Secretário
 1989-93 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário
 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
 1993-95 Secretaria-Geral, Assessor
 1995-98 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
 1998-01 Embaixada em Camberra, Conselheiro
 2000 LII Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Adelaide, Chefe da Delegação
 2001 Departamento Econômico, Assessor
 2001-03 Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenador-Geral
 2003-06 Assessoria de Comunicação Social, Chefe
 2006-08 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
 2008 Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, Embaixador
 2008 I Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação
 2008 II Reunião do Comitê Diretivo do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia, Bruxelas, Chefe da Delegação
 2009 I Reunião de Altos Funcionários do Diálogo Estruturado sobre Migrações entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
 2009 XXIX Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
 2010 Missão do Brasil junto à União Europeia, Embaixador
 2010 III Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação

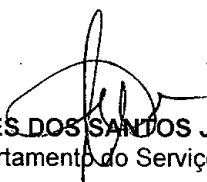
Condecorações:

1985 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
 2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Comendador

2005 Ordem Al Alaoui, Marrocos, Comendador
2006 Ordem da Legião de Honra, França, Oficial
2008 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial
2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

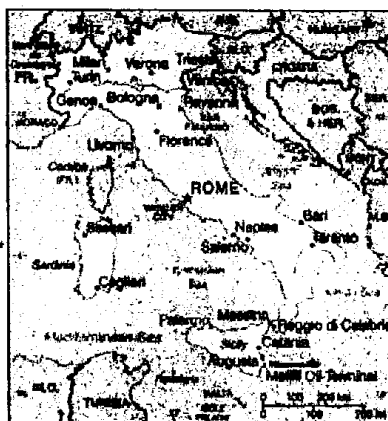
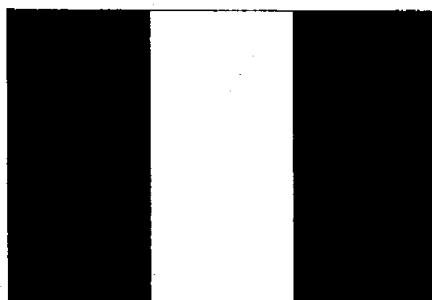
Publicações:

1999 As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas, Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, Brasília


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ITALIANA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Italiana
CAPITAL	Roma
ÁREA	301.333 km ²
POPULAÇÃO	59,9 milhões (est. 2009)
RELIGIÃO	Catolicismo (mais de 90%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Giorgio Napolitano (desde mai/06)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mario Monti (desde nov/11)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Giulio Terzi (desde nov/11)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gherardo La Francesca (desde ago/09)
EMBAIXADOR EM ROMA	José Viegas Filho (desde abr/09)
PIB (est. 2010)	US\$ 2,051 trilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 33,9 mil
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 1,908 trilhão
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 31,5 mil
MOEDA	Euro (€)

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL ↔ ITALIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (até 5/12)
Intercâmbio	4.958,5	5.504,9	6.406,8	7.811,6	9.378,0	6.679,8	9.072,9	11.663,7	1.695,4
Exportações	2.909,0	3.228,7	3.836,4	4.463,7	4.765,1	3.016,2	4.235,3	5.440,9	681,6
Importações	2.049,4	2.276,2	2.570,4	3.348,0	4.612,9	3.663,6	4.837,6	6.222,8	1.013,7
Saldo	859,6	952,5	1.266,0	1.115,7	152,1	-647,5	-602,3	-781,9	-332,1

Fonte: MDIC

DADOS BIOGRÁFICOS**Giorgio Napolitano
Presidente da República**

Nascido em Nápoles, em 29 de junho de 1925. Casado, pai de dois filhos.

Formação acadêmica:

1947: Graduado em Direito pela Universidade de Nápoles

Atividade profissional e política:

1943: participa dos movimentos de resistência ao nazifascismo na região da Campânia.

1945: ingressa no Partido Comunista Italiano (PCI). Secretário federal em Nápoles e Caserta.

1953-1996: Deputado, reeleito em diversos mandatos, pela circunscrição de Nápoles.

1956: responsável pela Comissão Meridional do Comitê Central do PCI.

1960-1962: responsável pela seção do "Trabalho de Massa".

1963-1966: Secretário da Federação Comunista de Nápoles.

1966-1969: membro da Direção Nacional do PCI. Coordenador dos departamentos de Secretaria e Político do Partido.

1969-1975: responsável pela Política Cultural do PCI.

1976-1979: porta-voz do PCI junto ao Governo Andreotti. Responsável pelos temas de política econômica no PCI.

1981-1986: presidente do grupo parlamentar do PCI na Câmara dos Deputados.

1986: Diretor de política externa e relações internacionais do PCI.

1989-1992: eleito pelo PCI ao Parlamento Europeu.

1989: nomeado Ministro do Exterior do "Gabinete Sombra" do PCI.

1991: participa da fundação do Partido Democrático de Esquerda (PDS).

1992: nomeado Presidente da Câmara dos Deputados.

1996-1998: Ministro do Interior do Governo Prodi.

1999-2004: eleito pelo PDS ao Parlamento Europeu.

23 de setembro de 2005: nomeado Senador vitalício.

10 de maio de 2006: eleito Presidente da República.

Mario Monti
Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) e Ministro da
Economia e Finanças

Nascido em 19 de março de 1943, em Varese, foi membro da Comissão Europeia, responsável pelo mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais. Em 1965 graduou-se em Economia na Universidade Bocconi, em Milão.

Além de vários cargos no setor privado (conselhos de empresas como Fiat, Generali, Comit, onde foi vice-presidente de 1988 a 1990), Monti ocupou cargos de destaque em vários comitês governamentais e parlamentares. Em 1995 tornou-se membro da Comissão Santer, assumindo a chefia de mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais da Comunidade Europeia.

Colunista do Corriere della Sera, Monti é autor de numerosas publicações, dedicadas especialmente a questões de economia monetária e finanças, incluindo: "Questões de Economia Monetária" (1969) e "O Sistema Financeiro e de Crédito Italiano" (1982).

Em novembro de 2011, o Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano, nomeou Mario Monti Senador vitalício. Poucos dias depois, na sequência da crise política, econômica e internacional que levou à queda de Silvio Berlusconi, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros.

Giulio Terzi di Santa'Agata
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália

Nascido em 09/06/1946, em Bérgamo (Lombardia).

Graduado em Direito, pela Universidade de Milão, onde especializou-se em Direito Internacional.

Experiência profissional:

1973: ingresso no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1973-1975: atuou no Cerimonial da República, na organização de visitas de delegações italianas ao exterior.

1975-1978: Embaixada da Itália em Paris (Primeiro Secretário, Setor Político).

1978: assessor especial do Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros.

1980-1986: Conselheiro Econômico e Comercial no Canadá.

1986: Cônsul-Geral em Vancouver, durante a "Expo 86".

1987-1989: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral de Assuntos Econômicos e Direção-Geral de Pessoal, Chefê de Divisão).

1990-1993: Representação da Itália junto à OTAN (Bruxelas), Conselheiro.

1993-1998: Representação da Itália junto às Nações Unidas (Nova York), Conselheiro, Ministro, Vice-Representante Permanente.

1999-2001: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Secretário-Geral Adjunto).

2002-2004: Embaixador da Itália em Tel-Aviv.

2004-2008: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diretor-Geral de Cooperação Política Multilateral e Direitos Humanos, Diretor Político).

2008-2009: Representante Permanente da Itália nas Nações Unidas (Nova York).

Outubro de 2009: Embaixador da Itália em Washington.

16/11/2011: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Mario Monti.

POLÍTICA INTERNA

A República Italiana é um Estado unitário de regime parlamentar. O Chefe de Estado é o Presidente Giorgio Napolitano, eleito em maio de 2006 para mandato de 7 anos. O Chefe de Governo é o Presidente do Conselho de Ministros Mario Monti, no cargo desde 16 de novembro de 2011, na condição de líder de um Executivo técnico de transição formado após crise de governabilidade durante a quarta gestão de Silvio Berlusconi. O atual Governo tem como mandato promover uma série de reformas econômicas, financeiras e sociais pactuadas com as instituições comunitárias em Bruxelas, a fim de fortalecer a Itália frente à crise europeia.

Como resultado das eleições de 2008, o Parlamento italiano conta hoje com a presença de seis partidos políticos e de considerável parcela de deputados e senadores pertencentes ao chamado “Grupo Misto” (sem partido). Ideologicamente, os partidos representados são, na centro-esquerda, o Partido Democrático (PD) e o movimento “Italia dei Valori” (IDV); na centro-direita, a Liga do Norte e o “Popolo della Libertà (PDL; o partido do ex-Premiê Berlusconi, formado pela fusão de seu antigo partido “Forza Italia” e da Aliança Nacional, com raízes na extrema direita); e, no centro “moderado”, a “União dos Democratas Cristãos e de Centro” (UDC), o “Futuro e Libertà per l’Italia (FLI, formado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Gianfranco Fini, após desentendimentos com Berlusconi) e a “Alleanza per l’Italia” (API, uma dissidência do Partido Democrático).

Recentes eleições provinciais demonstraram acentuada queda de popularidade dos partidos de direita. As próximas eleições legislativas, com subsequente escolha dos Chefes de Estado e de Governo, estão previstas para março de 2013.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Itália atravessa momento econômico de complexidade, no contexto da crise que ora afeta a zona do Euro. A economia italiana – que já vinha apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus há anos e uma dívida pública em torno de 120% do PIB – apresentou forte deterioração no contexto de agravamento da crise da zona do euro em fins de 2011, com crescente desconfiança dos agentes econômicos relativa à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos.

A seriedade do cenário econômico levou à substituição do então Presidente do Conselho de Ministros, Silvio Berlusconi, pelo economista Mario Monti, em

novembro de 2011. O novo Chefe de Governo, que acumula o cargo de Ministro de Economia e Finanças, levou a cabo, então, amplo pacote de austeridade e reformas, com significativos cortes orçamentários e aumento de impostos.

Passados quase sete meses da posse de Monti, há sinais de recuperação, ainda que insuficientes para acalmar os mercados e afastar a instabilidade econômica. Com reformas nos setores tributário, trabalhista, previdenciário e no financiamento de obras públicas, Monti adotou “guerra declarada” à evasão fiscal e logrou implementar medidas para a simplificação burocrática e liberalização de profissões. Parecem ainda tímidas, porém, as ações para a retomada do crescimento nacional.

Recentes medidas deverão reduzir o consumo interno em 7,6%. Dados oficiais revelam quadro recessivo com previsão de que a carga tributária atinja, em 2012, 45,5% do PIB, cifra sem precedentes. A Confindustria acredita em uma retração do PIB de 1,6%, em 2012, e na manutenção do quadro recessivo em 2013, com possível perda de 800 mil postos de trabalho. A Comissão Europeia prevê crescimento negativo de 1,4% do PIB em 2012 – queda levemente menor do que a prevista pela Economist Intelligence Unit, de 1,9% – e recuperação em 2013, quando a economia italiana deverá crescer 0,4%. A Comissão projeta desemprego de 9,5% neste ano e 9,7% em 2013; inflação de 3,2% em 2012 e 2,3% no ano seguinte; e quedas no déficit público, de 2,0% para 1,1%, e da dívida, de 123,5% para 121,8%, naqueles anos.

Em 2011, o comércio exterior italiano cresceu 16% em relação a 2010, alcançando US\$ 1,04 trilhão. As importações italianas em 2011 aumentaram 15%, atingindo volume de cerca de US\$ 525 bilhões. Seus principais fornecedores foram Alemanha, França, China e Países Baixos. A UE é origem de 53% das importações da Itália. O Brasil está em 22º lugar entre os fornecedores à Itália.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Certamente contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de italodescendentes fora da Itália), a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano). Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

As relações Brasil-Itália mantêm forte dinamismo em áreas tais como cooperação trilateral e comércio e investimentos. A Itália é a terceira maior parceira comercial do Brasil na UE, após a Alemanha e os Países Baixos; uma vez que os PB se acham nessa posição por conta do efeito concentrador do Porto de Roterdã, a Itália se encontra, na prática, na segunda posição entre os países da UE, com corrente total de US\$11 bilhões e exportações brasileiras de US\$5,4 bilhões.

Apesar do dinamismo do quadro geral das relações bilaterais, persistem diferenças de enfoque sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que a Itália se posiciona de forma contrária às propostas do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão). O relacionamento bilateral foi pontuado recentemente por dois temas: o bloqueio das contas das Missões brasileiras no país (os Tribunais de Milão e Siena decidiram em favor do Governo brasileiro e decretaram o fim da penhora) e o caso Battisti.

Não obstante detalhes pontuais, a relação política e econômica é extremamente sólida e produtiva. Os contatos de alto nível prosseguem: a Presidenta Dilma avistou-se com o PM Monti no dia 18/jun passado, em Los Cabos, no México. Registra-se fluxo regular de visitas Ministeriais e há realização constante de missões empresariais, que têm culminado em diversos projetos de investimento no Brasil de capital italiano.

Plano de Ação e Parceria Estratégica Brasil-Itália

Por ocasião do encontro entre o ex-Presidente Lula e o ex-Primeiro-Ministro Berlusconi em abril de 2010, em Washington, à margem da Cúpula de Segurança Nuclear, Brasil e Itália celebraram o Plano de Ação no âmbito da Parceria Estratégica bilateral, lançada em Declaração Conjunta do Presidente Lula e do então Primeiro-Ministro Romano Prodi, quando de sua visita ao Brasil em novembro de 2007.

O Plano prevê uma série de iniciativas para aprofundar o diálogo político bilateral e a cooperação em diversas áreas: espacial, de defesa, econômico-comercial, industrial, financeira, energética, cultural e acadêmica, entre outras. Na esfera política, o Plano prevê um diálogo de alto nível sobre temas relevantes e urgentes da agenda multilateral, com ênfase no compromisso de contribuir de forma positiva para uma reforma abrangente da ONU, inclusive do CSNU.

No documento, ambos os países sublinham a grande importância que atribuem ao diálogo construtivo, institucionalizado e regular entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para a moldura de uma nova arquitetura financeira internacional e ressaltam a relevância do G20F como foro de resposta a questões econômicas e de governança financeira internacional. No âmbito regional, os dois países reiteram no documento a importância da Parceria Estratégica entre Brasil e UE na construção de uma ordem internacional multipolar e defendem a retomada das negociações de um Acordo de Associação entre Mercosul e UE, na

expectativa de que se chegue a um entendimento ambicioso, equilibrado e abrangente.

O Plano de Ação também prevê o desenvolvimento de um relacionamento privilegiado na área de defesa, embasado na parceria industrial e na transferência de tecnologia. Na esfera econômico-comercial, o documento registra que Brasil e Itália pretendem utilizar, de forma crescente, suas agências de fomento para estimular os investimentos, a cooperação industrial e o comércio bilateral, no entendimento de que se devem estimular novos mecanismos financeiros para ampliar o acesso ao crédito e incrementar o comércio bilateral.

Assuntos Consulares

O Brasil é o país com o maior número de italodescendentes fora da Itália, com números estimados entre 28 e 35 milhões de nacionais brasileiros com origem italiana. Os dados mais recentes (2010-11) sobre brasileiros residentes na Itália contabilizam 77 mil nacionais (62 mil sob a jurisdição do Consulado-Geral em Milão e 15 mil no âmbito do Consulado-Geral em Roma).

Representações consulares brasileiras com suas respectivas jurisdições

O Brasil possui dois Consulados-Gerais na Itália – um em Roma, outro em Milão.

Ademais, há consulados honorários em Bari, Florença, Nápoles, Palermo, Bolonha, Gênova, Turim e Veneza.

Programa Ciência Sem Fronteiras

O programa deve levar 6 mil estudantes e pesquisadores brasileiros para a Itália nos próximos 4 anos (400 deverão chegar já a partir de agosto de 2012). O acompanhamento das atividades dos bolsistas será realizada, em coordenação com a CAPES/CNPq e o Itamaraty (por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma), pela Secretaria Técnica do CsF na Itália, sediada na Universidade de Bolonha.

A Itália é um dos cinco primeiros parceiros do Brasil no âmbito do Programa CsF. Quatorze reconhecidas universidades e centros de pesquisas públicos e privados (associados à empresa Italia Telecom, proprietária da TIM) da Itália formalizaram sua adesão ao programa.

Cooperação em ciência e tecnologia

A cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação é regida pelo “Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica” de 1997, em vigor desde 1999. Está previsto no acordo a criação de Comissão Mista Permanente, para

implementar o instrumento e acompanhar o andamento de iniciativas bilaterais em ciência & tecnologia ("C&T"). No Plano de Ação da Parceria Estratégica, as partes se comprometeram a reunir a I Comissão Mista de Cooperação em C&T no segundo semestre de 2010.

Em novembro de 2009, o Grupo de Trabalho sobre C&T reuniu-se no âmbito da IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, quando foram discutidas iniciativas de ação conjunta nas áreas de saúde, telecomunicações, metrologia, pesquisa agrícola, espacial, mecanismos de desenvolvimento limpo, cooperação acadêmica e universitária e biocombustíveis de segunda geração. Houve a aprovação de nove projetos no edital do "Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Itália 2008-2010" e a assinatura de convênio entre o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T e Inovação (CONSECTI) e a Embaixada da Itália em Brasília para realização no Brasil de seminários e outros eventos na área de C&T.

Cooperação técnica

Brasil e Itália celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 1972. Ao abrigo desse instrumento, está em execução, desde junho de 2004, "Programa para Prevenção e para o Controle de Incêndios na Floresta Amazônica" ("Amazônia sem Fogo"), em parceria com o IBAMA e o MMA.

Cooperação trilateral

Devido ao sucesso do programa "Amazônia sem Fogo" no Brasil, decidiu-se expandi-lo para outros países da Bacia Amazônica por meio da cooperação trilateral.

Cabe destacar ainda a importância do Projeto de "Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo C", no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo.

Do lado brasileiro, o projeto é patrocinado pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal. O projeto tem o apoio da Aliança de Cidades e insere-se na "Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo".

Cooperação descentralizada

O "Projeto 100 Cidades", ativo desde 2005, é promovido pela Cidade de Turim, pela ANCI (Associação Nacional de Prefeituras Italianas), pela Província de La Spezia, pela UPI (União das Províncias da Itália) e pela FNP (Frente Nacional de Prefeitos – Brasil). Conta com apoio institucional da Presidência da República e do Ministério das

Cidades. O objetivo é apoiar as políticas de descentralização administrativa e democracia participativa do Governo brasileiro, por meio de atividades de cooperação descentralizadas e de valorização das competências das administrações locais italianas e brasileiras. O Programa visa à construção de um quadro de referência institucional e temático, com vistas a facilitar o relacionamento, as parcerias e a coordenação das atividades de cooperação entre os entes locais brasileiros e italianos.

O Programa “Brasil Próximo” visa a apoiar o desenvolvimento local integrado no território, por meio da concertação e da pactuação dos entes federativos. Os eixos trabalhados pela iniciativa são o turismo; o cooperativismo; o desenvolvimento econômico local; e as políticas sociais. São dezenas de projetos em nove regiões brasileiras abarcando mais de sessenta municípios e oito estados brasileiros. Com duração de 2009 a 2011, o projeto foi criado a partir da parceria das regiões italianas da Umbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria e conta com apoio institucional e financeiro Chancelaria italiana e dos Governos locais, Estaduais e Federal do Brasil.

Cooperação cultural

Desde a assinatura do Acordo Cultural, em 1958, as relações Brasil-Itália sobre o tema tem ampliado seu escopo e substância. Uma série de atos bilaterais na área cultural foram assinados nas décadas seguintes, sobretudo nos últimos anos, com ênfase especial na área de co-produção cinematográfica, a exemplo dos Acordos sobre Co-Produção Cinematográfica, de 1974, e o Acordo de Cooperação Cultural, de 1997, que veio a substituir o Acordo Cultural de 1958.

“Momento Itália-Brasil”

O Governo italiano tem promovido, no período 2011-2012, o evento cultural “Momento Itália-Brasil”, com a finalidade de valorizar e divulgar a cultura italiana no Brasil. Tal iniciativa se baseia no exemplo do “Ano do Brasil na França” e deve traduzir-se na realização de uma série de atividades artísticas, culturais e de natureza acadêmica. Foram realizadas exposições, concertos, seminários, apresentações teatrais, mostras de cinema e debates.

Cooperação universitária

Entendimentos mantidos entre a Embaixada do Brasil em Roma e a Universidade de Bolonha levaram à criação, em 15/04/11, da Fundação Cultural Ítalo-Brasileira (FIBRA), nos moldes da existente na Espanha com a Universidade de Salamanca, para incentivar e desenvolver atividades formativas, científicas e culturais que promovam o conhecimento da realidade brasileira na Itália. Essa iniciativa se ajusta aos objetivos do Plano de Ação firmado pelos dois Governos, o qual propõe, entre suas prioridades no campo cultural, “a aproximação continuada e o conhecimento recíproco

entre as sociedades brasileira e italiana”, por meio de atividades de difusão da língua portuguesa, da promoção da cultura brasileira na Itália e da cooperação universitária bilateral.

Cooperação espacial

Na Europa, a Itália, juntamente com França, Alemanha e Espanha, é um dos líderes em termos de desenvolvimento tecnológico no campo espacial.

Na visita à Itália do ex-Presidente Lula, em novembro de 2008, foi assinada Carta de Intenções entre AEB e ASI, identificando áreas de interesse mútuo. Entre as áreas identificadas, destacam-se ciências espaciais; observação da Terra; comunicações espaciais; atividades estratosféricas; e educação e capacitação técnica. O instrumento prevê o intercâmbio de técnicos, a organização de seminários, e a cooperação entre institutos e indústrias dos respectivos setores espaciais.

Caso Battisti

O caso Cesare Battisti remonta a 18 de março de 2007, quando o ex-militante dos Proletários Armados para o Comunismo (PAC) foi detido no Brasil, tendo o então Ministro da Justiça da Itália, Clemente Mastella, feito o pedido de sua extradição.

Desde então, os vários desdobramentos do caso incluíram concessão de “status” de refugiado político pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro (13/01/2009), parecer do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, recomendando o arquivamento do processo de extradição (27/01/2009) e recurso da Itália para reverter a decisão de refúgio. Em 18 de novembro de 2009, o STF autorizou a extradição, mas determinou que caberia ao Presidente da República decidir sobre a efetivação da entrega de Cesare Battisti às autoridades italianas.

Em 31 de dezembro de 2010, o Presidente Lula anunciou a decisão de não-extradição, devido à situação particular de Battisti. Durante o processo envolvendo o caso, ocorreram várias manifestações, nos mais diversos níveis, da classe política italiana e da sociedade civil. O Presidente Napolitano dirigiu carta à Presidenta Dilma (13/01/11), na qual anunciou a intenção italiana de impetrar recurso contra a denegação da extradição. A Presidenta Dilma respondeu a referida carta (24/01/11), enfatizando ter sido a decisão presidencial tomada com fundamento em parecer da AGU e reiterando que a denegação não equivalia a juízo de valor sobre o judiciário italiano.

Em 8 de junho de 2011, o STF decidiu pelo não-conhecimento da ação apresentada pelo Governo italiano no sentido de que fosse invalidada a decisão do PR Lula quanto à não-extradição de Battisti.

Bloqueio de contas das Missões brasileiras na Itália

A título de execução de sentenças do Tribunal de Arezzo contra a empresa pública brasileira Valec em causas movidas pela empresa italiana Italplan, os Tribunais de Siena e de Milão decretaram em janeiro e março deste ano a penhora das contas das Missões Diplomáticas e Consulares do Brasil na Itália no banco Monte dei Paschi di Siena (agência romana) e do Banco do Brasil em Milão, em violação do princípio da imunidade de jurisdição, assegurado pelas Convenções de Viena. As medidas provocaram decidida reação do Governo brasileiro, que reclamou o empenho das autoridades italianas para o imediato desbloqueio das contas penhoradas, sob risco de comprometimento das relações bilaterais.

Em resposta, a Farnesina, por intermédio da “Avvocatura Generale dello Stato”, secundou o Estado brasileiro em juízo nas audiências convocadas para tratar do assunto nos Tribunais de Milão, em 08/05/12, e de Siena, em 24/05/12. O Tribunal de Milão acolheu o recurso brasileiro e decretou o fim da penhora, com o desbloqueio imediato das contas no Banco do Brasil.

O Tribunal de Siena suspendeu a penhora com base em “fortes razões jurídicas” no sentido de que as contas são impenhoráveis, mas o processo pertinente ainda não foi concluído. A extinção da penhora pode ser declarada *ex-officio* pelo juiz de Siena caso a empresa Italplan não solicite a continuidade do processo para apreciação do mérito até o final de julho.

Comércio e investimentos bilaterais

Comércio

O intercâmbio comercial bilateral evoluiu de US\$ 6,4 bilhões, em 2006, para US\$ 9 bilhões, em 2010, o que representou aumento de cerca de 30%. Em 2010, o fluxo de comércio bilateral recuperou a queda de 2009 atribuída à crise econômico-financeira internacional e atingiu os mesmos patamares do ano de 2008. Em 2011, o intercâmbio voltou a crescer, atingindo US\$11,6, com déficit brasileiro de US\$ 781 milhões.

A Itália foi o 8º principal parceiro comercial brasileiro em 2011 e o 3º entre os membros da União Europeia. De 2007 a 2011, o intercâmbio comercial cresceu 49%, passando de US\$ 7,8 bilhões, para US\$ 11,6 bilhões, com saldo favorável à Itália.

As exportações brasileiras para Itália são compostas em sua maior parte por produtos básicos (53,6% das vendas em 2011), com destaque para minérios (30%), café (14%), pasta de madeira (9%) e peles (8%). Bens semimanufaturados e manufaturados respondem por 24,0% e 22,4%, respectivamente.

Nas importações, os produtos manufaturados representaram 97,9% do total em 2011, com alto grau de concentração em máquinas, automóveis e farmacêuticos, que representaram 68% das compras brasileiras em 2011.

Investimentos

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos italianos no Brasil aumentaram 26% em 2008 em relação a 2007, atingindo volume total de US\$ 326 milhões em dezembro de 2008. No ano de 2009, contudo, a Itália investiu US\$ 213 milhões no Brasil, valor 53% menor do que o registrado em 2008 e 22% menor do que o verificado em 2007 (US\$ 259 milhões).

Apesar dessa queda, o Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Registra-se, a participação de companhias italianas no início do processo de industrialização brasileiro (a Pirelli, por exemplo, celebrou em 2009 os seus 80 anos de presença no Brasil), cujo dinamismo continua até os dias de hoje. Nesse sentido, a FIAT anunciou investimentos na ordem de € 3 bilhões nos próximos cinco anos no Brasil para a renovação de sua unidade em Minas Gerais e para a construção de nova planta em Pernambuco.

O Brasil é destino freqüente de missões empresariais italianas. A missão comercial mais recente, chefiada pela Subsecretária do Ministério dos Negócios Estrangeiros Marta Dassù, teve início no dia seguinte 22 de maio em SP. Foi uma iniciativa conjunta do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Farnesina e 16 das 22 regiões italianas. A missão, com duração de uma semana, consistiu de cerca de 250 empresários, majoritariamente de PMEs em áreas tais como C&T e engenharia ambiental. Os empresários realizaram visitas a seis diferentes cidades brasileiras.

Na Itália, os investimentos brasileiros ainda são de proporções médias, e concentram-se no setor bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

Cerca de 585 empresas de origem italiana operam no Brasil. Entre os investimentos anunciados nos últimos anos, destacam-se a renovação da unidade da FIAT em Minas Gerais e a construção de nova planta em Pernambuco (€3 bilhões); a abertura de fábrica de barcos de luxo no Estado de Santa Catarina (Azimut-Benetti), de motocicletas na Zona Franca de Manaus (Ducatti), de processamento de plásticos (Mossi e Ghisolfi) e de siderurgia (Danielli) em

Pernambuco e de energia eólica (ENEL Green Energy) na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

O estoque de investimentos brasileiros na Itália ainda é pequeno. Concentra-se nos setores bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

II Reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio e Investimentos

A II Reunião do MMCIB ocorreu em Roma, em 22 de abril de 2010, na presença do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, e do então Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico italiano (MISE), Adolfo Urso. O Mecanismo – estabelecido em novembro de 2009 na IV Reunião do Conselho Econômico, Industrial, Financeiro e para o Desenvolvimento – foi instituído com o propósito fortalecer as relações econômicas bilaterais, apoiando a troca de informações e de visões entre os setores público e privado dos dois países sobre formas de aprimorar o ambiente de negócios; promover o comércio e os investimentos; e facilitar as transações comerciais bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre MDIC, SUFRAMA, MISE, Associação de Produtores de Motocicletas e Acessórios e Sociedade Italiana para as Empresas no Exterior, com vistas a “fomentar o desenvolvimento econômico e produtivo de empresas italianas do setor de duas rodas no Pólo Industrial de Manaus”.

Conselho Empresarial Brasil-Itália

Por ocasião da visita do ex-Presidente Berlusconi ao Brasil, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Itália, composto por personalidades eminentes do universo empresarial e econômico de ambos os países. O Conselho visa a facilitar a troca de informações econômico-comerciais, bem como discutir novas perspectivas à promoção de investimentos e do comércio bilateral. Ademais, o mecanismo deverá fornecer, na qualidade de porta-voz do setor privado, propostas e sugestões aos dois Governos em preparação às reuniões do Conselho de Cooperação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Itália sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

- 1861 – Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro.
- 1870 – Início da imigração italiana para o Brasil.
- 1891 – Reconhecimento da República brasileira pela Itália.
- 1902 – O Governo italiano proíbe a emigração subsidiada para o Brasil.
- 1942 – Brasil decreta guerra à Alemanha e Itália.
- 1944 – Embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália; Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália.
- 1965 – Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiana (Giuseppe Saragat).
- 1975 – Visita do Chanceler Azeredo da Silveira à Itália (a primeira missão bilateral importante desde 1965, após o que as relações econômicas foram efetivamente dinamizadas).
- 1997 – Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2000 – Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi.
- 2005 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália (outubro).
- 2006 – I Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira, Industrial e para o Desenvolvimento, em Roma.
- 2007 – Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi (março); II Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
- 2008 – III Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Roma; Visita de Estado à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (novembro).
- 2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália, para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontro com o PM Berlusconi; Consultas Políticas Bilaterais e IV Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
- 2010 – Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi em Washington (12 de abril), à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; visita à Itália do Ministro Nelson Jobim, para participar das celebrações do 65º aniversário do fim da II Guerra (22-27 de abril); visita ao Brasil do PM Silvio Berlusconi (28-29 de junho).
- 2010- Visita ao Brasil do Presidente Silvio Berlusconi (29 de junho).

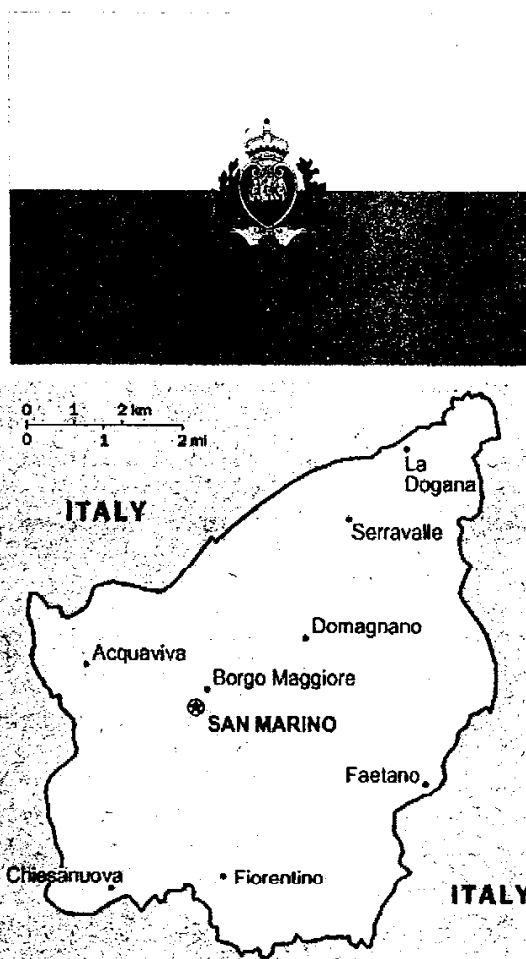
CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1861 – Unificação da Itália pelo Rei Vitorio Emanuel II da Sardenha e Piemonte.
- 1870 – Anexação de Roma (Papa “prisioneiro no Vaticano”); cidade é declarada capital do Reino da Itália.
- 1914 – I Guerra: Itália, inicialmente neutra, depois se junta aos aliados.
- 1922 – Início da ditadura fascista de Benito Mussolini.
- 1929 – Tratado de Latrão: Papa obtém a soberania da Cidade do Vaticano.
- 1939 – II Guerra: “Eixo” entre Itália, Alemanha e Japão.
- 1943 – Itália é invadida pelos aliados; cai a ditadura de Mussolini; a Itália se rende.
- 1946 – Aprovada, em plebiscito, a instauração do sistema republicano.
- 1951 – A Itália filia-se à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
- 1955 – A Itália torna-se membro da ONU.
- 1957 – Criação da Comunidade Econômica Europeia; a Itália é membro fundador.
- 1963 – Formação de um governo de centro-esquerda; Aldo Moro torna-se PM.
- 1972 – Giulio Andreotti torna-se PM, cargo que ocuparia 7 vezes em 20 anos.
- 1978 – Ex-PM Aldo Moro é seqüestrado e executado pela Brigadas Vermelhas.
- 1980 – Atentado a bomba em Bolonha é atribuído a extremistas de direita.
- 1983 – Formação de novo governo liderado por Bettino Craxi (socialista).
- 1984 – Acordo com o Vaticano: a religião católica deixa de ser a oficial do país.
- 1985 – Francesco Cossiga eleito Presidente pelos democratas-cristãos.
- 1987 – Renúncia do PM Bettino Craxi, que é sucedido pelos democratas-cristãos.
- 1993 – Bettino Craxi renuncia à liderança dos Socialistas.
- 1994 – Aliança da Liberdade vence as eleições. Bettino Craxi foge para a Tunísia.
- 1995 – Lamberto Dini lidera governo de tecnocratas.
- 1996 – Coalizão de centro-esquerda vence as eleições. Romano Prodi torna-se PM.
- 1998 – Voto de desconfiança contra Romano Prodi. Massimo D'Alema é PM.
- 1999 – Itália adota o Euro; Carlo Ciampi é eleito Presidente.
- 2000 – Renúncia de Massimo D'Alema; Giuliano Amato assume como PM.
- 2001 – Vitória de Silvio Berlusconi, liderando coalizão de centro-direita.
- 2002 – Lei permite a Berlusconi manter controle de suas empresas no poder.
- 2006 – Vitória, por pequena margem, de Romano Prodi nas eleições gerais.
- 2007 – Derrota de Romano Prodi no Senado; recondução de Prodi ao Governo.
- 2008 – Eleições gerais, com vitória de Silvio Berlusconi.
- 2011 – Comemoração do Sesquicentenário da Unificação Italiana.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Imigração e Trabalho	08/10/1921	07/03/1923
Acordo para Incentivar as Relações de Colaboração e Resolver Questões Atinentes ao Tratado de Paz de 10 de fevereiro de 1947	08/10/1949	05/07/1950
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras	05/07/1950	28/04/1952
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	25/01/1951	04/09/1952
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária	24/11/1954	08/08/1957
Acordo sobre Serviço Militar	06/09/1958	15/01/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	06/09/1958	06/09/1958
Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico de Energia Nuclear	06/12/1958	19/04/1963
Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns	21/04/1960	01/06/1960
Acordo de Migração.	09/12/1960	26/02/1965
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros.	03/08/1962	03/08/1962
Acordo sobre Direitos Autorais.	06/09/1963	06/09/1963
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	06/10/1970	06/10/1970
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regularizar os Pedidos de Admissão às Vantagens da Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regularizar a Associação do Co-Produtor Majoritário com Produtor Cinematográfico de Terceiro País	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália	30/10/1972	14/11/1972
Acordo Básico de Cooperação Técnica	30/10/1972	30/05/1980
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	03/10/1978	24/04/1981
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	18/10/1982	28/08/1984
Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria	17/10/1989	01/08/1993

Penal.		
Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil	17/10/1989	01/06/1995
Tratado de Extradicação	17/10/1989	01/08/1993
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	26/07/1995
Acordo de Cooperação Cultural	12/02/1997	09/10/1998
Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	12/02/1997	15/05/1998
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/02/1997	19/03/1999
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento	12/02/1997	25/09/1998
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	17/06/2011
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	27/03/2008	O Tratado entrará em vigor 30 dias após a troca de instrumentos de ratificação, com vigência indeterminada. EM 168, de 12/05/2008.
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	Em processo de promulgação.
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em tramitação
Acordo de Co-produção Cinematográfica	23/10/2008	Em tramitação

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE SAN MARINO**

**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012**

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	San Marino
ÁREA:	61,16 km ²
POPULAÇÃO (2010):	31.851
IDIOMAS:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFES DE ESTADO:	Capitães-Regentes Maurizio Rattini e Italo Righi no período 1/4-1/10/12
CHEFIA DE GOVERNO:	Exercida pelos integrantes do Congresso de Estado (dez Secretários de Estado), sob a presidência dos Capitães-Regentes
CHANCELER:	Antonella Mularoni, Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos (desde 3/12/2008)
PIB (2010)	US\$ 1,662 bilhão – PPP
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 52.180 – PPP
EMBAIXADOR DE SAN MARINO NO BRASIL	Filippo Francini (não-residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SAN MARINO	José Viegas Filho (não-residente)

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL ⇒ SAN MARINO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	0,015	0,007	0,353	0,093	0,227	0,311	0,031	0,029
Importações	4,262	4,517	4,286	2,534	2,841	3,682	4,809	6,003
Saldo	4,277	4,524	4,639	2,627	3,068	3,993	4,840	6,032
Superavit/Déficit do Brasil	-4,247	-4,51	-3,933	-2,441	-2,614	-3,371	-4,778	-5,974

Fonte: ALICEWeb (últimos dados disponíveis)

POLÍTICA

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de auto-governo, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patricias. Tal situação perdurou até 1906, quando o "Arengo", a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de César Bórgia, *condottiere* italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emilia-Romagna; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o *Risorgimento*. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino em face da Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada por tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patricias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No pós-guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Democrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve, conquanto séria, crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu um longo período, de vinte anos, de Governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, por meio de legislação aprovada em 1974.

A partir de 2000, tem-se verificado um período de instabilidade política, com frequentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, por meio de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Europeia e a reformas institucionais.

Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais, realizadas em 9 de novembro de 2008. Na ocasião, após reforma eleitoral, concorreram duas listas: a "Reforma e Liberdade" (de centro-esquerda, formada pelo Partido dos Socialistas e Democratas, Democratas de Centro e Esquerda Unida) e o "Pacto por San Marino" (que engloba desde a centro-esquerda à centro-direita, incluindo a Aliança Popular, a Lista da Liberdade, o Partido Democrata Cristão Samarinês e a União Samarinesa dos Moderados). Vitoriosa, com 54,23 % dos votos nas últimas eleições, a coligação "Pacto por San Marino" compôs novo governo, empossado em 3 de dezembro de 2008.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Maurizio Rattini

Capitão-Regente da República de San Marino

Co-capitão Regente desde abril junto com Italo Righi, nasceu em 1949 em San Marino. Já havia exercido a função de Capitão-Regente de outubro de 96 a abril de 97. Afiliado ao Novo Partido Socialista (NPS).

Italo Righi

Capitão-Regente da República de San Marino

Nascido em junho de 1959, é Capitão-Regente de San Marino desde 1º de abril de 2012. Nasceu em Sassofeltro, na Itália, e pertence ao partido Cristão-Democrata.

Antonella Mularoni

Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes

Nascida em San Marino a 27 de setembro de 1961.

Formada em Direito pela Universidade de Bolonha (1986).

1986-1987: Secretária Política do Secretário de Estado (Ministro) das Finanças, Orçamento e Planeamento Económico.

1987-1990: Diretora do Departamento das Comunidades no Exterior da Secretaria de Negócios Estrangeiros de San Marino.

1989-1990: Representante-Adjunta na Presidência de turno samarinesa do Comitê de Ministros do Conselho da Europa.

1993: Membro fundador do movimento político "Aliança Popular dos Democratas Samarineses".

1993-1998: Membro do Conselho Grande e Geral da República. Presidente do Grupo da Aliança Popular no Conselho. Membro das Comissões Permanentes de Negócios Estrangeiros, Imigração e Emigração, Informações, Transportes e Telecomunicações, Segurança e Ordem Pública, bem como da Comissão de Reforma do Código de Processo penal. Membro do grupo nacional na União Interparlamentar.

2001-2008: Juíza da Corte Europeia de Direitos Humanos. Vice-Presidente da Sessão 2 daquela Corte.

2008: Reeleita, na lista da Aliança Popular, para o Conselho Grande e Geral da República. Nomeada Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes.

ECONOMIA

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber, industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, da indústria leve, de cerâmica, além da filatelia e da numismática. O setor do comércio tem crescido e hoje ocupa cerca de 12% da economia.

No tocante ao quadro macroeconômico do país, segundo os dados estatísticos mais recentes, constantes da relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica", em relação ao orçamento de 2010, San Marino apresentou, em 2008, um crescimento de 1,9% (apesar de as estimativas terem previsto uma retração de 1,1%). Já o ano de 2009 registrou uma acentuada contração do PIB, da ordem de 13% (fonte: relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica" com dados do World Economic Outlook de outubro de 2010), devido, sobretudo, à queda dos investimentos atribuída à crise financeira mundial associada ao "escudo fiscal" promovido pelo governo italiano para a repatriação de capital enviado ilegalmente ao exterior. Ainda não foram divulgados dados estatísticos oficiais com relação ao ano de 2010, mas após a queda de 2009, o PIB retrocedeu aos valores registrados em 2005.

O ano de 2010 registrou, segundo o governo e as notícias da imprensa local, os primeiros sinais de recuperação da recessão econômica registrada no ano precedente. As estimativas indicavam, em janeiro de 2011, uma expectativa de retração de 1,1% do PIB em 2010. O governo reforçou as normativas internas do setor financeiro e afrouxou as regras de sigilo bancário, incrementando os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Todavia, ainda persistem muitas incertezas quanto ao andamento da economia samarinesa no ano corrente. Em boa parte, a retomada do crescimento dependerá do andamento da economia italiana e da demanda interna daquele país, destino de 90% das exportações samarinesas. As relações entre a República de San Marino e a Itália se deterioraram após a aprovação do escudo fiscal (cujos efeitos negativos foram considerados pelas autoridades locais como "devastantes") e se agravaram ulteriormente após algumas declarações do Ministro da Economia da Itália classificando aquele país como "paraíso fiscal e destino de capital ilícito". As arestas criadas também resultam das dificuldades aos cerca de 6 mil cidadãos italianos residentes na Itália que trabalham em San Marino, pois as alterações no sistema de deduções do imposto de renda introduzidas pela lei orçamentária italiana de 2011 penalizam os trans-fronteiriços.

Sobre o mercado consumidor interno, os dados disponíveis indicam que 21,3% da despesa média mensal das famílias do país destinam-se à aquisição de gêneros alimentícios e bebidas. Ademais, 15,3% da despesa média destinam-se à habitação, 10,6% ao transporte, 10,2% a refeições fora de casa e 8,5% às férias.

O sistema financeiro de San Marino conta atualmente com doze bancos, 50 sociedades financeiras e cerca de 30 corretoras de seguros. Os bancos que operam no país estão presentes no território com cerca de 50 sucursais (dados de 2005), com uma média de cerca de 10 empregados por agência. O crescimento significativo registrado no setor bancário e financeiro nos últimos anos e a evolução do país como centro financeiro têm sido acompanhados de progressiva supervisão e regulação do setor, a fim de garantir o equilíbrio e a estabilidade do sistema e, simultaneamente, evitar que seja usado para a lavagem de dinheiro. Depois da assinatura e ratificação da Convenção de Haia, de 1/07/1985, por intermédio da publicação do Decreto nr. 119 de 20/09/2004, a República de San Marino introduziu em seu ordenamento jurídico a legislação sobre trustes (Lei Nº. 37, de 17/03/2005). O sistema financeiro registrou grandes perdas como consequência da fuga, no biênio 2009-2010, de 35% dos depósitos bancários após a aprovação do "escudo fiscal" italiano. O banco central de San Marino aumentou a atividade de vigilância. As entidades financeiras concordam que devem encontrar um novo modelo de "business", que não esteja tão acoplado às rígidas normas de sigilo bancário e estão tentando desenvolver novas estratégias para atração de capital estrangeiro.

No tocante ao sistema tributário de San Marino, tratar-se-ia de estrutura simples, composta de tributos essenciais: impostos diretos com escalonamento progressivo baseado na renda líquida; o imposto proporcional pago por pessoas jurídicas (19% sobre a renda final, determinada como a diferença entre todos os elementos positivos e negativos da receita); impostos sobre renda de pessoas jurídicas auferida no exterior, reconhecido o crédito fiscal relacionado ao que já tenha sido pago no exterior, mesmo na ausência de convenção bilateral a respeito. A situação das finanças públicas de San Marino se agravou no biênio 2009-2010 devido à queda das receitas tributárias. O déficit atual situa-se em cerca de 4% do PIB.

São reduzidas as obrigações dos contribuintes perante a administração tributária no que diz respeito aos impostos sobre a renda, pagos a partir de simples declaração anual, sendo previstas deduções por créditos de imposto pago durante o ano. Entre os impostos indiretos, o mais relevante é o imposto único sobre a importação de bens ou mercadorias, de 17%, salvo determinadas categorias de bens, dependendo de sua destinação e utilização (por exemplo, alíquota de 6% sobre a importação de automóveis). Há ainda impostos sobre registros públicos, selo fiscal, heranças e o registro de hipotecas. Tais impostos são progressivos, proporcionais ou fixados segundo o ato a ser registrado. San Marino inclui-se entre os países com regime de "tributação favorecida", em conformidade com as disposições da Instrução Normativa nº 1.037 da Receita Federal do Brasil, de 4 de junho de 2010.

A crise econômico-financeira mundial, associada a pressões contra o afrouxamento das regras de sigilo bancário, e o escudo fiscal italiano atingiram em cheio a economia de San Marino. Nos últimos dois anos, a legislação samarinesa incorporou uma série de mudanças voltadas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do

terrorismo. Também foram adotados padrões internacionais em matéria de transparência e de colaboração no âmbito econômico e financeiro.

De acordo com especialistas, com a entrada em vigor, em 2010, das novas regras relativas ao setor bancário e à participação no Sistema de Divulgação de Dados do FMI, o país deverá deixar de ser classificado como "paraíso fiscal", mas terá de encontrar novas formas de atrair o capital estrangeiro, uma vez que perdeu um grande fator de competitividade internacional. O governo deverá também implementar mudanças na legislação trabalhista, hoje profundamente rígida quanto à atração de mão-de-obra especializada o que gerou um mercado interno caracterizado pela baixa produtividade e pelos elevados salários (em 2006 o salário médio mensal variava de 1.780 euros a 4.100 euros). A taxa de desemprego aumentou de 3,3% de 2006 para 5% em 2009.

TEMAS ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS

No que se refere aos temas energéticos e ambientais, a República de San Marino é parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (ratificada em 1994) e da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Em setembro de 2009, San Marino adotou procedimentos internos com vistas a preparar sua adesão também ao protocolo de Quioto.

Quando da adoção de seu primeiro Plano Energético Nacional (PEN), relativo ao período 2008-2011, San Marino era "totalmente dependente da importação de energia", não havendo plantas de produção de energia no território da República. A energia elétrica e o gás metano consumidos no país seriam fornecidos pelas empresas italianas Enel e SNAM respectivamente. Ainda de acordo com o PEN 2008-2011, o país pretende tornar-se "a primeira república do mundo com emissão zero de CO²", adotando ações diretas – voltadas à redução do consumo e à utilização doméstica de fontes renováveis – e indiretas – aquisição de energia de fontes renováveis no mercado externo e participação em iniciativas internacionais voltadas à redução da emissão de gases de efeito estufa. Em setembro de 2009, o governo local aprovou a concessão de incentivos fiscais para a realização de reformas em edifícios com vistas ao aumento da eficiência energética, assim como com o propósito de estimular a aquisição de equipamentos para a produção de energia renovável no país.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um Estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino. Compreensivelmente, as prioridades da Chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local. Vigora com a União Europeia um Acordo Monetário, pelo qual San Marino adotou o Euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

Em abril de 2010, San Marino adotou, em matéria alfandegária, a Decisão Nº 1/2010 "Omnibus" do Comitê de Cooperação UE-San Marino. A Decisão Nº1 reconfirma a plena vigência do Acordo com a União Europeia, pelo qual são recepcionados no ordenamento jurídico de San Marino os dispositivos legais referentes à união aduaneira com a UE.

San Marino pertence aos seguintes organismos internacionais: UPU (1927), UNIDROIT (1945), OMPI (1966), OMT (1971), OCDE (1973), UIT (1977), UNESCO (1974), OMS (1980) e OIT (1982). Em 1988 ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). Em junho de 2010, o Parlamento de San Marino aprovou a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para prevenir, reprimir e punir o trato de pessoas, em particular de mulheres e crianças, e a ratificação do Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para combater o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea.

San Marino tem participado do debate sobre a reforma da ONU na qualidade de membro do Grupo "Uniting for Consensus", que propugna por mudanças que divergem das posições assumidas pelo Brasil no âmbito do G4. A atuação de San Marino no que diz respeito à ONU condiz com as preocupações de um pequeno Estado. Por ocasião da abertura dos trabalhos da 65ª Assembleia Geral, em setembro de 2010, a Secretária de Estado Mularoni sublinhou que, "também em um período de forte crise global, como o presente, é extremamente importante o envolvimento dos pequenos Estados, que frequentemente são forçados a pagar um preço muito alto por decisões de que não participam, mas que podem oferecer uma contribuição própria e eficaz na busca de soluções para a saída de uma crise que não está poupando nenhum país".

Segundo informações de DELBRASONU, o delegado de San Marino é atuante e alinha-se, quase sempre, com as posições da Itália. De fato, San Marino assinou recente carta do grupo "Uniting for Consensus", dirigida ao Presidente da Assembleia Geral da ONU, em que aquele grupo critica a iniciativa brasileira de impulsionar a reforma por meio da adoção de uma resolução preliminar.

Por outro lado, o RP samarinês teve papel destacado no movimento de reconhecimento do G-20 como grupo político nas Nações Unidas, o que acabou não ocorrendo em função da oposição dos demais países do G-77 (e que levou o então PGA D'Escoto a afirmar que na AGNU só deveria existir o "G-192").

RELAÇÕES COM O BRASIL

No plano bilateral, foram estabelecidas, pelo Acordo sobre Relações Consulares, celebrado em 14 de dezembro de 1984, relações oficiais de caráter consular entre o Brasil e San Marino.

Em correspondência de março de 2012 ao Ministro Antonio Patriota, por ocasião do centenário do falecimento do Barão do Rio Branco, a Secretária de Estado (Chanceler) Antonella Mularoni recordou que a primeira visita a San Marino por diplomata brasileiro remonta a 1830, quando esteve no país o Embaixador Visconde Borger de Pedra Branca.

Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O Embaixador Adhemar Bahadian foi o primeiro Embaixador não-residente a apresentar, em fevereiro de 2006, cartas credenciais aos Capitães-Regentes da República de San Marino. Naquela oportunidade, fez-se acompanhar do Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. Vicente Trevas, e do Assessor Especial do Presidente, Dr. César Alvarez. Por ocasião da cerimônia de apresentação de cartas credenciais, o então Secretário de Estado de Relações Exteriores samarinês realçou o crescente protagonismo do Brasil no cenário internacional em favor da paz e do progresso e, notadamente, na defesa do combate à fome e à miséria. Sublinhou também o interesse de San Marino em aprofundar o diálogo e a colaboração nas relações bilaterais, destacando as convergências existentes no plano multilateral. Durante o evento, evidenciou-se o interesse de ambos os países em seguir explorando as possibilidades de cooperação, sobretudo no âmbito multilateral, em benefício mútuo.

Em setembro de 2009, o Embaixador José Viegas Filho apresentou cartas credenciais aos Capitães-Regentes de San Marino, em cerimônia que também contou com a presença da Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros, Antonella Mularoni, e de outras autoridades do Governo samarinês. Na oportunidade, a Chanceler Mularoni mencionou o freqüente apoio dado por seu Governo a candidaturas de representantes brasileiros em numerosos organismos internacionais, como o ECOSOC e a UNESCO, e sublinhou a intenção de aprofundar as relações bilaterais no âmbito da cooperação – econômica, técnica, social e cultural – e dos investimentos.

Em outubro de 2010, a Embaixada de San Marino em Roma encaminhou à Embaixada do Brasil, por intermédio de carta, propostas de “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI) e de “Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda” (ADT).

O Brasil não vem assinando APPIs. O Grupo de Trabalho Interministerial formado para examinar o assunto estabeleceu, como diretriz, que a negociação de acordos de investimentos com países de fora da América do Sul somente deverão ocorrer no contexto de acordos de livre-comércio mais amplos, de forma a utilizar o capítulo de investimentos como instrumento para alcançar equilíbrio com os capítulos de bens e de serviços. Nesse sentido, foram retirados do Congresso Nacional os APPIs firmados pelo Brasil na década de 1990.

Em relação a eventual "Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda", a Receita Federal brasileira alegou estar legalmente impedida de negociar qualquer ADT com San Marino, tendo em vista que o país está incluído na lista de países com "tributação favorecida" da Instrução Normativa 1.037/2010, e a lei brasileira exige que os investimentos originados ou destinados a países de tributação favorecida sejam sobretaxados. No entanto, a Receita Federal afirmou ter interesse em celebrar acordo de troca de informações tributárias com San Marino, de modo a combinar esforços no combate à elisão fiscal.

O Brasil solicitou o apoio de San Marino à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizarão durante a 37ª Conferência daquela Organização, em Roma, no período de 25 de junho a 2 de julho de 2011. Nesse contexto, reiterou-se a solicitação por meio de carta do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, encaminhada ao seu homólogo samarinês, Gian Carlo Venturini, referente à candidatura do Dr. José Graziano da Silva.

Temas Consulares

San Marino está sob jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma, e possui um consulado honorário na cidade de São Paulo. Não há informações sob brasileiros residentes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de San Marino sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE). Não há, tampouco, registro de créditos vincendos para o país no âmbito do PROEX-Financiamento.

ATO BILATERAL

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo sobre Relações Consulares	14/12/1984	14/12/1984	12/02/1985

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial bilateral apresenta crescimento constante nos últimos anos, com saldo favorável para San Marino. Em 2010, as exportações brasileiras totalizaram USD 29 mil, ao mesmo tempo em que as importações de San Marino alcançaram o volume de USD 6.032 milhões. O Brasil importa basicamente produtos farmacêuticos de San Marino, responsáveis por 93,3% da pauta de importações em 2010, e exporta aparelhos de ótica e fotografia e vestuário.

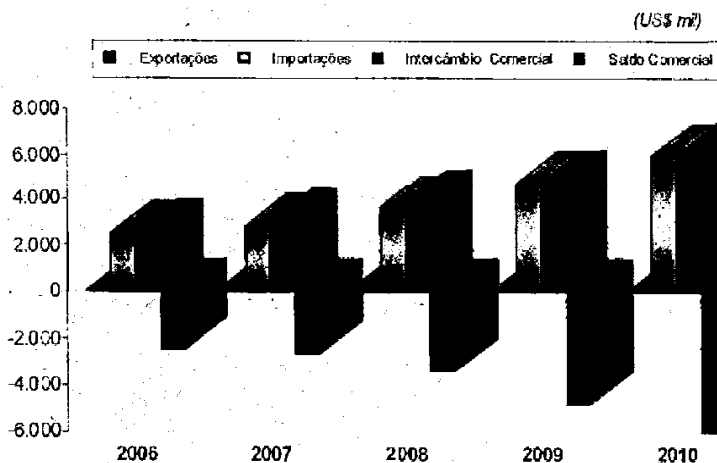
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO (USD mil, 6%)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	93	227	311	31	29
Varição em relação ao ano anterior	73,7%	144,1%	37,0%	-90,0%	-6,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para Demais da Europa Ocidental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	2.634	2.841	3.682	4.809	6.032
Varição em relação ao ano anterior	40,9%	12,1%	29,6%	30,6%	24,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras dos Demais da Europa Ocidental	1,5%	1,2%	1,0%	1,1%	0,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.627	3.009	3.393	4.840	6.032
Varição em relação ao ano anterior	421,2%	16,8%	30,1%	21,2%	24,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Demais da Europa Ocidental	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	-2.441	-2.614	-3.371	-4.778	-5.974

Elaborado pelo MNEC/PRIC - Direção de Intercâmbio Comercial, com base nos relatórios do MNEC/DECOM/PRIC.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de parte e vice-versa podem ser explicadas pela ausência de dados de origem e destino por diferentes metodologias de apuração.

(2) Demais da Europa Ocidental compreende as seguintes partes: Bélgica-Luxemburgo, Grécia, Itália, França, Alemanha, Espanha, Macedônia, Mônaco, Montenegro, San Marino, Sérvia e Turquia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SAN MARINO 2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DP/INDIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Infoweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SAN MARINO

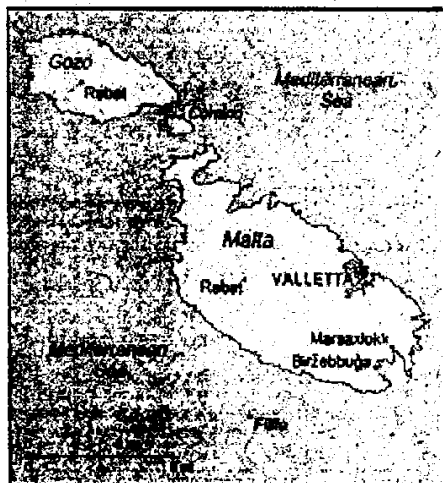
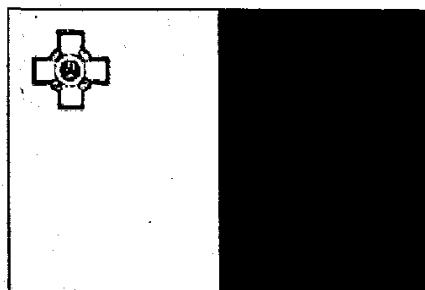
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO (US\$ mil, tot)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	0	0,0%	17	58,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	3	1,0%	19	61,3%	12	41,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	5	16,1%	0	0,0%
Aeronaves e outros aparelhos de vôo	78	25,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ferro fundido, ferro e aço	223	71,7%	0	0,0%	0	0,0%
Extintos (extintores) e jatos, batedores e outros	0	0,0%	2	6,5%	0	0,0%
Subtotal	304	97,1%	26	83,9%	29	100,0%
Demais Produtos	7	2,1%	5	16,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	311	100,0%	31	100,0%	29	100,0%

Baseado no MRE/DP/INDIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Infoweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base de referência apresentada em 2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SAN MARINO

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO (US\$ mil, tot)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)						
Produtos farmacêuticos	3.265	88,4%	4.059	84,4%	5.800	93,3%
Carcaças, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	241	6,5%	665	13,8%	277	4,6%
Plásticos e suas obras	166	4,6%	80	1,7%	56	1,0%
Subtotal	3.495	94,9%	4.724	98,2%	5.877	97,9%
Demais Produtos	186	5,1%	86	1,8%	126	2,1%
TOTAL GERAL	3.682	100,0%	4.809	100,0%	6.003	100,0%

Baseado no MRE/DP/INDIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Infoweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base de referência apresentada em 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE MALTA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIL DO PAÍS.....	7
POLÍTICA INTERNA	7
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA.....	9
RELAÇÕES BRASIL-MALTA	10
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS.....	12
CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA.....	14

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valletta
ÁREA:	316 km ²
POPULAÇÃO:	416 mil habitantes (Banco Mundial, 2010)
IDIOMAS:	Maltês e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Abela (desde abril/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	PM Lawrence Gonzi (desde março/2004)
CHANCELER:	Ministro Tonio Borg (desde março/2008)
PIB:	Nominal: US\$ 7,45 bilhões (Banco Mundial, 2007) PPP: 9,44 bilhões (Banco Mundial, 2008)
PIB PER CAPITA:	Nominal: US\$ 18.126 (Banco Mundial, 2008) PPP: US\$ 22.968 (Banco Mundial, 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro
EMBAIXADOR DE MALTA NO BRASIL:	Albert Borg Olivier de Puget (residente em Washington), desde maio/2007

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL => MALTA (em US\$ mil)

Brasil-Malta	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan. mar)
Intercâmbio	43.766	64.164	43.968	44.616	61.296	60.268	38.572	75.747	68.063	12.522
Exportação	17.932	48.479	25.868	14.459	27.409	16.163	15.467	30.145	18.646	2.837
Importação	25.834	15.685	18.100	30.157	33.887	44.105	23.104	45.602	49.416	9.685
Saldo	-7.902	32.794	7.768	-15.698	-6.478	-27.942	-7.636	-15.456	-30.770	-6.847

PRINCIPAIS AUTORIDADES**George Abela**
Presidente da República

Nascido em Qormi, em 22/04/1948.

Graduado em Direito.

Atividades profissionais e políticas:

1982-1992: Presidente da Associação Maltesa de Futebol. Representante em comissões da UEFA e da Corte de Arbitragem Esportiva de Lausanne.

1992: Vice-Presidente do Partido Trabalhista Maltês. Conselheiro jurídico do Primeiro-Ministro.

Em diversas ocasiões, foi Diretor do Banco Central de Malta e Diretor-Executivo do Banco de Valletta.

4/4/2009: eleito como 8º Presidente da República de Malta.

Casado, pai de dois filhos.

Lawrence Gonzi
Primeiro-Ministro

Nascido em Valletta, em 01/07/1953.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1975)

Atividades profissionais e políticas:

1976-1986: Presidente da "Malta Catholic Action".

1987-1994: Diretor da Comissão Nacional para as Pessoas com Deficiências.

1989-1997: Diretor da Mizzi Organisation.

1998-1992: eleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1992-1996: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1993-2004: nomeado Vice-Primeiro-Ministro

1996-1998: reeleito para o Parlamento. Nomeado líder da Oposição, Secretário do Grupo Parlamentar e Ministro-Sombra para as Políticas Sociais.

1998-2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento, Ministro para as Políticas Sociais.

2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Ministro para as Políticas Sociais.

23/03/2004: nomeado Primeiro-Ministro.

2004-2008: exercceu, interinamente, a função de Ministro das Finanças.

Casado, pai de três filhos.

• Tonio Borg
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 12/5/1957.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1979).

Atividades profissionais e políticas:

1978: membro da Executiva do Partido Nacionalista.

1980-1995: jurista, especialidade em casos de direitos humanos.

1990-1995: membro do Comitê Europeu para Prevenção da Tortura.

1992: eleito para o Parlamento (subsequentemente reeleito em 1996, 1998, 2003 e 2008).

1995: nomeado Ministro do Interior.

1998-2008: Ministro do Interior.

2004: nomeado Vice-Presidente do Partido Nacionalista, Vice-Primeiro-Ministro e Presidente do Parlamento.

2008: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Casado, pai de três filhos.

PERFIL DO PAÍS

Situado no centro do Mediterrâneo, a 97 km ao sul da Sicília e a 290 km da costa norte da África, o país é um arquipélago, das quais as três principais ilhas são Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com cerca de 400 mil habitantes em uma área de pouco mais de 300 km².

Malta é conhecida por seus patrimônios da humanidade, principalmente pelos Templos Megalíticos, as estruturas de pedra mais antigas construídas pelo homem e ainda de pé. De acordo com os Atos dos Apóstolos, São Paulo naufragou na costa da ilha, que também é considerada uma localização hipotética para a ilha mítica perdida de Atlântida.

Através dos tempos, a localização de Malta no Mar Mediterrâneo deu ao país uma importância estratégica. Consequentemente, uma série de potências, incluindo os fenícios, romanos, sicilianos, Cavaleiros de São João, franceses e britânicos, dominou as ilhas. Em decorrência da saída da Ordem de São João em 1798, as forças napoleônicas ocuparam Malta até 1800, quando foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974, permanecendo, no entanto, como parte da "Commonwealth". Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país aderiu ao Acordo Schengen em dezembro de 2007.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político maltês é uma República Parlamentarista. O Presidente de Malta, cargo majoritariamente cerimonial, é eleito pelo parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e atualmente tem 69 membros, eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi em 2008, com maioria do Partido Nacionalista (PN) de Lawrence Gonzi, que obteve apenas um assento a mais que o Partido Trabalhista de Malta (MLP). As próximas eleições gerais acontecerão no máximo em julho de 2013.

De 1971 a 1987, o MLP, partido de esquerda de tendência intervencionista, governou o país. A década de 80 foi marcada por pequenos episódios de violência política, mas a situação se normalizou no começo dos anos 90. A ascensão ao poder do Partido Nacionalista, partido de centro-direita que, desde 1987, está no poder (com a exceção de um período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou a uma gradual diminuição do papel do Estado na economia.

O assunto que dominou a política maltesa por mais de uma década foi resolvido no início de 2003, quando o país votou a favor do ingresso na União Europeia. A decisão foi referendada pouco depois, quando o PN, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o MLP, anti-adesão. O status de membro da União Europeia foi recebido em maio de 2004. Um ano depois, o país aderiu ao Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio (ERM-2), estabelecendo paridade da lira maltesa em relação ao euro, moeda local desde janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos (PN e MLP), ambos com níveis de apoio aproximadamente iguais na sociedade. As diferenças de visão entre os dois partidos são significativas, e a maior parte do eleitorado tradicionalmente está ligada a um ou ao outro. Com exceção da questão da UE, as posições dos partidos têm se aproximado desde meados da década de 1990.

POLÍTICA EXTERNA

A neutralidade militar faz parte da constituição de Malta. O MLP é historicamente um forte defensor da neutralidade e foi responsável pela adesão do país ao Movimento dos Não-Alinhados. Além disso, Malta tem um acordo de defesa bilateral com a Itália para a garantia de sua neutralidade. Após a vitória do MLP em eleições em 1996, o governo deixou de participar do programa de Parceria pela Paz financiado pela OTAN. Em 2009, Malta segue como o único país europeu não participante. As forças armadas de Malta contam com aproximadamente 1.500 militares, que representam 3% do emprego no setor público.

Os ajustes econômicos decorrentes da adesão à União Europeia ainda estão em andamento, uma vez que o efeito da remoção de barreiras tarifárias e de controles de capital com os países da UE ainda se faz sentir. Fora do campo econômico, uma das consequências da adesão ao Espaço Schengen tem sido o acirramento de problemas de imigração. Com a proximidade da costa africana, Malta tem sido utilizada como entreposto de imigração ilegal para a Europa continental.

A cena da política internacional de Malta tem sido dominada por essa questão, tendo destaque um episódio, em 2008, em que o país e a Itália discordaram sobre qual país teria responsabilidade no auxílio a imigrantes ilegais africanos que haviam sido resgatados no território marítimo entre a Sicília e Malta. Ambos os países sofrem pressão da UE para diminuir o número crescente de imigrantes ilegais; Itália e Malta aceitam dois terços dos imigrantes que procuram por proteção, o triplo da média europeia.

O PM Gonzi alega, junto ao bloco europeu, que o custo financeiro e social que Malta tem pago pelo aumento na imigração é desproporcional com relação ao

tamanho e população do país. Após o fim de sua recente disputa, Malta e Itália acordaram levar a questão mais uma vez à Comissão Europeia, com o objetivo de obter um acordo de compensações por esse efeito migratório junto aos outros Estados-membros. Um novo acordo de imigração foi adotado pela UE em outubro último, permitindo a rápida realocação de pessoas que ganham proteção internacional e a rápida repatriação de imigrantes que não se qualificam, mas o documento é apenas um quadro voluntário, não vinculante.

As eleições ao Parlamento europeu, em junho último, também despertaram atenção, acarretando discussões domésticas sobre a questão da criação de empregos. Malta tem atualmente cinco assentos num Parlamento de 785; na última eleição, dois assentos foram ocupados pelo PN e três, pelo MLP.

ECONOMIA

Apesar da falta de recursos naturais locais e de um mercado doméstico de pouco mais de 400 mil pessoas, a economia maltesa tem sofrido transformações desde a independência, quando o foco principal era o provimento de serviços para as bases militares britânicas. No período pós-independência, priorizou-se a mudança da construção naval militar para a comercial, bem como o fomento do turismo e de indústrias têxteis, aproveitando-se a mão-de-obra barata e flexível do país.

No entanto, assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e agora responde por pouco mais de 16% do PIB, valor excessivamente baixo, mesmo para padrões ocidentais. Partes desse setor têm sido reestruturadas, com a diminuição da atividade de indústrias intensivas em mão-de-obra, como os setores têxtil e calçadista, e o aumento de atividades mais intensivas em capital, como os setores eletrônico e farmacêutico. Algumas das indústrias intensivas em mão-de-obra, como o processamento de alimentos e o setor de móveis, têm sido expostos a uma dura competição estrangeira, em decorrência queda de barreiras tarifárias trazida pela adesão à UE.

O setor de serviços continua sendo o principal motor do crescimento econômico de Malta, responsável por mais de 80% do PIB. Embora a indústria do turismo seja a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Em 2006, Malta teve uma expansão significativa na indústria de apostas *online*, voltada inteiramente para mercados estrangeiros. O setor de construção também teve um “boom” recente.

No que tange aos serviços financeiros (ver **Relações com o Brasil**), Malta criou, em 2002, a Autoridade de Serviços Financeiros de Malta (MFSA), que se tornou o

órgão responsável pela aprovação de aplicações para o registro de todas as companhias no país. Em 2000, Malta firmou acordo com a OCDE, por meio do qual foi oficialmente removida da lista da organização de paraísos fiscais, em troca do estabelecimento de um escritório de combate à lavagem de dinheiro. Em março de 2002, o Governo maltês estabeleceu a Unidade de Análise de Inteligência Financeira, para o melhoramento da reputação de Malta como um centro de serviços financeiros.

A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) diminuem em importância há 30 anos, em decorrência da escassez de fontes comercialmente viáveis de água para irrigação e da poluição do Mar Mediterrâneo. A contribuição do setor para o PIB, em 2007, foi de apenas 2,5%.

Como bloco, a União Europeia é o principal parceiro comercial de Malta, responsável por cerca de metade dos intercâmbios comerciais. Os principais exportadores para Malta foram, em 2006, a França (15,1%), Cingapura (13%), EUA (12,8%) e Alemanha (12,3%); os principais importadores de produtos malteses foram a Itália (27,7%), o Reino Unido (10,4%), a França (8,6%) e a Alemanha (7,5%).

RELACIONES BRASIL-MALTA

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma, desde junho de 2010 (Decreto nº 7.200, de 2/06/2010). A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo Brasileiro. Desde 1993, o Cônsul Honorário em Valletta é o Senhor Louis Scerri Montaldo. Malta mantém consulados honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Não há registro de visitas de caráter bilateral. No entanto, durante o II Fórum da Aliança de Civilizações, em Istambul, em abril de 2009, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entrevistou-se com seu homólogo maltês, Tonio Borg. Os assuntos foram as duas principais pendências da relação bilateral: cooperação financeira e isenção de vistos.

Na esfera financeira, Borg tratou do interesse maltês em assinar com o Brasil acordo para evitar a bi-tributação. Borg lamentou que na América Latina ainda prevaleça a percepção de que Malta é um paraíso fiscal “off-shore” e revelou ter seu Governo a intenção de enviar o Ministro maltês das Finanças ao Brasil e a outros países da região, de modo a esclarecer a situação do país e promover a negociação de acordos bilaterais.

O tema já havia sido tratado em outro encontro, entre o Ministro Borg e o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, em maio de 2008, à margem da Cúpula América Latina e Caribe - União Europeia (ALC-UE).

No caso do Brasil, a classificação de Malta, pela Receita Federal, como país de “legislação tributária favorecida” impede a celebração de acordos financeiros desejados pelo país mediterrâneo. Malta teria interesse em assinar com o Brasil, além do já referido acordo para evitar a bi-tributação, também um “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI). De todo modo, o Brasil só vem assinando APPIs com países de fora da América do Sul no contexto de acordos de livre-comércio, conforme determinado por Grupo de Trabalho Interministerial. No que tange a um eventual acordo para evitar a dupla tributação (ADT), a presença de Malta na lista de países com regime fiscal privilegiado aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de “International Trading Company” (ITC) e “International Holding Company” (IHC) impede o encaminhamento de negociações.

Em sua defesa, o Governo maltês afirma que o regime IHC não existe no ordenamento jurídico de Malta e que o regime ITC deixou de existir em 1º de janeiro de 2011. Nesse contexto, Malta solicitou ao Governo brasileiro a retirada do nome do país das listas da Receita Federal.

Consultada a respeito, a Receita Federal ainda não emitiu parecer conclusivo sobre a solicitação maltesa, mas adiantou informalmente “dispor de informações de que Malta possui regime de holdings” e, portanto, não tenderá a favorecer o pleito maltês até que “o país encaminhe legislação comprovando a extinção do referido regime”.

Durante seu encontro com o Chanceler Tonio Borg, por ocasião da entrega de cartas credenciais, em maio de 2011, o Embaixador José Viegas Filho sugeriu a realização de uma missão das autoridades fiscais e financeiras de Malta ao Brasil, com o objetivo de dirimir as dúvidas que persistem sobre o tema. O Chanceler maltês tomou nota, com interesse, da proposta, que não foi, todavia, até o momento executada.

Outro tema caro às autoridades de Malta refere-se à isenção de vistos para cidadãos malteses que pretendam entrar no Brasil. O Governo maltês aboliu unilateralmente, em 2005, a exigência de vistos de turismo para os nacionais brasileiros que se dirijam àquele país. Desde então, as autoridades maltesas têm solicitado ao Governo brasileiro a isenção de vistos de turismo para seus cidadãos, como decorrência da aplicação do princípio de reciprocidade. Da parte brasileira, avanços na matéria estão relacionados a acordo mais amplo com a UE, ora em processo de ratificação pela parte brasileira.

Apesar das dimensões territoriais reduzidas e de sua pequena população, Malta apresenta dinamismo no plano econômico e político, principalmente tendo em conta sua localização central no Mediterrâneo.

No âmbito das relações bilaterais, cabe também fazer referência à fundamental colaboração do Governo maltês para que chegasse a bom termo a operação de evacuação de mais de 3.200 funcionários da Odebrecht que se encontravam em Trípoli, na Líbia, durante o início das hostilidades que ainda afetam aquele país. Naquela oportunidade, não apenas o Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território, graças à sua política de isenção de visto com relação aos nacionais brasileiros, como também permitiu o trânsito dos demais

funcionários daquela empresa que não se beneficiam do mesmo regime de vistos, principalmente vietnamitas e tailandeses, com vistas a possibilitar a sua pronta repatriação. Neste particular, a compreensão e disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência dada a natureza de ajuda humanitária da operação, em muito contribuiu para seu êxito.

É importante salientar que, na eleição para membro não permanente do Conselho Executivo do Fórum Internacional de Energia (IEF), ocorrida em maio de 2011, a candidatura maltesa (que não obteve sucesso) contou com o apoio unilateral do Brasil.

Finalmente, outro assunto frequentemente suscitado pelas autoridades maltesas nos contatos bilaterais com o Brasil refere-se ao nacional daquele país, Robert Duncan Petroni, que cumpre pena em prisão de Curitiba por tráfico internacional de drogas. Autoridades maltesas, nos mais diversos (e elevados) níveis, têm intercedido em nome da família para facilitar os contatos dos pais com Duncan Petroni. Nessas ocasiões, as autoridades maltesas sempre ressaltaram o caráter de ajuda consular (e tão somente) dos pedidos realizados. Mais recentemente, em abril, foi solicitado que aquele cidadão possa cumprir o restante de sua pena em prisão maltesa. O pedido foi encaminhado para análise das autoridades competentes no Brasil.

Comunidade Brasileira Estimada

Malta se acha sob a jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma. Não há Consulado Honorário brasileiro no país, nem tampouco informações sobre residentes brasileiros na ilha. Há Consulado Honorário maltês no Recife.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

Embora estejam talvez ainda aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam um pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importa, principalmente circuitos integrados, microprocessadores e interruptores. As exportações brasileiras concentraram-se em açúcar, carne bovina e café solúvel.

No primeiro trimestre de 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 12,52 milhões, com déficit de US\$ 6,84 milhões para o Brasil.

Os principais investimentos de Malta no Brasil ocorrem nos setores de madeira e abate de reses, exceto suínos. De todo modo, os investimentos ressentiram-se da crise financeira internacional de 2009: os investimentos diretos malteses no Brasil caíram de US\$ 10 milhões, em 2007, para cerca de US\$ 840 mil, em 2009 (dados mais recentes disponíveis no Banco Central do Brasil).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil. Tampouco há quaisquer atos referentes à renegociação de dívidas ou renúncia fiscal com a República de Malta.

Atos bilaterais

Não há registro de atos bilaterais celebrados entre o Brasil e a República de Malta.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA

Séc. LII a.C.	Primeiros indícios de habitação em Malta
Séc. X a.C.	Ilha é transformada em colônia fenícia
Séc. IV. a.C.	Cartagineses ocupam a ilha
Séc. III a.C.	Romanos dominam Malta
395	Ilha é cedida ao Império Romano do Oriente
870	Malta é conquistada por muçulmanos
1090	Conde Rogério conquista a ilha e cria a nobreza de Malta
1245	Árabes são expulsos e Malta passa ao controle da Sicília
1518	Malta passa a pertencer à coroa espanhola
1530	Ilhas são cedidas à Ordem de São João de Jerusalém (Ordem de Malta)
1798	Napoleão invade e toma o país
1800	Grã-Bretanha expulsa os franceses e instalam base
1814	Malta passa a ser oficialmente parte do Império britânico
1947	País passa a ser governado autonomamente
1964	Malta se torna formalmente independente
1971	Dominic Mintoff (MLP) assume como Primeiro Ministro
1974	País adere ao regime republicano da Commonwealth
1979	Britânicos evacuam base militar
1984	Mintoff é substituído por Mifsud Bonnici (MLP)
1987	Edward Adami (PN) assume como Primeiro Ministro
1990	Malta solicita adesão à UE
1996	Alfred Sant (MLP) assume como Primeiro Ministro
1998	Edward Adami (PN) volta a ser Primeiro Ministro
2004	Malta torna-se membro da União Européia
2004	Lawrence Gonzi (PN) substitui Adami como Primeiro Ministro
2008	Malta adota o Euro como moeda

Aviso nº 716 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

. (À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 67, de 2012 (nº 365, de 15 de agosto de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.*

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 21 de março, em Picos/PI. É filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí em 1995. Participou, ainda, do programa de mestrado em Direito Internacional da Universidade de Georgetown no ano de 2006. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2011, quando defendeu a tese intitulada “A diplomacia energética da Índia: desafios, condicionantes e perspectivas”.

Em 1997, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 2004 e Primeiro-Secretário em

2007. Foi a Conselheiro, por merecimento, em 2011.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Assistente na Divisão de América Meridional II (2003); Segundo-Secretário da Missão junto à Organização dos Estados Americanos (2004); Primeiro-Secretário na Embaixada em Nova Delhi (2007); Assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2011); e Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2011).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Maláui. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, bem como sua economia. Do texto oferecido, ocorreu-nos destacar o que segue.

As relações entre Brasil e Maláui ainda estão em fase de consolidação. Elas, no entanto, adquiriram novo ímpeto com a visita ao Brasil do então Presidente Bingu wa Mutharika em 2009. Na sequência da viagem presidencial, foram abertas embaixadas residentes do Maláui em Brasília e do Brasil em Lilongue. A vinda do Presidente Mutharika ao nosso país favoreceu entendimentos bilaterais no domínio da cooperação em diferentes áreas [p. ex. agricultura, esporte, saúde, turismo, mineração]. Nesse sentido, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Sobre isso, importa destacar que esta Casa já aprovou esse tratado.

O comércio bilateral, apesar de inexpressivo, tem boas possibilidades. Ele representa, em média, trocas anuais da ordem de US\$ 6 milhões (2007/2011). Nas exportações brasileiras, destacam-se produtos manufaturados (tratores, máquinas para tratamento de fumo e máquinas agrícolas). Importamos, fundamentalmente, fumo. Há, contudo, boas perspectivas futuras tendo em conta o comércio do Brasil com outros países da região. Some-se a isso o fato de a empresa mineradora Vale ter adquirido a concessão do governo moçambicano para desenvolver projeto de ferrovia interligando Zâmbia, Maláui e Moçambique. Cuida-se do chamado “Corredor de Nacala”. Com investimentos próximos a US\$ 8 bilhões, o Corredor visa escoar a produção mineral da região.

Convém registrar, por fim, que o Maláui integra a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e o Mercado Comum da África Oriental e Austral. Com isso, há relação de proximidade econômica, por meio de área de livre comércio, com mais de dez países. Some-se a esse dado o fato de o país estar crescendo a taxas importantes. Vislumbra-se, pois, boas perspectivas

futuras no tocante ao relacionamento comercial bilateral. Inobstante esse contexto favorável, o Maláui segue tendo 40% do seu orçamento proveniente de doações internacionais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 67, DE 2012
(nº 365/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Os méritos do Senhor Gustavo Martins Nogueira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma traçada longa e decorativa no final.

EM nº 00216/2012 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Maláui.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00216 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 12 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Maláui.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****CONSELHEIRO GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**

CPF.: 470.836.033-91

ID.: 1200391 SSP-PI

1973 Filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira, nasce em 21 de março, em Picos/PI

Dados Acadêmicos:

1995 Direito pela Universidade Federal do Piauí
1996 Especialização em Relações Econômicas Internacionais. Tokai University, Kanagawa-ken, Japão
1999 PROFA-I - IRBr
2006 Master of Laws in International Legal Studies, pela Georgetown University, Washington-DC/EUA
2006 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, "A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas"

Cargos:

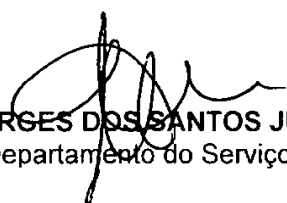
1997 Terceiro-Secretário
2004 Segundo-Secretário
2007 Primeiro-Secretário
2011 Conselheiro, por merecimento

Funções:

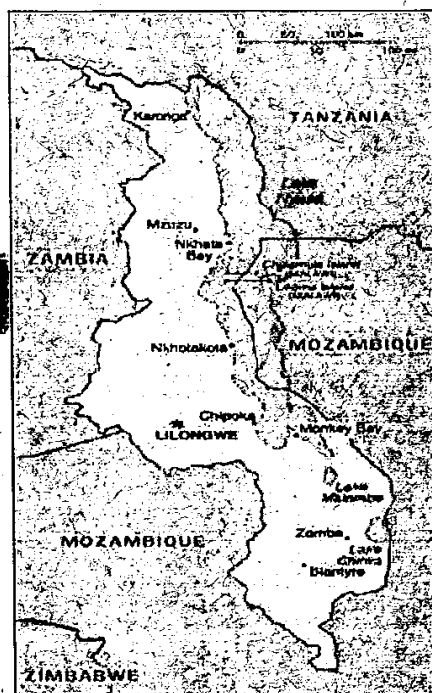
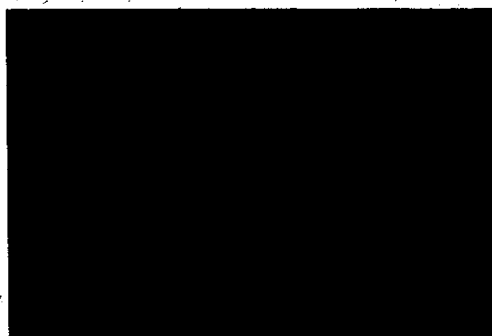
1999 Divisão de Programas de Divulgação Cultural, assistente
2000 Divisão do Pessoal, assistente
2002 Embaixada em Harare, Terceiro-Secretário em missão transitória
2003 Divisão da América Meridional II, assistente
2004 Missão Junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
2007 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2011 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2011 Secretaria de Planejamento Diplomático, Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico

Publicação:

1996 The First WTO Appellate Body Review: United States – Standards for reformulated and conventional gasoline, in Journal of World Trade, 30/6, Genebra



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**República do Maláui**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIL BIOGRÁFICO	4
RELAÇÕES BILATERAIS.....	5
COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES	7
DÍVIDA EXTERNA	8
POLÍTICA INTERNA	8
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	11
POLÍTICA EXTERNA	15
ATOS BILATERAIS - MALÁUI	18
ANEXOS.....	19

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Maláui
GENTÍLICO	Malauiano
CAPITAL	Lilongue
ÁREA	118.484 km ² (pouco maior que o estado de Pernambuco)
POPULAÇÃO (ONU)	15,8 milhões (21º na África)
IDIOMAS	Inglês e chicheua (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2008)	Cristianismo (82,7%); islamismo (13%); outros (1,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Joyce Hilda Banda (desde abr/2012)
MIN. DE RELAÇÕES EXTERIORES	Ephraim Mganda Chiume (desde abr/2012)
PIB (2011, Banco Mundial)	US\$ 5,6 bi (Brasil: US\$ 2,49 trilhões)
PIB PPP (2011, Banco Mundial)	US\$ 13,78 bi (Brasil: US\$ 2,29 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2011, Banco Mundial)	US\$ 350 (Brasil: US\$ 12,788)
PIB <i>per capita</i> PPP (2010, Banco Mundial)	US\$ 863 (Brasil: US\$ 11,769)
VARIAÇÃO DO PIB (EIU)	5,3% (2011); 6,7% (2010); 9,4% (2009); 11,5% (2008); 11,2% (2007)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	74,5%
IDH (2011, PNUD)	0,400 (171º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD)	54,2 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Kwacha malauiano (USD 1,00 = MWK 253,00 em 10/06/2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro oficial de brasileiros no Maláui
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francis Moto (desde ago/2011)

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL ↔ MALÁUI	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 até maio
Intercâmbio	5.903	7.633	5.485	3.042	8.154	2.776	9.078	5.606	4.501	2.471
Exportações	3.317	4.214	1.004	870	3.495	2.516	4.344	2.363	2.356	649
Importações	2.585	3.419	4.481	2.172	4.659	259	4.734	3.243	2.145	1.821
Saldo	732	795	-3.477	-1.302	-1.163	2.256	-390	-879	210	-1.171

PERFIL BIOGRÁFICO**Joyce Hilda Banda***Presidenta*

Nascida em 12 de abril de 1951, Joyce Banda possui histórico de ativista dos direitos das mulheres e de educadora. Entre 2004 e 2006 foi Ministra do Gênero, da Infância e dos Serviços Comunitários. Foi Ministra dos Negócios Estrangeiros entre 2006 e 2009 e, de 2009 e 2012, Vice-Presidente do Maláui. Em dezembro de 2010 foi expulsa do Partido Popular Democrático (DPP), do Presidente Bingu wa Mutharika. Formou então, em 2011, seu próprio partido, o Partido Popular (PP).

Assumiu a presidência em 7 de abril de 2012, após a morte de seu antecessor. É a primeira mulher a ocupar o cargo e a segunda mulher a comandar um país africano (a primeira foi Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da Libéria desde 2006).

Ephraim Mganda Chiume**Ministro de Relações Exteriores**

Nasceu em 1953. Bacharel em Arquitetura na University of South West, Reino Unido. Na iniciativa privada, trabalhou em sua área de competência no Reino Unido, na Zâmbia, Botsuana e Maláui. Filiado ao “Democratic Progressive Party” (DPP), foi eleito membro do Parlamento em maio de 2009 pela província de Nkhata Bay North. Secretário-Executivo (“Deputy Minister”) de Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente (2009-2011). Ministro da Justiça e Assuntos Constitucionais (2011-2012). Em abril de 2012, com a posse da Presidenta Joyce Banda, foi designado Ministro de Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais são incipientes, mas vêm ganhando impulso após a visita do Presidente Mutharika ao Brasil (set/2009) e abertura das Embaixadas residentes do Maláui em Brasília (em funcionamento desde 2010) e do Brasil em Lilongue (criada pelo Decreto nº 7.349, de 27 de outubro de 2010, deverá ter sua instalação iniciada em 2012).

Em setembro de 2009, durante visita do então Presidente Mutharika a Brasília, foram discutidas possibilidade de cooperação em agricultura, esportes e HIV/AIDS, bem como o potencial para investimentos brasileiros em infraestrutura, turismo, mineração, energia e comércio no Maláui. Além disso, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países (já ratificado pelo Brasil; no momento, aguarda-se ratificação pelo lado malauiano).

Em 2010, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou, como parte da “Série Relações Diplomáticas”, selos que homenageiam o Maláui, apresentando imagens dos peixes Ciclídeos¹ do Lago Maláui.

Comércio e investimentos

A corrente de comércio Brasil-Maláui ainda é pequena, uma média de US\$ 6 milhões anuais entre 2007 e 2011. Ainda que o montante absoluto do intercâmbio bilateral seja baixo, cabe destacar os dados comerciais Brasil-Maláui do ano de 2009, quando, apesar do impacto da crise internacional, as exportações brasileiras cresceram 72% e as importações, 1780%. Em 2010, o intercâmbio total Brasil-Maláui atingiu a marca de US\$ 5,6 milhões. Em 2011, contudo, o montante total do comércio entre os dois países foi de US\$ 4,5 milhões, uma queda de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior, representando apenas 0,2% do intercâmbio comercial global do Maláui.

As exportações brasileiras para o Maláui são integralmente de produtos manufaturados, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo, e máquinas agrícolas. O Maláui, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil. O amplo potencial de crescimento do comércio bilateral pode ser aquilatado pelos dados da corrente de comércio do Brasil com os países vizinhos. Em 2011, enquanto a corrente de comércio do Brasil com o Maláui foi de US\$ 4,5 milhões, com a Zâmbia, foi de US\$ 11 milhões; com o Zimbábue, foi de US\$ 32 milhões; com a Tanzânia, foi de US\$ 66 milhões; e com Moçambique, foi de US\$ 85 milhões.

A Vale e o Corredor de Nacala

O Banco Central não tem registro de investimentos diretos brasileiros no Maláui. Não há, tampouco, registro de investimentos diretos do Maláui no Brasil.

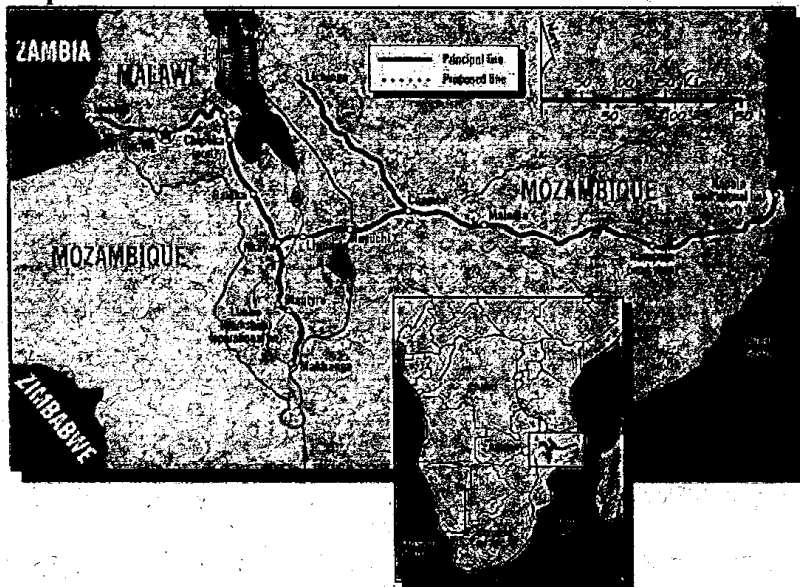
¹ Ciclídeos: peixes de água doce da ordem Perciformes, que compõe cerca de 105 gêneros e 1.900 espécies. Os Ciclídeos representam, em termos quantitativos, a maior família de peixes e cerca de 5% dos vertebrados existentes na Terra. Muitas dessas espécies são criadas e comercializadas como peixes ornamentais ou exploradas na pesca comercial e esportiva. A região africana do Vale do Rift (Lagos Maláui, Tanganica e Vitória) se destaca pela diversidade de espécies da família Ciclídeos, que se caracterizam pela exuberante coloração.

Entretanto, a presença brasileira no Maláui tenderá a elevar-se consideravelmente com os investimentos da empresa mineradora Vale em linhas férreas naquele país, no âmbito do plano de expansão da presença da empresa na região da África Austral. A Vale pretende interligar suas minas de cobre na Zâmbia aos complexos de produção e aos terminais de escoamento de minérios no litoral de Moçambique.

O envolvimento da Vale e a ativação de corredores de escoamento de produtos (minérios, e também produtos agrícolas) representará importante estímulo ao crescimento do intercâmbio comercial com o Maláui (e com a Zâmbia, via Maláui). No contexto de suas atividades em Moçambique, a Vale adquiriu, em setembro de 2010, concessão para desenvolver o "Corredor de Nacala". O projeto prevê a construção de ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique, ao Porto de Nacala, naquele país, passando pelo território do Maláui. Um passo fundamental para a implementação do Corredor de Desenvolvimento de Nacala foi tomado em dezembro de 2011, quando a Vale assinou acordo com o Governo do Maláui sobre infraestrutura associada ao Corredor. O acordo prevê a construção de 138,5 km de novo trecho ferroviário e a reabilitação de 98,6 km de trecho existente.

Os planos de investimentos da Vale em infraestrutura de transporte no Maláui e em Moçambique alcançam aproximadamente US\$ 8 bilhões, montante superior ao PIB do Maláui (US\$ 5,6 bilhões em 2011, segundo o Banco Mundial).

Mapa do Corredor de Nacala



Cooperação Técnica

Como o PAC para o Brasil, o Projeto *Green Belt* – que tem por objetivo a exploração dos abundantes recursos hídricos, terras férteis e matérias-primas do setor primário na área próxima ao lago Maláui – representa para o Maláui uma prioridade

econômica e política. O projeto envolve a instalação de sistemas de irrigação em área de um milhão de hectares, diminuindo a ameaça à segurança alimentar em períodos de seca. O governo do Maláui tem manifestado interesse em estabelecer projetos de cooperação com o Governo brasileiro que permitam ao país explorar as oportunidades econômicas do cinturão agrícola que está sendo criado naquela região.

Em abril de 2011, esteve no Maláui missão de prospecção de projetos de cooperação técnica, integrada por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Pesca Aquicultura, do Ministério da Saúde, da Embrapa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A partir das possibilidades de cooperação levantadas durante a missão, foram realizadas as seguintes atividades:

- Em fevereiro de 2012, técnicos malauianos vieram ao Brasil conhecer a política de saúde pública brasileira em matéria de HIV/AIDS. O Ministério da Saúde deverá apresentar proposta de projeto de cooperação a ser realizado com a parte malauiana;
- Em março de 2012, foi realizada, no Brasil, atividade de capacitação para técnicos malauianos na área de produção, processamento e comercialização de tilápias, com o objetivo de aprimorar técnicas e manejos empregados na área da aquicultura no Maláui.

Além disso, estão sendo organizadas, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), atividades de capacitação de técnicos malauianos para o desenvolvimento de políticas de apoio à inserção da produção agrícola familiar na alimentação escolar do Maláui. Planeja-se, ainda, oferecer a técnicos malauianos atividade de capacitação para sobre políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário na área de fortalecimento da agricultura familiar.

Assistência Humanitária

Em 2010, o Governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), contribuiu com US\$ 30 mil para a assistência aos flagelados pelo terremoto em Karonga (dez/2009). Em outubro, o Brasil realizou nova contribuição ao PMA, no valor de US\$ 200 mil para o financiamento de programas de alimentação escolar no Maláui.

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro oficial de brasileiros vivendo no Maláui atualmente. A presença brasileira naquele país, entretanto, vem-se ampliando consideravelmente em razão dos investimentos da VALE na África Austral e, em especial, do início das obras para construção do trecho da ferrovia que, cruzando o Maláui, ligará Tete (Moatize) ao Porto de Nacala.

Atualmente, o Setor Consular da Embaixada do Brasil em Harare é o responsável pelos assuntos de natureza consular relacionados ao Maláui, função que será assumida pela Embaixada em Lilongue, tão logo seja instalada.

Em 2009, acidente fatal vitimou explorador brasileiro nas montanhas de Parque Nacional no Maláui. As autoridades do país prestaram apoio aos familiares e representantes do Brasil enviados para acompanhar o caso.

DÍVIDA EXTERNA

Não há créditos do Maláui sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

O Maláui tem atravessado período de consolidação de sua trajetória democrática, construída ao longo dos últimos vinte anos, que registraram quatro eleições presidenciais e três transferências de poder, sempre de modo pacífico.

A recente transição política, precipitada pelo falecimento do Presidente Bingu wa Mutharika, embora tenha registrado tentativa de subverter os preceitos constitucionais relativos à sucessão, não resultou em ruptura da ordem democrática, o que parece evidenciar o fortalecimento de instituições próprias de um estado democrático, como Poder Judiciário independente e Forças Armadas subordinadas ao poder civil, para além do dinamismo do setor privado e da sociedade civil.

Em 2014, haverá novo processo eleitoral para a Presidência da República e para escolha de membros do Parlamento.

As exigências próprias à gestão democrática do Estado, levada à prova no episódio da sucessão de Mutharika, têm assegurado benefícios de governabilidade e transparência que fazem do Maláui um dos países africanos com bom nível de avaliação, por exemplo, no *Ibrahim Index of African Governance*, considerado o principal índice de avaliação da governança em países africanos. Em 2011, de acordo com o índice, o Maláui estava no 17º lugar entre os 53 países do continente africano, com a sétima mais alta avaliação entre os 12 países da África Austral.

Contexto histórico

O Maláui (antiga Niassalândia) tornou-se independente do Reino Unido em 1964, sob a liderança de Hastings Kamuzu Banda, do *Malawi Congress Party* (MCP). Banda implantou um regime autoritário e unipartidário e permaneceu no poder até 1994, quando, sob forte pressão interna e internacional, autorizou o multipartidarismo e concordou com a realização de eleições.

A Constituição do Maláui, de 1995, estabeleceu sistema híbrido, com elementos presidencialistas e parlamentaristas, e garantiu sistema multipartidário. Eleições presidenciais são realizadas a cada 5 anos, permitida uma reeleição. O Presidente é Chefe de Estado e de Governo. O Parlamento, unicameral, é composto por 193 membros e o Presidente, eleitos por voto direto, simultaneamente às eleições presidenciais.

As primeiras eleições do Maláui foram vencidas por Bakili Muluzi, líder da Frente Democrática Unida (UDF), em 1994. Reeleito em 1999, Muluzi teve o mérito de ter restaurado a democracia no Maláui e iniciado reformas que levaram o país a crescimento econômico da ordem de 9% em alguns anos da década de 1990. Por outro lado, seu governo foi marcado por escândalos de corrupção, inclusive desvio de recursos de assistência humanitária destinados ao Maláui, razão pela qual o FMI e vários países doadores suspenderam a ajuda ao país em 2002.

As últimas eleições ocorreram em 2009, quando foi reeleito Bingu wa Mutharika, tendo Joyce Banda como sua vice.

Governo Bingu wa Mutharika

Bingu wa Mutharika foi eleito Presidente do Maláui em 2004, com 36% dos votos, pelo *United Democratic Front* (UDF). Em 2009, foi reeleito com 66% dos sufrágios pelo *Democratic People's Party* (DPP), partido que criou em fevereiro de 2005. John Tembo, do *Malawi Congress Party* (MCP), força política dominante nos 30 anos de governo de Hastings Kamuzu Banda (1964-1994), obteve o segundo lugar no escrutínio presidencial naquele ano, cabendo à UDF de Muluzi apenas o quarto lugar.

Em seu primeiro mandato, Mutharika deu prioridade ao saneamento financeiro do Estado e o combate à corrupção. O Maláui ocupa hoje a 85ª posição na lista do IPC (Índice de Percepção da Corrupção) da Transparência Internacional.

No campo econômico, o Governo Mutharika buscou estimular o crescimento do país, com destaque para o setor de fertilizantes, o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar. As recorrentes secas (2001-2002, 2005) causaram sérios problemas humanitários e penalizaram a população do Maláui. Nesse contexto, o programa de subsídios à compra de fertilizantes (sobretudo para o cultivo de milho, base da dieta alimentar da população do Maláui), aliado a condições climáticas favoráveis, logrou ampliar sensivelmente a produtividade agrícola do país.

No âmbito das relações externas, em 2011, o Presidente Mutharika passou a enfrentar fortes críticas, após crise diplomática com o Reino Unido. Em abril daquele ano, o Alto Comissário britânico para o Maláui foi declarado "persona non grata", em decorrência de referências negativas ao Presidente da República malauiano feitas em comunicação interna que veio a público. O episódio levou o Reino Unido, ex-metrópole colonial e país responsável pela maior parcela da assistência humanitária concedida ao Maláui, a suspender a ajuda prevista para esse ano, medida seguida pela maioria dos países doadores.

A retirada de recursos de doadores internacionais, aliada à queda no preço do tabaco, principal produto de exportação do país (55% do total das exportações em 2010), gerou situação de carência de moeda estrangeira e de consequente escassez de diversos produtos, sobretudo combustíveis. A oposição criticou a postura intransigente de Mutharika em relação aos doadores internacionais, sobretudo após o anúncio, em junho, da proposta "orçamento déficit zero", que excluía o montante correspondente à ajuda financeira internacional e previa redução de aproximadamente 40% da receita do país. Em julho, foram organizadas manifestações populares de protesto. Além de se oporem à proposta restritiva de orçamento, setores malauianos

apresentaram queixas quanto ao cerceamento da imprensa, restrições aos movimentos organizados e ingerência em atividades docentes. Os embates entre grupos pró e contra o Governo teriam causado, segundo dados divulgados na imprensa malauiiana, a morte de 18 pessoas e número significativo de feridos nas principais cidades do país.

Em meio à crise política, Mutharika dissolveu o Gabinete ministerial (ago/2011) e, em seguida, nomeou 32 novos Ministros (set/2011). Entre eles, nomeou seu irmão, Peter Mutharika, como Ministro de Relações Exteriores.

Governo Joyce Banda

Em 05 de abril de 2012 o Presidente Mutharika faleceu em Lilongue, vítima de ataque cardíaco. A então Vice-Presidenta Joyce Banda assumiu a Presidência em 07 de abril. Em 26 de abril, anunciou a formação de seu Gabinete, empossado em 30 de abril.

A Presidenta Joyce Banda tem pela frente o desafio de recuperar a confiança dos doadores internacionais. Em seus dois primeiros meses de gestão, Joyce Banda tem dado sinais encorajadores de empenho em fortalecer as relações com a comunidade internacional, tendo cumprido intensa agenda internacional, que incluíram visitas à África do Sul, à Libéria, a Moçambique, ao Reino Unido e aos Estados Unidos. Seu governo desistiu de sediar a Cúpula da União Africana, prevista para ter lugar em Lilongue, em julho próximo, em função da insistência da Comissão da UA em convidar o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, condenado pelo Tribunal Penal Internacional por genocídio e crimes contra a humanidade.

Além do apoio internacional, a recuperação da economia malauiiana dependerá de medidas macroeconômicas austeras, como aquelas já anunciadas por Joyce Banda (desvalorização acentuada da moeda, venda do avião presidencial).

A Presidenta Joyce Banda confirmou presença no Segmento de Alto Nível da Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, 20-22 de junho corrente).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Maláui integra a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), juntamente com África do Sul, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Integra também o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). No âmbito da COMESA, o Maláui integra área de livre comércio que inclui outros dez países (Burundi, Djibouti, Egito, Quênia, Madagascar, Ilhas Maurício, Ruanda, Sudão, Zâmbia e Zimbábue). O comércio com os demais membros da COMESA (Comoros, RD Congo, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagascar, Ilhas Seicheles, Suazilândia e Uganda) está sujeito a uma tarifa média de 4,3%. No âmbito da SADC, as importações da África do Sul são beneficiadas por tarifas reduzidas (média de 10,2%).

O país é beneficiário do *African Growth and Opportunity Act*, iniciativa do Governo norte-americano que prevê a diminuição de barreiras tarifárias para exportações provenientes de países africanos, com vistas a favorecer o ingresso de investimentos estrangeiros na região. Ao abrigo dessa iniciativa, produtos do Maláui, inclusive têxteis, têm acesso ao mercado norte-americano livres de tarifas ou quotas.

O Maláui é ainda beneficiário da iniciativa europeia "Everything-But-Arms", que prevê redução de barreiras tarifárias para exportações de países de menor desenvolvimento relativo.

O PIB do país tem crescido a taxas vigorosas, num contexto marcado por esforços de combate à pobreza. Cerca de 40% do orçamento nacional, no entanto, seguem oriundos de doações internacionais.

País de menor desenvolvimento relativo, o Maláui é o 153º entre os exportadores e 154º entre os importadores, o que corresponde a menos de 0,01% do comércio mundial em ambos os casos.

Embora estatísticas oficiais apontem que apenas 2,7% dos malauianos entre 15 e 24 anos estejam desempregados, o desemprego entre os jovens permanece um desafio. Os dados oficiais não refletem a real dimensão do problema (oficialmente, o cidadão que trabalhe pelo menos uma hora por semana é considerado empregado), sobretudo dadas as condições de sub-emprego e os baixos salários praticados. Analistas independentes estimam que o desemprego entre os jovens em 57%, chegando a 70% em áreas urbanas.

Em 2004, quando a taxa de prevalência do HIV alcançou 14% da população adulta e a expectativa de vida caiu para 36 anos, o Governo lançou programa de distribuição gratuita de antirretrovirais, o qual se expandiu rapidamente. Em 2009, a UNAIDS estimava que 11% da população adulta do país fosse portadora do vírus HIV.

Agricultura

A base da economia malauiana é a agricultura, responsável por 35% do PIB, 85% do emprego e 90% das exportações. Os produtos mais importantes são o milho,

base da alimentação da população, e o fumo, que representa em torno de 80% das exportações nacionais. O Maláui exporta ainda açúcar, chá e algodão.

A região sul é a mais densamente povoada do Maláui, contando também com maior desenvolvimento industrial e comercial. O norte é esparsamente povoado e, no centro, localizam-se as melhores terras do país.

O setor industrial ainda é pouco desenvolvido, mas o Maláui tem atraído a atenção de investidores por seu potencial na área de mineração. Recentemente, foram descobertas no país reservas de urânio, bauxita, ouro e metais pesados. Em 2011, empresa australiana começou a explorar reserva de urânio no norte do país.

Durante a Guerra Fria, o Maláui colheu os benefícios do alinhamento com o campo capitalista sob a forma de assistência financeira. Após a democratização do país, essa tendência refletiu-se em políticas liberalizantes. Um dos resultados dessa postura foi a instituição do *Malawi Investment Act*, norma que estabelece amplas garantias a investidores estrangeiros. O país não impõe qualquer obrigação de participação local nos investimentos estrangeiros e assegura amplo direito de repatriação de recursos.

A condução da política econômica do Maláui também é fortemente condicionada pelo alto grau de dependência das instituições financeiras internacionais, em particular o FMI e o Banco Mundial.

Diante da indisciplina fiscal e das acusações de corrupção do Governo Muluzi, o FMI interrompeu seus desembolsos entre 2000 e 2004. O início do Governo Mutharika mudou esse panorama, e, em 2006, o FMI e o Banco Mundial perdoaram US\$ 2,6 bilhões da dívida malauiana (cerca de 90% do total devido). O Governo lançou então um programa econômico, intitulado *Strategy for Malawi Growth and Development*.

Sob Mutharika, o Maláui logrou aumentar a arrecadação, o que, aliado à redução de investimentos, permitiu uma redução do déficit para menos de 2% do PIB nos últimos anos. Já a inflação, que poucas vezes ficou com menos de dois dígitos anuais nas últimas duas décadas, atingiu a marca de 8% em 2007, 8,7% em 2008 e 8,4% em 2009, voltando a cair para 8% em 2010, segundo estimativa do FMI.

Apesar da instabilidade gerada pela grande participação da agricultura não-irrigada no PIB, que implica variações anuais segundo as condições climáticas, o PIB do Maláui tem crescido constantemente nos últimos anos: 5,3% (2011); 6,7% (2010); 9,4% (2009); 11,5% (2008); 11,2% (2007).² A renda per capita passou, em menos de dez anos, de 200 para 350 dólares, e a pobreza extrema foi reduzida, no mesmo período, em cerca de 15%. Conforme dados do *Reserve Bank of Malawi*, em fevereiro do corrente ano, as reservas internacionais do Maláui montavam a US\$ 186,2 milhões, o equivalente a 1,4 mês de importações.

O Governo Mutharika buscou adotar medidas no sentido de transformar o perfil da economia malauiana, ora predominantemente importador/consumidor, para uma orientação exportadora/produtora. Para tanto, o país tem procurado agregar valor à produção tradicional (tabaco, chá), bem como explorar novas possibilidades econômicas (mineração, turismo).

² Dados da *Economist Intelligence Unit*.

Em 2005, a baixa produtividade agrícola, em decorrência da estiagem e da baixa qualidade dos nutrientes no solo, levou a população do Maláui a depender de ajuda alimentar emergencial. O governo Mutharika deu prioridade à modernização do sistema de produção agrícola do país através da mecanização, do fomento de sistemas de irrigação e dos subsídios em fertilizantes, sementes e adubos aos camponeses, através do *Farm Input Subsidy Programme*, com o objetivo de ampliar a produtividade agrícola e garantir segurança alimentar. O principal elemento da iniciativa consistiu em subsídios a fertilizantes (ureia, nitrogênio, fósforo e potássio) para o cultivo de milho por cerca de 1,5 milhão de pequenos agricultores. Também foram subsidiados fertilizantes para o plantio de tabaco, legumes e sementes, bem como pesticidas para o plantio de algodão. O programa teve resultados positivos imediatos. No primeiro ano, a produtividade média do milho passou de menos de uma tonelada por hectare para mais de duas toneladas por hectare. Em anos recentes, o programa tem sido co-financiado por doações internacionais.

Paralelamente, a União Européia estabeleceu programa de longo prazo no valor de 45 milhões de euros para financiar a agricultura familiar, apoiar a silvicultura e atividades de irrigação, desenvolvendo também a infra-estrutura regional nos setores hidráulico, energético e de transportes.

A partir do segundo mandato de Mutharika, entretanto, e no contexto da crise de governabilidade que afetou as relações do Maláui com os principais países doadores, tornou-se mais difícil o diálogo entre o governo e o FMI. As divergências culminaram com a suspensão, em junho de 2011, por divergências quanto à condução da política econômica, do programa “*Extended Credit Facility*”, que envolvia o repasse escalonado de US\$ 79,4 milhões de contribuição ao equilíbrio das contas do país.

Política econômica do governo Joyce Banda

Desde que tomou posse, em 7 de abril de 2012, a Presidenta Joyce Banda tem envidado esforços para relançar as relações do Maláui com a comunidade de doadores internacionais, o Banco Mundial e o FMI, enviando sinais políticos importantes, seja em declarações à imprensa, seja em sua intensa agenda internacional, bem como demonstrando disposição em adotar medidas macroeconômicas austeras, em linha com as recomendações dos principais parceiros internacionais.

Em recente avaliação periódica do Maláui, em abril de 2012, técnicos do FMI concluíram que a severa escassez de moeda estrangeira contribuiu para uma redução da atividade econômica em 2011 (crescimento médio do PIB de 8,3% entre 2007 e 2010 foi reduzido para 4,5% em 2011). Segundo avaliaram os especialistas do FMI, a moeda sobrevalorizada teria contribuído para o crescimento das importações em ritmo mais acelerado que o das exportações, com níveis muito baixos de reservas internacionais, ressaltando a vulnerabilidade da economia a choques externos. As reservas internacionais do Maláui alcançavam apenas US\$ 186,2 milhões em fevereiro de 2012, o equivalente a 1,4 meses de importações. Entre as recomendações do FMI estava a de que fosse adotado regime de câmbio flutuante, como forma de sustar a contração da produção e das exportações e reduzir a pressão inflacionária.

Outros países africanos, incluindo Gana, Tanzânia e Uganda, teriam obtido resultados positivos com reformas centradas na liberalização do regime de taxas de câmbio, que desestimularam o mercado de câmbio paralelo. A missão recomendou ainda maior uso de políticas de juros para reduzir o excesso de liquidez no sistema financeiro e tornar o panorama econômico mais favorável ao controle inflacionário.

Em abril, de acordo com as recomendações do FMI, e apenas dias após ter assumido o cargo, a Presidenta Joyce Banda desvalorizou o kwacha em 49% e instituiu regime de câmbio flutuante. As negociações para garantir novos repasses do FMI foram retomadas. Nova missão do FMI, em maio, registrou os avanços alcançados, sobretudo na questão cambial, e indicou a retomada das negociações de novos repasses, no âmbito da *External Credit Facility*, da ordem de US\$ 157 milhões.

Transportes

País sem acesso ao mar, o Maláui depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Cerca de 60% das exportações do Maláui são escoadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira e, em menor medida, pelo porto sul-africano de Durban. Atualmente, embora a opção de menor custo seja o escoamento por via ferroviária pelo Porto de Nacala, a imprevisibilidade do período de trânsito e de conclusão dos trâmites portuários faz com que essa alternativa seja menos utilizada pelos exportadores.¹

O Governo malauiano está construindo rodovia entre Blantyre e Nsanje, bem como porto fluvial nesta última localidade, a um custo de US\$ 20.5 milhões.

Comércio exterior

Em 2011, a corrente de comércio exterior do Maláui chegou a US\$ 2,6 bilhões, com déficit de US\$ 623 milhões. O destino das exportações do Maláui é bem diversificado. Em 2011, o Canadá foi o principal destino dos embarques do Maláui, respondendo por 12% das exportações do país. Outros destinos principais foram a África do Sul (9%), o Zimbábue (9%) e a Alemanha (8,7%). As importações são mais concentradas, e têm como origem, sobretudo, a África do Sul (40% em 2011). Destacam-se ainda entre os países que mais venderam ao Maláui em 2011: Índia (8%), Zâmbia (8%) e China (8%).

Biocombustíveis

O Maláui desenvolve experiências na área de biocombustíveis desde a década de 1970. Em 1982 passou a produzir etanol. Hoje, 90% da produção é destinada ao setor de transporte, dos quais metade é absorvida pelo restrito mercado local e o restante exportado para outros países africanos, como Tanzânia, Quênia, Uganda, Moçambique, Zâmbia e Botsuana. Os crescentes gastos com a importação de combustíveis derivados do petróleo são uma das preocupações do Governo malauiano.

Atualmente, o Maláui produz cerca de 18 milhões de litros de etanol ao ano. As companhias ETHCO e Presscane têm capacidade futura de aumentar a produção para

32 milhões de litros ao ano, com potencial para expansão do plantio de cana-de-açúcar, sobretudo nas regiões de Dwangwa, Kasinthula e Nchalo.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o governo de Hastings Kamuzu Banda, o Maláui se notabilizou por sua proximidade da África do Sul apartaísta. O país estabeleceu relações oficiais com o regime do apartheid em 1967, e o Presidente Banda foi o único Chefe de Estado africano a realizar visita oficial à África do Sul naquele período. Ademais, Banda desenvolveu política de boa vizinhança com Portugal, entre 1964 e 1974, a fim de garantir acesso aos portos moçambicanos, fundamentais para o escoamento de seus produtos e a importação de combustíveis. Essas questões contribuíram para isolar o Maláui no contexto africano até o início da democratização, em 1994.

Hoje, o Maláui mantém boas relações com seus vizinhos e é membro da União Africana (Mutharika ocupou a presidência de turno da UA em 2010), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). As relações são naturalmente mais intensas com os vizinhos Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, além da importante relação com a África do Sul, o maior parceiro comercial do país (9% das exportações e 40,8% das importações malauianas em 2011).

China

Por 41 anos, o Maláui privilegiou o reconhecimento de Taiwan,³ reflexo da política de alinhamento malauiana com o bloco capitalista durante a Guerra Fria, o que gerou fluxo considerável de capital norte-americano e europeu desde a independência do país. Em 2008, o Maláui estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China, abrindo caminho para investimentos chineses no país, sobretudo em infra-estrutura e agricultura. A nova sede do Parlamento do Maláui, recém-inaugurada, foi construída por empresa chinesa. A China investe ainda na produção de algodão no Maláui.

Moçambique

Com o fim da Guerra Fria e o êxito do processo de paz em Moçambique, as relações entre os dois países melhoraram. O Presidente Guebuza compareceu à posse de Mutharika (2009) e este, em visita a Maputo (ago/2009), discutiu diversos projetos de interconexão entre os dois países.

O acesso ao mar e o suprimento de combustível para o Maláui permanecem temas sensíveis da agenda bilateral. Em setembro de 2010, repercutiu na imprensa moçambicana a declaração do Ministro da Informação e Educação Cívica do Maláui, Symon Vuwa Kaunda, de que a demora na reabilitação da ponte Samora Machel em Tete seria “uma sabotagem à economia do Maláui”. A ponte é um dos principais gargalos no transporte de combustíveis dos portos moçambicanos ao Maláui. Em julho do mesmo ano, repercutiu igualmente mal em Moçambique a suspensão, pelo

³ A mais importante missão diplomática de Taiwan no continente africano está em Uagadugu, Burkina Faso. Taiwan mantém ainda Embaixadas em Banjul, São Tomé e Mbabane (Suazilândia), e Escritórios de Ligação ou de Representação na África do Sul, Líbia e Nigéria.

Presidente Mutharika, da negociação para importação de energia elétrica da hidrelétrica moçambicana de Cahora Bassa.⁴

A Comissão Mista Moçambique-Maláui (14/10/2010) não logrou mitigar a tensão diplomática entre os dois países, e novos incidentes relacionados à questão da navegabilidade dos rios Chire e Zambeze (hidrovia Nsanje – Chinde) ocasionaram escalada de declarações entre autoridades dos dois países. O lançamento do projeto do porto fluvial de Nsanje, logo em seguida à Comista (23/10), foi marcado por controvérsias: o PR de Moçambique, Armando Guebuza, não compareceu à cerimônia (o lado moçambicano afirma que Guebuza não teria sido convidado formalmente), e a polícia moçambicana interceptou a embarcação malauiense que deveria chegar a Nsanje após navegar todo o trajeto da hidrovia. Além da hidrovia Nsanje-Chinde, o Maláui teria anunciado, unilateralmente, os projetos de construção de oleoduto entre o porto da Beira e Nsanje, e de uma linha férrea entre Lilongue e Harare, a qual atravessaria território moçambicano.

Na questão da hidrovia Nsanje-Chinde, Moçambique recebe o apoio de associações ambientalistas, contrárias ao uso dos rios Chire e Zambeze como rota comercial. Em termos econômicos, a hidrovia representa riscos consideráveis para Moçambique, na medida em que o corredor fluvial poderia desviar tráfego do Corredor de Nacala (ligação ferroviária entre Moatize e Nacala). Haveria, ademais, considerável risco ambiental, bem como possibilidade de menor controle sobre o transporte de carga e passageiros, o que poderia resultar em incremento no tráfico ilegal de bens e pessoas. O Maláui, por sua vez, teria o apoio dos demais países mediterrâneos da África Austral, da SADC e do COMESA.

Moçambique, por seu turno, depende da colaboração do Maláui para viabilizar o Corredor de Nacala, projeto do qual a VALE participa como sócia majoritária. A nova conexão ferroviária será vital para o comércio do Maláui e de Moçambique e poderá constituir oportunidade para encaminhar uma solução à questão que está na raiz das desconfianças recíprocas. Trata-se, portanto, de oportunidade para que os dois países africanos superem diferenças históricas, tornando-se sócios e beneficiários de um projeto de desenvolvimento regional.

Em maio de 2012, a Presidenta Joyce Banda realizou visita a Moçambique, no marco de um esforço de relançamento das relações bilaterais após a mudança de governo no Maláui. Na ocasião, foram firmados acordos nas áreas de energia e de consultas político-diplomáticas. Os Presidentes Joyce Banda e Armando Guebuza comprometeram-se a retomar entendimentos para a importação, pelo Maláui, de energia elétrica produzida pela hidrelétrica de Cahora Bassa.

Zimbábue

O Maláui manteve postura discreta durante o desenrolar da crise zimbabuana, participando das reuniões da SADC sobre o tema, mas evitando manifestar qualquer opinião isoladamente. O Presidente Robert Mugabe participou das duas cerimônias de posse de Bingu Wa Mutharika, em 2004 e em 2009.

⁴ Embora já estivesse em fase avançada de negociação, e contasse inclusive com garantia de financiamento do Banco Mundial e outras instituições, o projeto foi rejeitado por Mutharika, que considerou abusivas as condições oferecidas para fornecimento ao Maláui de energia elétrica de Cahora Bassa, as quais incluíam compromisso de pagamento mínimo de US\$ 1 milhão mensais à estatal moçambicana que opera a hidrelétrica, independentemente do consumo elétrico. Especialistas salientaram, contudo, que seriam bem mais significativas as perdas em termos de produtividade industrial do Maláui decorrentes da escassez de energia elétrica disponível no país.

Atos Bilaterais - Maláui

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui.	16/09/2009	09/12/2011	Decreto Legislativo 289, de 15/09/2011. Nota malauense recebida em 08/11/2011. Em processo de promulgação.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

- 1991: Decreto de criação da Embaixada do Brasil no Maláui, inicialmente cumulativa com Embaixada do Brasil em Lusaca.
- 1998: O Embaixador do Maláui em Washington, Willie Chokani, solicita cooperação brasileira em saúde, esporte, mineração e tabaco.
- 2000: O Ministro da Agricultura e Irrigação do Maláui, Leonard K. Mangulana, visita o Brasil a convite da Associação de Fumicultores de Santa Cruz do Sul.
- 2004: Embaixada não-residente do Brasil no Maláui passa a ser cumulativa com Embaixada do Brasil em Harare.
- 2005: O Presidente Mutharika recebe as credenciais do Embaixador George Ney Fernandes, residente em Harare.
- 2008: O Presidente Mutharika recebe as credenciais do Embaixador Raul de Taunay, residente em Harare.
- 2009: Visita oficial do Presidente Mutharika ao Brasil; assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Maláui (ratificado pelo Brasil; aguardando ratificação pela parte malauiana).
- 2010: Abertura da Embaixada do Maláui em Brasília.
- 2010: Decreto de criação da Embaixada residente do Brasil em Lilongue (Decreto 7.349, de 27 de outubro).
- 2011: Cerimônia de apresentação de credenciais do Embaixador Francis Moto (ago).

Cronologia Histórica

- 1891: Reino Unido estabelece o protetorado da Niassalândia.
- 1915: Revolta contra o domínio britânico é reprimida.
- 1944: Criação do partido nacionalista *Nyasaland African Congress*, depois rebatizado *Malawi Congress Party* (MCP).
- 1953: Criação da Federação Centro-Africana, unindo os atuais Maláui, Zâmbia e Zimbábue.
- 1959: Hastings Banda torna-se líder do MCP.
- 1961: O MCP recebe 94% dos votos em eleições legislativas.
- 1963: A Federação Centro-Africana é dissolvida e o Maláui recebe autonomia.
- 1964: Independência do Maláui, sob a liderança de Banda.
- 1966: Constituição estabelece Estado unipartidário.
- 1971: Banda é designado presidente vitalício.
- 1978: Primeiras eleições do Maláui independente, mas só com candidatos do MCP pessoalmente aprovados por Banda.
- 1992: A Igreja Católica condena o Governo de Banda; organização da oposição e começo da abertura.
- 1993: Referendo rejeita Estado unipartidário.
- 1994: Primeiras eleições democráticas; Bakili Muluzi (UDF) eleito.
- 1997: Morte de Hastings Banda.
- 1999: Bakili Muluzi reeleito.
- 2004: Bingu Wa Mutharika (UDF) eleito Presidente.
- 2005: Mutharika funda novo partido, o *Democratic Progress Party* (DPP).
- 2009: Mutharika é reeleito Presidente pelo DPP.
- 2010: A Vice-Presidente Joyce Banda rompe com o Presidente Mutharika e funda novo partido, o *People's Party* (PP).
- 2012: Morte do Presidente Mutharika. Joyce Banda assume a presidência. (abril)

Dados Econômico-Comerciais

MALAUI: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República de Malaui
Superfície	118.484 Km ²
Localização	Sudeste da África
Capital	Lilongwe
Principais cidades	Lilongwe, Blantyre, Mzuzu, Zomba
Idiomas oficiais	Chichewa, Inglês (oficial)
Moeda	Malawi kwacha (MK)
População (2011)	16,1 milhões de habitantes

Malaui está localizado no continente africano, ao leste de Zâmbia e ao norte de Moçambique. A população total de cerca de 16,1 milhões habitantes está distribuída em uma extensão de 118 mil Km².

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

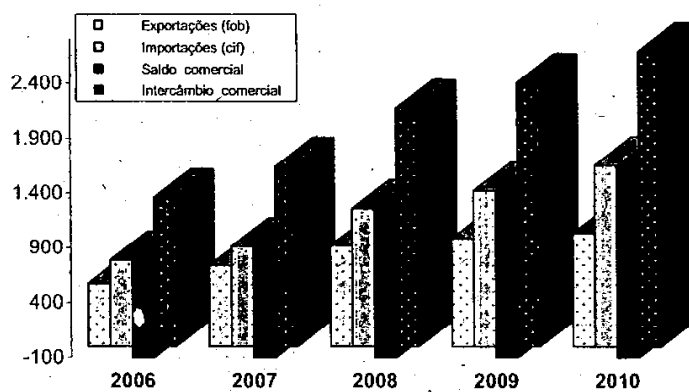
PIB Nominal	US\$ 5,9 bilhões
Crescimento real do PIB	5,3%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 370
PIB PPP	US\$ 15,5 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 963
Inflação	9,8%
Reservas internacionais	US\$ 263 milhões
Dívida externa	US\$ 1,3 bilhões
Câmbio (MK / US\$)	165,50

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 5,9 bilhões e crescimento de 5,3% em 2011, a economia de Malaui é predominante agrícola com 80% da população localizada na área rural. No ranking do PIB/FMI Malaui posicionou-se como 144ª economia mundial.

MALAUÍ: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	573	734	914	983	1.032
Importações (cif)	785	906	1.256	1.421	1.655
Saldo comercial	-211	-172	-342	-438	-623
Intercâmbio comercial	1.358	1.640	2.170	2.404	2.687

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Integridade Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, April 2012

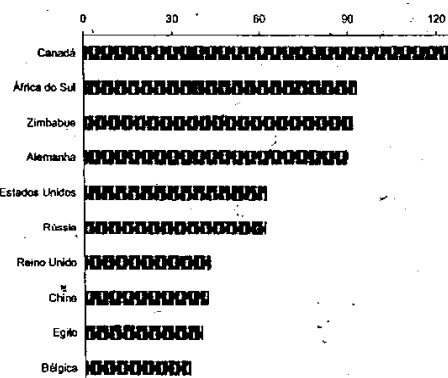


O comércio exterior de Malawi apresentou, em 2011, variação de 98% em relação a 2007, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 2,7 bilhões. No ranking do FMI de 2011, Malawi figurou como o 158º principal mercado mundial, sendo 157º na exportação e 145º na importação.

MALAUÍ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Canadá -	71,1	7,2%	127	12,3%
África do Sul	83,2	8,5%	93	9,0%
Zimbábue	81,8	8,3%	92	8,9%
Alemanha	107,1	10,9%	90	8,7%
Estados Unidos	69,1	7,0%	62	6,0%
Rússia	73,9	7,5%	62	6,0%
Reino Unido	38,2	3,9%	43	4,1%
China	28,6	2,9%	42	4,1%
Egito	35,6	3,6%	40	3,9%
Bélgica	21,4	2,2%	36	3,5%
...				
Brasil	3,2	0,3%	2,1	0,2%
Subtotal	613,0	62,4%	687,8	66,6%
Outros países	370,0	37,6%	344,2	33,4%
Total	983,0	100,0%	1.032,0	100,0%



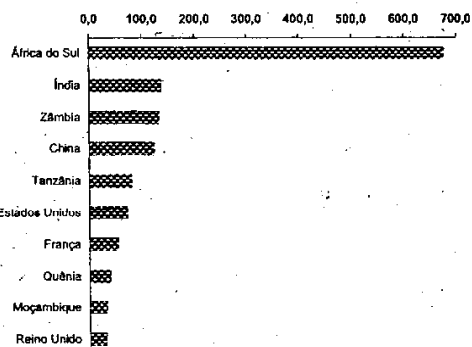
Extrairado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Integridade Comercial - 2011 base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2012

O destino das exportações do país é bem diversificado. O Canadá obteve 12% da pauta em 2011, seguido da África do Sul (9%); Zimbábue (9%); Alemanha (9%); Estados Unidos (6%); e Rússia (6%). O Brasil obteve o 47º lugar entre os principais compradores em 2010, participando com 0,2% do total.

MALAUÍ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	603,2	42,4%	675,6	40,8%
Índia	101,0	7,1%	137,4	8,3%
Zâmbia	112,9	7,9%	133,6	8,1%
China	88,1	6,2%	124,4	7,5%
Tanzânia	72,2	5,1%	80,9	4,9%
Estados Unidos	40,8	2,9%	72,8	4,4%
França	64,2	4,5%	55,2	3,3%
Quênia	35,0	2,5%	39,2	2,4%
Moçambique	29,7	2,1%	33,2	2,0%
Reino Unido	28,6	2,0%	31,7	1,9%
...				
Brasil	2,6	0,2%	2,6	0,2%
Subtotal	1.178,3	82,9%	1.386,6	83,8%
Outros países	242,7	17,1%	268,4	16,2%
Total	1.421,0	100,0%	1.655,0	100,0%



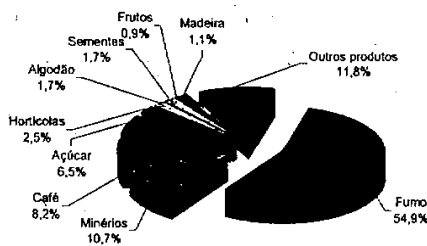
Extrairado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Integridade Comercial - 2011 base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2012

A África do Sul é o principal vendedor para Malaui. Em 2011 representou 41% da pauta. Destacaram-se também a Índia (8%); Zâmbia (8%); e China (8%). O Brasil obteve o 30º lugar, com 0,2% do total.

MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - em US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Fumo	0,59	54,9%
Minérios	0,11	10,7%
Café	0,09	8,2%
Açúcar	0,07	6,5%
Hortícolas	0,03	2,5%
Algodão	0,02	1,7%
Sementes	0,02	1,7%
Frutos	0,01	0,9%
Madeira	0,01	1,1%
Subtotal	0,94	88,2%
Outros produtos	0,13	11,8%
Total	1,07	100,0%

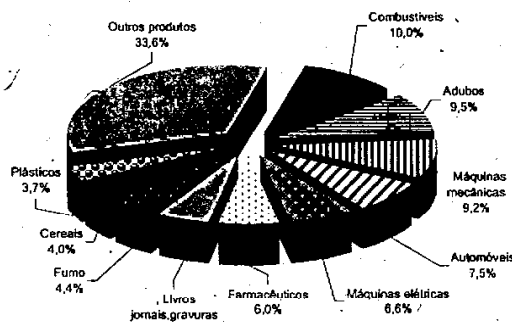


Fumo é o principal produto da pauta de exportação e respondeu por aproximadamente 55% do total em 2010. Em seguida destacaram-se os minérios (11%); café (8%); açúcar (7%) e hortícolas (3%).

MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - em US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Combustíveis	0,2	10,0%
Adubos	0,2	9,5%
Máquinas mecânicas	0,2	9,2%
Automóveis	0,2	7,5%
Máquinas elétricas	0,1	6,6%
Farmacêuticos	0,1	6,0%
Livros, jornais, gravuras	0,1	5,4%
Fumo	0,1	4,4%
Cereais	0,1	4,0%
Plásticos	0,1	3,7%
Subtotal	1,4	66,4%
Outros produtos	0,7	33,6%
Total	2,2	100,0%



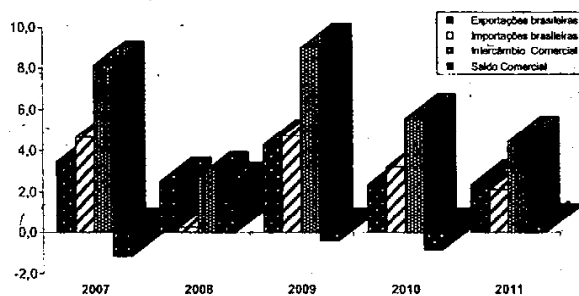
As importações de Malaui foram bem diversificada, cuja participação registraram destaque em três grupos de produtos (combustíveis, adubos e máquinas mecânicas) que juntos representaram 29% das compras. Na sequência foram: automóveis (8%), máquinas elétricas (7%); farmacêuticos (6%); livros, jornais, gravuras (5%); e fumo (4%).

BRASIL-MALAUÍ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mar)	2012 (jan-mar)
Exportações brasileiras	3,5	2,5	4,3	2,4	2,4	0,1	0,6
Variação em relação ao ano anterior	301,1%	-28,4%	72,0%	-45,1%	-0,4%	-99,8%	370,3%
Importações brasileiras	4,7	0,3	4,7	3,2	2,1	0,0	1,8
Variação em relação ao ano anterior	114,3%	-94,6%	1780,0%	-31,9%	-34,1%	-99,9%	179900,0%
Intercâmbio Comercial	8,1	2,8	9,0	5,6	4,5	0,1	2,4
Variação em relação ao ano anterior	167,8%	-66,2%	227,3%	-38,2%	-19,8%	-99,8%	1661,9%
Saldo Comercial	-1,2	2,3	-0,4	-0,8	0,2	0,1	-1,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Intelligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Ancceweb

No ranking do comércio exterior brasileiro Malaui figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país registrou decréscimo da ordem de 45%, passando de US\$ 8 milhões em 2007, para US\$ 4,5 milhões em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil no último ano do quinquênio analisado, registrou superávit de 0,2 milhões em 2011.

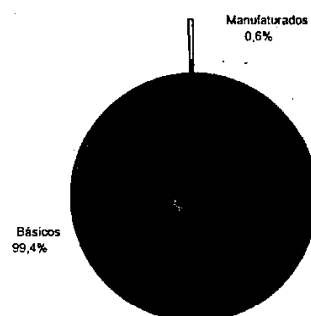
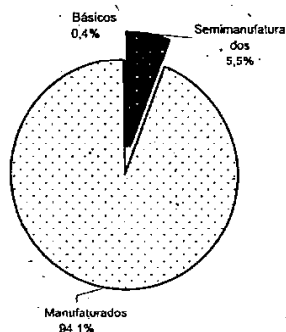


BRASIL-MALAUI: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,4%	2,1	99,5%
Semimanufaturados	0,1	5,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	2,2	94,5%	0,01	0,6%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	2,4	100,0%	2,11	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Malawi são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 95% das vendas em 2011, com destaque para automóveis. Em seguida estão os semimanufaturados com 5,5 % e os básicos 0,4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representados pelo fumo equivalem quase a totalidade da pauta com 99,5%.

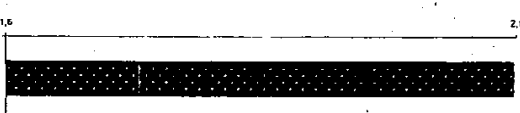


BRASIL-MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Malawi, 2011
			Valor	% no total	
Automóveis	1,1	1,2	1,2	50,9%	
Máquinas mecânicas	2,6	0,3	0,5	20,9%	
Borracha	0,4	0,3	0,3	10,6%	
Farmacêuticos	0,2	0,1	0,2	6,6%	
Gomas vegetais	0,0	0,0	0,1	4,3%	
Subtotal	4,3	1,9	2,2	93,1%	
Outros produtos	0,0	0,4	0,2	6,9%	
Total	4,3	2,4	2,4	100,0%	

Automóveis representam mais da metade dos itens brasileiros exportados para Malawi, ou seja, 51% da pauta. Em seguida destacaram-se: máquinas mecânicas (21%); borracha (11%); produtos farmacêuticos (7%) e gomas vegetais (4%).

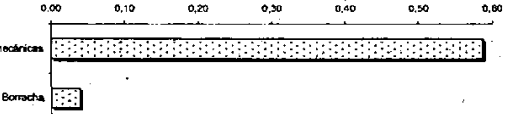
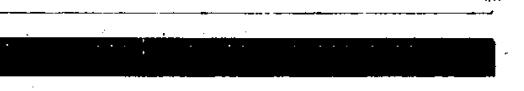
BRASIL-MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias do Malaui, 2011
			Valor	% no total	
Fumo	2,1	3,2	2,1	99,4%	
Subtotal	2,1	3,2	2,1	99,4%	
Outros produtos	2,6	0,0	0,0	0,6%	
Total	4,7	3,2	2,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIN/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AL - web.

As importações brasileiras originárias de Malaui apresentaram alta grau de concentração, sendo fumo 99,9 % das compras em 2011.

BRASIL-MALAUI: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-mar)	2012(jan-mar)		Exportações brasileiras para Malaui em 2012 (jan-mar)
		Valor	% no total	
Exportações				
Máquinas mecânicas	0,10	0,59	90,4%	
Borracha	0,00	0,04	6,1%	
Subtotal	0,10	0,63	96,6%	
Outros produtos	0,04	0,02	3,4%	
Total	0,14	0,65	100,0%	
Importações				
Fumo	0,00	1,80	100,0%	
Subtotal	0,00	1,80	100,3%	
Outros produtos	0,00	0,00	-0,3%	
Total	0,00	1,80	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIN/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AL - web.

Aviso nº 712 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

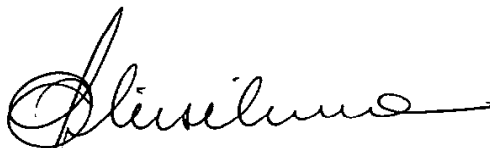
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

. (À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:13958/2012

4

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 72, de 2012 (nº 370, de 15 de agosto de 2012, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 24 de setembro de 1966.

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Universidade de Sophia, de Tóquio, ingressou na carreira diplomática em 1994 e tornou-se Conselheiro, por merecimento, em 2008. Concluiu o curso de Altos Estudos do

Instituto Rio Branco em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério de Relações Exteriores destacam-se a de Conselheiro na Embaixada em Beirute (2006), Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Riade (2009), Conselheiro no Consulado-Geral de Nova York (2011). Ademais, foi Assessor Internacional do Governo do Distrito Federal (1999 e 2001).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Democrática do Congo, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

A República Democrática do Congo, cujo sistema de governo é semipresidencialista bicameral, tem desde 2001 como Presidente Joseph Kabila Kabange e como Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo, desde abril de 2012.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Congo em 1968 e fixamos nossa Embaixada em Kinshasa em 1972, enquanto o então chamado Zaire abria Embaixada em Brasília em 1974. Nessa época, firmamos acordos de cooperação técnica e científica, de cooperação cultural, comercial e para estabelecimento de serviços aéreos. O setor de minérios também gerou interesse recíproco, como o protocolo de exploração da mina de ouro de D7 Kanga, em 1988, e, mais recentemente, o memorando de entendimentos para avaliar as jazidas petrolíferas no Centro-Norte do País. Nesse intermédio, entre 1997 e 2004, a Embaixada brasileira foi fechada, em razão do agravamento da situação interna da República Democrática do Congo, a começar pela chamada II Guerra do Congo, que teria vitimado cerca de 5 milhões de pessoas.

Importa registrar, enfim, que o primeiro julgamento do Tribunal Penal Internacional, que ocorreu este ano, foi o do ex-comandante da Força Patriótica de Libertação do Congo, Thomas Lubanga Dyilo, considerado culpado por crimes de guerra, notadamente pelo alistamento e recrutamento de

crianças menores de 15 anos entre 2002 e 2003.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 72, DE 2012** **(nº 370/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o § 2º do art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Os méritos do Senhor Paulo Uchôa Ribeiro Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a de Dilma Rousseff.

EM nº 00246/2012 MRE

Brasília, 16 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00246 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

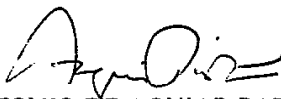
Brasília, 16 de julho de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO

CPF.: 371.521.731-68

ID.: 11152 MRE

1966 Filho de Paulo Uchoa Ribeiro e Maria Izabel Rolim Ribeiro, nasce em 24 de setembro, em Brasília/DF

Dados Acadêmicos:

1988 Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
 1989 Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
 Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependent world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
 1992
 1994 CPCD - IRBr
 2003 CAD - IRBr
 2011 CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"

Cargos:

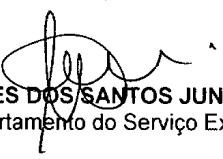
1995 Terceiro-Secretário
 2001 Segundo-Secretário
 2006 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2008 Conselheiro, por merecimento

Funções:

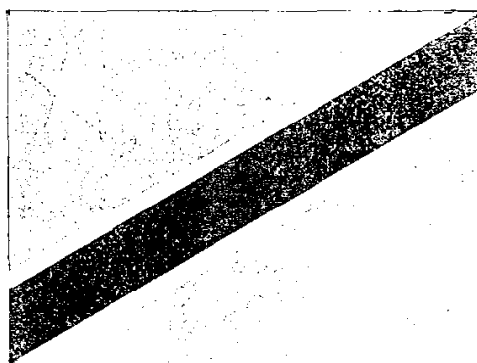
1996 Departamento da Europa
 1996 Divisão da Europa I, assistente
 1997 Embaixada em Oslo, Terceiro-Secretário e Encarregado de Negócios em missão transitória
 1999 Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
 2000 Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, Departamento Político, Assessor Especial
 2001 Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
 2002 Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
 2005 Embaixada em Riade, Segundo-Secretário, Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios
 2006 Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2006 Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2006 Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 2007 Embaixada em Doha, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2007 Escritório de Representação em Ramalá, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2008 Embaixada em Riade, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2008 Consulado-Geral em Beirute, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
 2009 Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
 2009 Embaixada em Riade, Conselheiro e Encarregado de Negócios
 2010 Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em missão transitória
 2011 Consulado-Geral em Nova York, Conselheiro

Condecorações:

1999 Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, Grã-Cruz
 1999 Ordem Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro
 1999 Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, Medalha
 1999 Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
 1999 Mérito Buriti, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
 1999 Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, Comendador
 1999 Mérito Fu Shingkan, Taiwan, Medalha
 2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
 2000 Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, Medalha


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Julho de 2012

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.858 km² (1,5 vez o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (2011)	74,7 milhões de habitantes (est. FMI 2012)
IDIOMAS	Francês (oficial); lingala, quicongo, kituba, suaíli e tshiluba ("línguas nacionais")
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (50%), Evangélicas (20%), Islã (10%), Religiões autóctones (20%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo bicameral
PODER LEGISLATIVO	Bicameral Câmara Baixa: Assembleia Nacional Câmara Alta: Senado
CHEFE DE ESTADO	Presidente Joseph Kabila Kabange (desde jan/2001)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo (desde abril/2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Raymond Tshibanda (desde maio/2012)
PIB nominal (2011)¹	US\$ 15,668 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)¹	US\$ 23,135 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)¹	US\$ 185,841 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP per capita (2011)¹	US\$ 328,346 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (%)¹	6,7 (est. 2013); 6,4 (est. 2012); 6,9 (2011); 7,0 (2010); -2,8 (2009); 6,1 (2008); 6,2 (2007)
IDH^{2,3}	0,286 (187º de 187 países);
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER^{2,3}	48,4 anos (2011) (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	66,8% (2009) (Brasil: 90%; mundo:)
ÍNDICE DE DESEMPREGO⁴	8,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Congolês (FC) –1 US\$ = 922,75 FC
EMBAIXADOR NA RDC	A ser designado
EMBAIXADOR NO BRASIL	A ser designado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2011)	64 brasileiros

(1) Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weosemgr.aspx>

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

(3) Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data/profiles/>

(4) Disponível em <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/áfrica/Dem%20Rep%20Congo%20Final.pdf>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) –Fonte: MDIC (junho de 2012)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	9,39	13,40	17,10	150,96	209,89	57,28	58,56	41,68	188,61	121,66	21,7
Exportação	9,17	13,03	16,88	18,52	35,13	53,43	53,78	31,50	81,47	25,86	15,9
Importação	0,22	0,36	0,22	132,43	174,75	3,84	4,783	10,18	104,14	95,77	5,76
Saldo	8,95	12,66	16,66	-113,91	-139,62	49,59	49,00	21,31	-25,55	69,94	10,23

JOSEPH KABILA KABANGE
Presidente

Joseph Kabila Kabange nasceu em 04/06/1971, em Fizi, Província do Kivu do Sul, situada no leste da RDC. Devido às atividades políticas de seu pai, Laurent Kabila, que combatia o regime de Mobutu Sese Seko, cursou o ensino médio no Liceu Francês de Dar-es-Salaam, Tanzânia, onde também passou por treinamento militar.

Lutou ao lado do pai na guerra de 1996-97 contra o regime Mobutu, que tombaria em maio de 1997, quando Laurent Kabila assume o poder. Em 1998, fez estágio militar na Universidade de Defesa de Pequim. No mesmo ano, retornou à RDC e foi nomeado General e Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 2000, assumiu a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em janeiro de 2001, aos 29 anos de idade, assumiu a Presidência da República após o assassinato de seu pai. Em outubro de 2006, foi eleito Presidente da República para um mandato de cinco anos, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas realizadas no país.

Em dezembro de 2011, foi reeleito Presidente no primeiro turno, para novo mandato de cinco anos. A organização do pleito foi contestada por parte da comunidade internacional.

AUGUSTIN MATATA PONYO MAPON
Primeiro-Ministro

Augustin Matata Ponyo Mapon nasceu em 05/06/1964, em Kindu, Província de Manieba, centro-leste da RDC. Formou-se em Economia pela Universidade de Kinshasa, onde lecionou entre 1988 e 2000. Trabalhou no Banco Central do Congo (1990 a 2003) e no Ministério das Finanças (2001 a 2003). De 2003 a 2010, foi Diretor-Geral do Escritório Central de Coordenação, órgão do governo congolês criado para atuar em concerto com os principais provedores de cooperação ao país. Em fevereiro de 2010, foi nomeado Ministro das Finanças. Em abril de 2012, foi designado Primeiro-Ministro pelo Presidente Joseph Kabila.

Avalia-se que a escolha de Ponyo refletiria a preocupação do Presidente Kabila em enviar mensagem aos investidores externos de que o Governo dará prioridade ao aprimoramento do ambiente de negócios na RDC. Ao nomear Ponyo, Kabila buscava, ainda, dar orientação gerencial ao cargo de Primeiro-Ministro e concentrar em suas mãos a condução de temas essencialmente políticos.

RAYMOND TSHIBANDA N'TUNGAMULONGO
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia

Nascido em Lomela, na província do Kasai Oriental, em 20 de novembro de 1950, Raymond Tshibanda N'tungamulongo licenciou-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade do Zaire, em 1977. Entre 1979 e 1982, cursou pós-graduação em Relações Internacionais, Economia do Desenvolvimento e Administração Pública pela Universidade de Pittsburgh, EUA. De 1988 a 1991, trabalhou no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Tshibanda retornou à RDC em 1991, quando foi nomeado Diretor de Gabinete Adjunto do Primeiro-Ministro. Participou ativamente da organização da Conferência Nacional Soberana e, em 1994, assumiu papel de destaque nas negociações que levariam ao fim do regime de Mobutu. Atuou, entre 1994 e 1996, como presidente e porta-voz da oposição. Em 1996, foi nomeado Ministro do Meio-Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo.

Foi Vice-Ministro do Planejamento de 2003 a 2006. Em 2006, foi coordenador da campanha de Joseph Kabila à presidência e Chefe de Gabinete do Presidente, entre 2007 e 2008. Em 2008, assumiu o cargo de Ministro da Cooperação Internacional e da Francofonia. Conduziu as negociações de paz que levaram à assinatura dos Acordos de Goma em março de 2009, pelo qual o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), grupo armado que atuava no leste do país, abandonou oficialmente as atividades rebeldes. Na condição de Ministro da Cooperação, representou a RDC em diversos eventos internacionais, como a sessão do Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU) em que foi renovado o mandato da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em junho de 2011.

Em abril de 2012, com a composição do novo governo do Presidente Kabila, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia.

Vale ressaltar que Tshibanda esteve no Brasil em agosto de 2011, como chefe da delegação congoleza que integrou a III Sessão da Comissão Mista Brasil – RDC.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a RDC, então Zaire, em 1968. As relações bilaterais experimentaram forte impulso em abril de 1972, com a criação da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Em novembro do mesmo ano, visitou aquela capital o Chanceler Mario Gibson Barboza, ocasião em que os primeiros atos bilaterais foram assinados: a “Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural” e uma Declaração Conjunta. No ano seguinte, visitaria Brasília o Ministro dos Negócios Estrangeiros congolês, Nguza Bond, que assinou junto com sua contraparte brasileira cinco acordos, dentre os quais um “Acordo de Cooperação Técnica e Científica”, um “Acordo Comercial” e um “Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos”.

A RDC estabeleceu Embaixada em Brasília em 1974. Em 1980, após um período de pouco dinamismo das relações bilaterais, seria realizada em Brasília I Sessão da Comissão Mista Bilateral. Sete anos mais tarde, missão oficial de autoridades congoleesas resultaria na assinatura de três atos bilaterais, dentre os quais um Acordo no setor de transportes e um Protocolo complementar sobre a exploração da mina de ouro de D7 Kanga. A II Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC ocorreu um ano depois (1988).

Durante os anos seguintes, a instabilidade do país, ainda sob a liderança de Mobutu, restringiu as possibilidades de estreitamento das relações entre os dois países. A Embaixada do Brasil em Kinshasa foi desativada em 1997 em razão da II Guerra do Congo, e seria reaberta apenas em 2004.

Em março de 2005, Jean-Pierre Bemba, à época um dos quatro Vice-Presidentes do Governo de transição encabeçado por Laurent Kabila, visitou o Brasil, onde foi recebido pelo então Vice-Presidente José Alencar e pelos titulares das pastas do MDIC e do MME. Durante a visita, discutiram-se oportunidades comerciais e perspectivas de cooperação bilateral. A então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, aventou a negociação de memorandos de entendimento entre empresas dos setores de energia elétrica e mineração de ambos os países.

Em outubro de 2006, teve início a missão do Exército Brasileiro na RDC, destinada a manter a segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Desde então, a missão vem sendo periodicamente renovada, uma vez que a situação no país ainda inspira cuidados. Regularmente, os militares brasileiros expõem à comunidade brasileira local as medidas a serem tomadas na hipótese de novos conflitos de maiores proporções atingirem Kinshasa.

Em 2007, o Ministro dos Hidrocarbonetos da RDC visitou o Brasil com o objetivo de estabelecer contato com empresas brasileiras do setor de petróleo. Resultado da sua visita foi a assinatura, em 2008, de memorando de entendimentos

entre a empresa brasileira HRT ("High Resolution Technology") - Petroleum e o Ministério dos Hidrocarbonetos, visando à avaliação de jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como "Cuvette Centrale".

Em maio de 2009, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim visitou Kinshasa, ocasião em que manteve reuniões de trabalho com o Ministro da Defesa Nacional e dos Antigos Combatentes e com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, ademais de ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Adolphe Muzito. Foram discutidos, entre outros temas, as possibilidades de cooperação militar bilateral e oportunidades de comércio de material bélico. Naquele mesmo mês, visitou o Brasil o Vice-Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo, chefiando delegação integrada por altos funcionários e técnicos do Ministério das Minas. O objetivo da missão foi visitar diferentes instalações da VALE, buscando diversificar as opções estratégicas para o setor de mineração do país.

Novo salto qualitativo nas relações bilaterais deu-se com a visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa, em novembro de 2010. A visita deu-se no contexto do anúncio da contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC. Além de manter encontro bilateral com seu contraparte, o Ministro Alexis Thambwe Mwamba, o Ministro Celso Amorim avistou-se com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na RDC, Roger Meece, o Diretor do Escritório de Direitos Humanos da ONU, Jean-Luc Max, e a Representante Adjunta da Agência da ONU para Refugiados, Ndeye Ndour. Durante o encontro com o Ministro Mwamba, discutiram-se temas da agenda africana e regional, com ênfase na situação na região dos Grandes Lagos e leste da RDC, e decidiu-se reativar a Comissão Mista Bilateral.

Em agosto de 2011, realizou-se em Brasília a III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, que se revestiu de caráter histórico, uma vez que a última edição do evento havia corrido em 1988. O evento relançou a cooperação entre os dois países, por meio de iniciativas em diversas áreas. As delegações brasileira e congoleza foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pelo então Ministro da Cooperação Internacional e Regional, Senhor Raymond Tshibanda N'Tungamulongo (atual Chanceler). Além de temas que já integram a agenda Brasil-RDC, como educação, comércio e investimentos e cooperação humanitária, as delegações brasileira e congoleza valeram-se da ocasião para compartilhar informações e discutir novas iniciativas em áreas como saúde, agricultura familiar, agroecologia, formação profissional, rádio e televisão e normalização. Ao final do evento, foram assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, formação de recursos humanos do setor público de comunicação e normalização.

Foi assinado, também, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da RDC, instrumento bilateral que possibilitará o ingresso, ainda no segundo semestre de 2012, do primeiro diplomata da RDC no Curso de Formação oferecido pelo Instituto.

Ressalte-se, por fim, que, no plano bilateral, permanece o interesse de ambos os lados em estabelecer mecanismo de consultas políticas bilaterais periódicas. Por sua dimensão territorial e populacional, bem como por sua posição geográfica central no continente africano, o país, em processo de gradual estabilização, deverá desempenhar, no futuro, papel mais relevante no contexto regional.

Cooperação eleitoral

Em novembro de 2005, o então Subsecretário de Assuntos Políticos-II do Itamaraty visitou a RDC, ocasião em que examinou com o Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI), Abade Apollinaire Malumalu, a possibilidade de desenvolver-se programa de cooperação eleitoral. A partir de então, iniciou-se uma série de iniciativas de parte a parte, as quais resultaram em sensível incremento das relações bilaterais. Com o importante apoio de órgãos da Justiça Eleitoral brasileira, foram enviados observadores ao referendo constitucional congolês de dezembro de 2005 e promoveu-se a ida de Juiz do TRE-MG a Kinshasa, em abril de 2006, a fim de ministrar curso sobre contencioso eleitoral a Ministros da Suprema Corte, outros magistrados e membros e agentes da CEI. O mesmo Juiz visitaria a RDC por mais duas vezes, em missão de observador internacional às eleições gerais de 2006.

Em cerimônia realizada em 30 de outubro daquele ano, com ampla cobertura de imprensa, fez-se a entrega oficial de 2.950 urnas de lona doadas pelo Governo brasileiro. Na ocasião, o Brasil foi publicamente reconhecido como um dos países que mais vinham contribuindo para o êxito do processo eleitoral na RDC. Do lado congolês, duas missões chefiadas pelo Presidente da CEI visitaram o Brasil: em outubro de 2006 (por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras) e em maio de 2007.

Cooperação técnica

Em novembro de 2009, técnico da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Kinshasa a fim de discutir o relançamento da cooperação técnica com a RDC. Na ocasião, estiveram presentes representantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Saúde Pública e do Ministério da Agricultura da RDC que destacaram interesse em realizar cooperação na área da saúde, em especial na prevenção e combate à AIDS e à malária. Manifestaram, ainda, preocupação com a segurança alimentar do país e com a necessidade de

capacitação de pequenos agricultores na produção de mandioca, banana, milho e arroz. Ao término da visita, os representantes da RDC comprometeram-se a apresentar formalmente suas demandas, a fim de que fossem submetidas à apreciação da ABC e das instituições brasileiras.

No segundo semestre de 2010, a RDC solicitou cooperação técnica na área de transporte marítimo, agricultura e segurança alimentar, bem como capacitação dos profissionais da Radio Televisão Nacional Congoleza e apoio ao Instituto Nacional de Preparação Profissional.

Ainda em 2010, técnicos congolezes participaram dos cursos realizados no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural, que visavam a apresentar o trabalho das diversas instituições brasileiras (Embrapa, SENAR, Ministérios) na área de agricultura, pecuária e segurança alimentar.

Em fevereiro de 2011, a ABC realizou missão de prospecção a Kinshasa. A delegação foi composta por representantes do SENAI, da Embrapa, da União Planetária, da Universidade Federal de Lavras (UFL) e da Marinha do Brasil. A missão resultou na negociação de cinco projetos de cooperação técnica, dos quais três seriam assinados por ocasião da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, realizada em agosto de 2011, em Brasília: "Formação de recursos humanos do setor público de comunicação da RDC", a ser executado pela União Planetária; "Apoio ao Cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo, no âmbito da Agroecologia, tendo-se como Referência, as Ações Extensionistas Participativas para Agricultura Familiar Desenvolvidas no Projeto Carrancas", já em fase de implementação pela UFL; e "Capacitação em agroecologia e agricultura familiar, para a produção de alimentos básicos e fundamentais, no viés da segurança alimentar e suas correlações econômicas e socioambientais". Os outros dois projetos, na área de biocombustíveis e formação profissional, encontram-se em fase de elaboração, respectivamente, pela Embrapa e pelo SENAI.

Está prevista para julho de 2012 nova missão de prospecção da ABC à RDC, que deverá contemplar as áreas de normatização, em parceria com a ABNT, de formação profissional, em parceria com o SENAI, e de redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação (REDD+), em parceria com o MMA.

Cooperação educacional

Desde 2007, o Brasil tem sido o país que mais concede vagas universitárias a estudantes congolezes (331 alunos desde então), no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). A RDC é, ademais, após Cabo Verde, o país com maior número de beneficiados pelo Bolsa Mérito, programa que concede bolsas mensais a estudantes-convênio de graduação que demonstrem aproveitamento acadêmico excepcional. Desde a criação do programa, em 2006, 57 congolezes já foram agraciados com o benefício.

Assistência humanitária

Em 2009, US\$ 35 mil foram alocados à Embaixada em Kinshasa para aquisição, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar local, para assistência às vítimas de enchentes que atingiram a região do Kasai Oriental.

Em 2011, o Brasil transferiu US\$ 1 milhão ao Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH) com vistas a contribuir com mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual no país, bem como US\$ 200 mil ao PMA, em apoio a programa destinado a deslocados internos e crianças autóctones do Distrito de Likouala,

Está prevista ainda para 2012 doação de cerca de 7,17 mil toneladas de arroz à RDC.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na RDC é composta unicamente pela Embaixada em Kinshasa. O Brasil não dispõe de consulados honorários no país. Segundo dados de 2011, 65 brasileiros viveriam na RDC, dos quais 54 estariam matriculados no setor consular da Embaixada em Kinshasa. Não há Conselho de Representantes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida da RDC com o Brasil é de US\$ 1.596.929,53, posição em 18.11.2011, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados e US\$ 285 mil em vencimentos, decorrente de financiamento de exportações realizadas em 1975 por meio do FINEX.

No âmbito do Clube de Paris, a RDC atingiu o Ponto de Conclusão da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em 30 de junho de 2011. O Brasil assinou a Ata de Entendimentos, com a ressalva de que esperava receber os valores devidos, uma vez que a dívida brasileira correspondia a créditos de curto prazo, não negociados pelo Clube.

O Brasil reuniu-se com representantes da RDC em novembro de 2011, em Paris, para negociar a implementação bilateral da ata do Clube. Durante a reunião, as partes acordaram um cronograma de pagamento da dívida em 6 parcelas, com início um mês após a aprovação do contrato de reestruturação de dívida pelo Senado Federal. Os termos da negociação foram aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE) em janeiro de 2012 e a minuta do contrato está sendo feita pelo Ministério da Fazenda brasileiro para posterior envio às autoridades congolenses.

POLÍTICA INTERNA

Sistema Político

De acordo com a Constituição adotada em 2005, a RDC é um Estado unitário. O sistema de governo é semipresidencialista: o Presidente designa um Primeiro-Ministro que aponta os integrantes do gabinete ministerial. Na prática, porém, o Primeiro-Ministro submete-se ao Presidente, atuando principalmente como um gestor de governo. Cabe ao Presidente definir as linhas de ação governamental e tomar as decisões políticas mais importantes.

O atual Presidente, Joseph Kabila, foi reeleito em novembro de 2011 para mais um mandato de 5 anos. O Primeiro-Ministro Matata Ponyo foi designado pelo Presidente Kabila em março de 2012, após três meses de complexas negociações com os partidos da base governista.

A RDC conta com um poder legislativo bicameral. A Assembleia Nacional, com 500 assentos, constitui a câmara baixa e o Senado, com 108 assentos, a câmara alta. Os atuais Senadores foram eleitos em janeiro de 2006 pelas Assembleias provinciais para um mandato de 7 anos. As próximas eleições para o Senado estão previstas para 2013. Já os atuais representantes da Assembleia Nacional foram eleitos pela eleição geral de novembro de 2011, para um mandato de 5 anos.

A política congoleza é extremamente fragmentada. Atualmente, mais de 100 partidos estão representados na Assembleia Nacional. 20 partidos compõem a coalizão de governo, com destaque para o Partido do Povo pela Reconstrução e a Democracia (PPRD), do Presidente Kabila, o Movimento Social pela Renovação (MSR) e o Partido Lumumbista Unificado (PALU). Na oposição, figuram a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), do proeminente político Étienne Tshisekedi, o Movimento de Liberação do Congo (MLC) e a União pela Nação Congoleza (UNC).

Independência

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de exploração colonial. A frente do movimento de independência destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do incipiente Parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de Primeiro-Ministro da nova Nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como Presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul dão início a um período de tensão crescente. De modo a proteger seus cidadãos e defender os interesses das grandes mineradoras, a Bélgica envia tropas à sua ex-colônia, no que é secundada pela ONU dias depois.

A crise se agrava quando o Presidente Kasavubu decide demitir Lumumba de seu cargo, que por sua vez reage declarando a inconstitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o Parlamento. Acirram-se os ânimos entre os simpatizantes das duas principais figuras políticas do país. Aproveitando-se da circunstância, o recém-nomeado Comandante do Exército Nacional Congolês, Joseph Mobutu, lidera um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba seria preso e posteriormente assassinado, ao passo que o Presidente Kasavubu se tornaria refém da trama tecida por Mobutu: em 1965, seria deposto juntamente com o Primeiro-Ministro Tshombe, ex-líder separatista da Província de Katanga. Instituiu-se o regime de partido único sobre o país, que passa a denominar-se Zaire a partir de 1971.

Era Mobutu

A Era Mobutu foi marcada pela corrupção em larga escala. As riquezas afluentes das imensas jazidas minerais e o suporte concedido pelos EUA, que viam em sua figura um paladino anticomunista no coração da África, permitiram a Mobutu exercer completo domínio sobre as Forças Armadas e a economia congoleza.

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime Mobutu. Em uma manobra voltada a assegurar seu domínio sobre o país, Mobutu promove algumas reformas políticas superficiais e anuncia um governo de transição. A tensão escala em meio às Forças Armadas e tornam-se frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

Em 1996, rebeldes tutsis apoiados por Ruanda assumem o controle do leste país. Mobutu, tradicional aliado dos hutus, busca angariar forças para repelir o assédio tutsi, sem sucesso. Com a saúde debilitada, Mobutu vê-se impelido a fugir do país, à medida que forças rebeldes comandadas por Laurent-Desiré Kabila dirigem-se em direção a Kinshasa. Seria o fim do regime ditatorial de Mobutu. O país passa a denominar-se República Democrática do Congo.

II Guerra do Congo e Ascensão de Joseph Kabila

Desconfianças entre Kabila e as lideranças tutsis, temidas por Kinshasa em razão de suas intrínsecas ligações com os vizinhos Ruanda e Uganda, fizeram ressurgir a tensão no leste do país. Tutsis apoiados por Ruanda criam então a Assembléia Congoleza pela Democracia (ACD), destinada a fazer frente ao Presidente Kabila. Ciosa da interferência ruandesa na RDC, Uganda incitará a criação do Movimento pela Liberação do Congo (MLC), liderado por Jean-Pierre Bemba. O conflito armado ultrapassa as fronteiras do país, envolvendo além dos vizinhos Uganda e Ruanda, tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia. A II Guerra do Congo tornar-se-ia uma das maiores tragédias do século XX, tirando a vida de mais de 5 milhões de pessoas.

O cessar-fogo assinado em Lusaka, em 1999, resultou em acordo que propiciou a criação, no mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). O envio da MONUC não bastou, todavia, para estabilizar a RDC, uma vez que o Acordo de Lusaka foi objeto de intermitentes violações.

Em 2001, o Presidente Laurent Kabila foi assassinado e sucedido pelo filho e então Comandante das Forças Armadas, Joseph Kabila. Teria início um Governo de transição, reconhecido pelo Acordo de Sun City (África do Sul), celebrado em 2002. Em fevereiro de 2006, é promulgada a nova Constituição do país, aprovada dois meses antes por referendo popular. No mês seguinte, promulga-se a lei eleitoral e aprova-se oficialmente o calendário das eleições pela Comissão Eleitoral Independente (CEI).

Em julho de 2006, a RDC realiza suas primeiras eleições presidenciais livres em mais de 40 anos como nação independente. Joseph Kabila vence o pleito em segundo turno, à frente de uma coalizão de partidos intitulada "Aliança pela Maioria Presidencial" (AMP), contra 42% dos votos registrados pelo MLC de Jean-Pierre Bemba, que ocupava na ocasião uma das quatro Vice-Presidências do Governo de transição. Com a derrota, o MLC mergulha em crise e Bemba decide confrontar abertamente o Presidente eleito, contestando os resultados oficiais das urnas e dando início, em seguida, a violentos enfrentamentos com as forças governamentais em Kinshasa.

Bemba não teria outra escolha a não ser recorrer ao exílio em Portugal para evitar a ordem de prisão decretada por Kabila. Em maio de 2008, Bemba é preso em Bruxelas e transferido para a Haia, onde aguarda até hoje sentença do Tribunal Penal Internacional (TPI), sob a acusação de crimes de guerra cometidos entre 2002 e 2003, quando teria prestado apoio a rebeldes em golpe de estado na vizinha República Centro-Africana.

Embora a guerra civil tenha terminado oficialmente em 2002, a insegurança persiste no Leste do país, principalmente nas províncias do Kivu Norte e Sul, cercadas pelos Grandes Lagos e vizinhas a Ruanda, Uganda, Burundi. Os principais atores envolvidos são o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), movimento rebelde de origem tutsi liderado pelo General congolês dissidente Laurent Nkunda, e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), facção controlada por tropas rebeldes hutus emigradas de Ruanda após o genocídio de 1994 contra a população tutsi.

Acrescente-se às tensões nos Grandes Lagos o terror provocado pelas milícias do "Exército de Resistência do Senhor" (LRA, acrônimo em inglês), lideradas pelo rebelde Joseph Kony, que vagueiam pelos territórios de Sudão, Uganda e RDC, saqueando vilas e perpetrando ataques à população civil.

Até fins de fevereiro de 2009, forças oficiais ruandesas realizaram sucessivas incursões em território congolês com o objetivo de combater integrantes das FDLR. Especula-se que Kinshasa teria consentido com as operações militares comandadas por Kigali em troca da captura do General Nkunda (CNDP), em janeiro de 2009.

A reaproximação entre os governos da RDC e Ruanda provocou uma reconfiguração de forças na política congoleza: em março de 2009, o Deputado Vital Kamerhé, contrário ao estreitamento das relações com Ruanda, demitiu-se do cargo de Presidente da Assembléia Nacional, pressionado pela coligação dos partidos da situação e ameaçado de moção de censura.

Outro desdobramento da reaproximação entre Kinshasa e Kigali foi a subscrição, também em março, de acordo de paz entre o Governo da RDC e os rebeldes tutsis do CNDP, intermediado pelo Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo. O acordo estipulava, entre outras disposições, a futura transformação do CNDP em partido político e a integração de seus dirigentes na vida política congoleza; o retorno de pessoas deslocadas internamente e de refugiados ligados ao CNDP; a libertação de membros do movimento que ainda estiverem detidos; a promulgação de uma lei de anistia; e a integração dos ex-rebeldes nos quadros das forças armadas e policiais congolezas.

Em decorrência sobretudo da pressão exercida sobre o Governo Kabila por políticos descontentes com a aproximação com Kigali, as tropas de Ruanda deixaram o território da RDC em fevereiro de 2009. Entretanto, o “vácuo de poder” causado pela retirada ruandesa terminou por estimular a retomada de ações do FDLR tanto no Kivu do Norte quanto no Kivu do Sul.

Estabilização do País (MONUC e MONUSCO)

Em 2010, a RDC comemorou o cinquentenário de sua independência. O Governo Kabila aproveitou a oportunidade para promover uma campanha de exacerbado teor nacionalista junto à população, exaltando as realizações de seu governo com vistas às eleições gerais de 2011.

Nesse contexto, foi lançada a operação militar “Amani Leo” (“Paz Hoje”, em swahili), destinada a debelar os focos de tensão no Leste do país. Favorecida pelo suporte logístico da MONUC, a “Amani Leo” logrou tolher sensivelmente os ataques de grupos rebeldes em seus primeiros meses de atividades. Entretanto, o relativo sucesso da operação deu-se às custas de abusos contra os Direitos Humanos pelos próprios integrantes das Forças Armadas da RDC (FARDC), segundo relatos da população local, OnGs humanitárias e membros do próprio Departamento de Operação de Paz das Nações Unidas (DPKO).

O descontentamento com as críticas feitas pelas principais potências ocidentais ao seu Governo e a condução das operações das FARDC teria motivado

Kabila, segundo analistas, a buscar pôr a MONUC em descrédito frente à sociedade congoleza e exercer pressão nas Nações Unidas contra a renovação do mandato da Missão. Após intensas negociações entre o CSNU e a RDC, das quais o Brasil tomou parte ativamente, decidiu-se, em junho de 2010, pela reconfiguração da MONUC, de modo a abarcar as demandas do Governo da RDC e evitar novos conflitos em um país ainda instável. A MONUC então passou a chamar-se MONUSCO, dotada de um menor contingente e foco sobre o leste do país, que tem apresentado maior ocorrência de conflitos. Ademais da proteção a civis, que segue como prioridade da missão, a MONUSCO tem como foco atividades de estabilização e consolidação da paz, relacionadas basicamente à reforma dos setores de segurança e justiça, que não avançaram satisfatoriamente nos últimos anos.

As Eleições Gerais de 2011

Em agosto de 2010, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) divulgou, após longo período de indecisões, o calendário para as eleições gerais. O documento foi alvo de duras críticas por parte de setores da oposição e da sociedade civil, que alegaram que as previsões determinadas pela CENI favoreciam o Governo Kabila. Não obstante, as eleições realizaram-se no período previsto, de 28 a 30 de novembro de 2011. Postulante à reeleição, o Presidente Kabila concorreu contra 10 outros candidatos, entre os quais o veterano Étienne Tshisekedi, principal figura da oposição, envolvido na política congoleza desde a independência do país e duas vezes Primeiro-Ministro. Tratou-se da segunda eleição no país após o fim da última guerra civil.

Em função da magnitude dos desafios logísticos (em particular o processo de cadastramento de eleitores e a distribuição tempestiva das cédulas eleitorais), permaneciam até a véspera do pleito dúvidas quanto à sua efetiva realização. Em 9 de dezembro de 2012, após sucessivos adiamentos, a CENI publicou o resultado da eleição presidencial. De acordo com os dados divulgados, reelegeu-se o Presidente Kabila, com 48,9% dos votos, seguido por Étienne Tshisekedi (32,3%), Vital Kamerhe (7,7%) e Nzanga Mobutu, filho do ex-ditador Mobutu (1,5%). A diferença de votos entre Kabila e Tshisekedi foi de cerca de três milhões.

Em entrevista concedida logo após o anúncio do resultado da eleição presidencial pela CENI, Étienne Tshisekedi rejeitou os resultados e se declarou Presidente eleito. No mesmo dia, ocorreram enfrentamentos violentos em diversos bairros de Kinshasa. As manifestações prosseguiram no dia seguinte. Houve registros de manifestantes mortos e acusações de arbitrariedades por parte da Polícia Nacional Congoleza. No entanto, após uma semana praticamente paralisada, a capital retornou à normalidade.

Parte das missões internacionais de observação eleitoral apontaram falhas na condução das eleições gerais na RDC. O Carter Center questionou a credibilidade dos resultados divulgados pela CENI e a MONUSCO manifestou apreensão quanto às alegações de irregularidades no processo de apuração dos votos levantadas pelas missões de observação eleitoral acreditadas no país. Os EUA e a missão de observação da UE apontaram a falta de transparência no processo eleitoral e as irregularidades na apuração dos votos, sem se pronunciar, contudo, em favor da anulação do pleito.

No entanto, países africanos, em particular a África do Sul, ressaltaram o contraste entre as avaliações dos EUA e das missões da UE e do Carter Center, de um lado, e de organismos regionais africanos (União Africana e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, especialmente), cujas missões emitiram declaração conjunta louvando os esforços empreendidos pela CENI na organização das eleições congoleesas.

As eleições legislativas (câmara baixa), realizadas junto com o pleito presidencial, resultaram em uma Assembleia Nacional extremamente fragmentada, composta por mais de cem partidos. Embora a MP ("Majorité Présidentielle"), coalizão que apoia o Presidente Joseph Kabila, tenha mantido seu predomínio na Assembleia, muitos de seus principais integrantes, como o PPRD, do próprio Kabila, e o tradicional PALU perderam espaço para partidos menores. O PPRD, apesar de continuar a deter o maior número de cadeiras na Assembleia, teve a sua bancada reduzida de 111 para 63 deputados. A bancada do PALU, apontado como o grande perdedor das eleições, passou de 32 para 17 deputados.

No campo da oposição, a principal mudança foi a volta da UDPS ("Union pour la Démocratie et le Progrès Social") à Assembleia Nacional. Partido de Étienne Tshisekedi, a UDPS havia boicotado as eleições legislativas de 2006, porém logrou eleger 41 deputados no último escrutínio, firmando-se como a maior bancada da oposição, seguida pelo MLC, partido do ex-Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba, com 19 deputados.

Em abril último, após cerca de três meses de difíceis negociações com os partidos integrantes da Assembleia, Joseph Kabila nomeou Augustin Matata Ponyo, ex-Ministro das Finanças, como Primeiro-Ministro. No início de maio, Matata Ponyo divulgou a composição do novo gabinete, reduzido de 48 para 38 Ministérios, com perfil mais técnico e praticamente sem integrantes da oposição.

Analistas locais apontaram a inexistência de políticos de relevo no novo governo. O Presidente Kabila teria optado, por um lado, em prosseguir com a formação de um gabinete com perfil mais técnico do que político, iniciada com a indicação de Matata Ponyo. Por outro lado, ao preterir membros da oposição e reduzir o número de cargos no gabinete, Kabila estaria, segundo os mesmos analistas dando demonstração de força aos que apostavam em uma presidência fraca após as diversas denúncias de fraude nas eleições de novembro de 2011.

Situação de Segurança – Desdobramentos Recentes

A situação de segurança deteriorou-se no leste da RDC, na província do Kivu do Norte, tradicional reduto do CNDP, após a deserção, no início de abril, do ex-General das FARDC, Bosco Ntaganda, acompanhado de contingente que chegou a cerca de 800 pessoas. Ntaganda era o vice-comandante da operação Amani Leo ("Paz Agora", em swahili), composta majoritariamente por ex-integrantes do CNDP. Apesar da existência de mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) expedido em 2006, Bosco vivia livremente em Goma, capital do Kivu do Norte, a alguns metros da fronteira com Ruanda. Sua integração ao exército congolês deu-se a partir do Acordo de Goma, assinado em 23 de março de 2009 entre o Governo da RDC e o CNDP, o qual previa a transformação do grupo armado em partido político e a integração de seus combatentes na polícia e nas FARDC.

Passado o período de relativa distensão no leste da RDC durante as eleições presidenciais de novembro de 2011, o Presidente Kabila iniciou série de medidas com o objetivo de enfraquecer a estrutura paralela de poder que o CNDP ainda vinha mantendo nos Kivus. Em fevereiro de 2012, Kabila suspendeu a operação "Amani Leo" e iniciou movimentação desses militares, particularmente daqueles leais a Bosco, para outras regiões do país.

Diversos integrantes do próprio CNDP, possivelmente motivados pelas lucrativas minas e rotas de evacuação de minérios sob o controle de Bosco, anunciaram a formação de nova facção denominada "Movimento 23 de março" (M23), em referência à data de assinatura, em 2009, do Acordo de Goma entre o CNDP e o Governo congolês. Com efetivos estimados entre 300 e 800 indivíduos, o M23 é relativamente pequeno quando comparado ao total de cerca 6.000 militares do CNDP integrados às FARDC em 2009.

Ciente das divergências internas entre Ntaganda e a cúpula do CNDP e na tentativa de melhorar sua imagem internacional após as denúncias de fraude nas últimas eleições, Kabila decidiu manifestar apoio à prisão de Bosco, que se dirigiu para a região de Masisi com seu contingente, o qual vem se reduzindo gradualmente com as ofensivas das FARDC e as constantes defecções em favor de tropas leais a Kinshasa. A cúpula do CNDP, por sua vez, busca desvincular a rebelião da imagem de Bosco e atribui-la ao descontentamento com as tentativas de Kinshasa em enfraquecer o CNDP nos Kivus.

Estima-se que a rebelião liderada por Ntaganda tenha resultado em cerca de seis mil novos refugiados em acampamentos ruandeses e levado ao surgimento de mais de vinte mil deslocados internos. Nesse contexto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu, em 3 de maio de 2012, declaração à imprensa na qual condena os ataques perpetrados pelo CNDP e, entre outras recomendações e encoraja os países a cooperarem para que os responsáveis por crimes de guerra sejam julgados, inclusive por meio de cooperação com o TPI.

Enquanto os confrontos entre as FARDC e os integrantes do Movimento M23 continuam ocorrendo, enfrentamentos entre elementos da FDLR e da milícia Raia Mutomboki ("povo revoltado", em swahili), tem provocado mortes e deslocamentos populacionais na região mais austral do Kivu do Norte e no vizinho Kivu do Sul. O reposicionamento de tropas das FARDC do Kivu do Sul em direção ao Kivu do Norte para apoiarem no esforço contra o M23 contribuiu para que os enfrentamentos entre a FDLR e o Raia Mutomboki aumentassem nos últimos meses.

O Raia Mutomboki distingui-se da maioria das outras milícias conhecidas como "Mai-Mai". As milícias "Mai-Mai" nasceram como grupos de autodefesa das comunidades locais, porém posteriormente desvirtuaram, em sua maioria, para o banditismo. São em geral centrados em sua região de origem e costumam levar o nome de seu líder. O Raia Mutomboki, contudo, não seguiria esse padrão, cobrindo uma área maior e sendo aparentemente composto por grupos que, apesar de não possuírem comando central, compartilhariam do mesmo nome. A união entre esses grupos estaria fundada no profundo sentimento anti-Ruanda e no antagonismo em relação ao FDLR, que consideram invasores. Os embates visam não apenas combatentes, mas também familiares, o que configuraria uma espiral de violência a agravar o já complicado quadro de violações de direitos humanos no país.

O último relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) sobre a situação na RDC e as atividades da MONUSCO, que cobre o período de 26 de janeiro a 10 de maio de 2012, manifesta preocupação com a situação de segurança no leste do país. O número de deslocados internos teria passado de 1,7 milhão em dezembro de 2011 para 2 milhões em março de 2012. Apenas o Kivu do Sul contaria com 865 mil deslocados internos. O número de refugiados congolese teria igualmente aumentado em decorrência da violência no leste da RDC: aproximadamente 5,5 mil novos refugiados congolese foram registrados em Uganda e 5,6 mil em Ruanda.

POLÍTICA EXTERNA

A RDC é um país de grande importância geopolítica, em função de seu tamanho e população, suas riquezas naturais (minérios, recursos hídricos, florestas) e sua posição estratégica no centro da África.

Entorno Regional

A política externa da RDC é vinculada de forma intrínseca à complexa instabilidade da política interna do país. A instabilidade interna causada pela presença de rebeldes ugandenses, burundineses e, sobretudo, ruandeses no leste do país tem levado o país a coordenar-se com os seus vizinhos na tentativa de debelar os insurgentes.

Embora a RDC e Uganda tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda bilateral positiva, há ainda muitas divergências pendentes entre os dois países, com destaque para o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Albert e a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente. Suspeita-se, ainda, do envolvimento de Uganda no contrabando de ouro e outros minerais explorados ilegalmente em território congolês.

Nos últimos anos, RDC e Ruanda buscaram aproximar-se e relançar as relações desgastadas devido aos recorrentes conflitos envolvendo hutus e tutsis ruandeses nas províncias do leste congolês. Em 2009, ambos os países reabriram suas respectivas embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998, e decidiram retomar as atividades da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL). A reaproximação entre a RDC e Ruanda fora fundamental para o processo de integração às FARDC dos rebeldes ligados ao CNDP, de composição étnica tutsi, retribuído pelo compromisso da RDC com o combate à FDLR, milícia hutu acusada de tentar derrubar o regime de Kigali.

Em abril de 2012, no entanto, o relacionamento bilateral voltou a deteriorar-se após a deserção de Bosco Ntaganda, ex-líder do CNDP, das FARDC, acompanhado de cerca de 800 militares sob o seu comando. Após adotar tônica contemporalizadora em relação às denúncias de que Ruanda estaria apoiando o M23, movimento rebelde liderado por Bosco Ntaganda, Kinshasa decidiu lançar ofensiva diplomática com vistas a obter apoio dos países vizinhos e dos membros do CSNU e tolher qualquer ação desestabilizadora provinda de Kigali. No início de junho de 2012, o Primeiro-Ministro Matata Ponyo visita a Goma, capital do Kivu do Norte, para avaliar a situação securitária no leste do país. Na ocasião, o porta-voz do governo da RDC e Ministro das Comunicações, Lambert Mende, declarou ter provas de que entre 200 a 300 integrantes do bando de Ntaganda haviam sido recrutados e treinados em Ruanda.

Na semana seguinte, o governo congolês enviou o Chanceler Raymond Tshibanda a Tanzânia, Burundi, Angola e Uganda. O objetivo do périplo seria

angariar apoio regional e, eventualmente, convocar reunião da CEPGL para tratar das denúncias contra Ruanda.

Kigali, de sua parte, vem negando veementemente as acusações de apoio a grupos insurgentes em território congolês. Em reação à ofensiva da RDC, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Louise Mishikiwabo, visitou Kinshasa em 19/6 para se encontrar com seu homólogo congolês. A Ministra também foi recebida pelo Presidente Joseph Kabila. Ao final da visita, os dois países expediram comunicado conjunto reafirmando o comprometimento com o entendimento mútuo e a paz na região. As boas relações entre Kinshasa e Kigali são elemento chave para a estabilização da RDC e a paz regional.

As relações com Angola, embora densas, são marcadas por tensões relativas à presença de refugiados angolanos e congoleses que deixaram seu países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis que assolaram a região. Fruto do recrudescimento da repressão angolana sobre imigrantes congoleses, cerca de 170 mil nacionais da RDC foram expulsos de Angola entre 2007 e 2009. Em setembro de 2009, Kinshasa, em retaliação, expulsou cerca de 50 mil angolanos da RDC. Angola, em reação, chegou a suspender os vôos da TAAG para seu vizinho. O Brasil chegou a doar US\$ 100 mil e US\$ 50 mil a Angola e à RDC, respectivamente, com vistas a contribuir para mitigação dos efeitos da crise humanitária causada pelas expulsões.

As relações RDC-Angola têm sido também marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima e terrestre entre os dois países. No que tange à questão marítima, assinala-se que a RDC tem solicitado a extensão de suas águas territoriais nos termos da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar, o que poderá resultar na redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países e ter consequências sobre a jurisdição da produção "offshore" do enclave angolano de Cabinda.

Nas relações bilaterais com a República do Congo (Brazzaville), destaca-se a questão do grande número de refugiados e imigrantes provenientes da RDC. Brazzaville acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho. O antigo projeto de uma ponte ligando as duas capitais, por exemplo, desejável do ponto de vista econômico, tem sido sucessivamente adiado por razões de segurança.

Países Desenvolvidos

O relacionamento com as grandes potências constitui a outra vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, investimentos diretos que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A **China** tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Cerca de metade das exportações congoleesas tem como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Cerca de 90% dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga são destinados ao mercado chinês. Por outro lado, os chineses têm investido maciçamente em infraestrutura, em especial em facilidades ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, a exemplo de estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pela China nos demais países africanos. Registre-se que ambos os Governos mantêm discussões sobre uma possível cooperação militar, o que tem gerado desconfiança em meio aos países vizinhos.

Além da China, têm crescente presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora tenham perdido espaço no país para a China nos últimos anos, os **EUA**, que foram um dos principais aliados de Mobutu, ainda mantêm forte presença na RDC. Muitas das mineradoras em atividade na RDC são estadunidenses, entre elas a Freeport McMoran, que opera a maior mina do país no depósito de cobre e cobalto chamado Tenke Fungurume, na província de Katanga, sul do país. Ademais, há um relevante contingente do AFRICOM em território congolês, que presta treinamento militar às FARDC. A cooperação militar entre os dois deverá ser reforçada com a decisão do governo estadunidense, tomada em outubro de 2011, de enviar um contingente adicional de 100 militares para auxiliar o governo congolês no combate ao "Exército de Resistência do Senhor" (LRA), milícia comandada pelo líder rebelde Joseph Kony.

Digno de nota foi o fato de o Presidente Barack Obama ter sancionado, em 2010, uma lei obrigando as empresas americanas a esclarecerem a origem dos minerais utilizados em produtos por elas comercializadas, de forma a contribuir ao combate ao tráfico ilícito dos "minerais de sangue" que sustentam os grupos armados atuantes na RDC, uma das principais causas da instabilidade no país.

Também com notável presença no setor de mineração congolês, o Canadá tem se indisposto com o Governo Kabila, em razão de contencioso jurídico sobre a exploração das minas de Loshi e Frontier, outrora concedidas à mineradora canadense KMT-First Quantum.

Embora sigam densas, as tradicionais relações com a **Bélgica e a França** vêm perdendo terreno para outros importantes atores internacionais, nomeadamente a China e os EUA. O relacionamento com os países europeus sofreu, ademais, grande desgaste devido às acusações de irregularidades nas eleições de novembro de 2011, para a qual haviam contribuído financeiramente.

Não obstante, Kinshasa sediará a XIV Cúpula da Francofonia, a ser realizada em outubro de 2012. A RDC, maior país francófono do mundo, tem conferido prioridade ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos.

Temas Multilaterais – MONUSCO e TPI

Tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente na RDC desde 1999, quando foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaka, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e Agremiação Congoleza pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abarcar, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos “capacetes azuis” frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram com pedras escritórios da ONU em Goma, capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da Resolução 1843, de que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a missão abordasse prioritariamente a crise na região de Kivu, concentrando sua atuação progressivamente no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção de civis na região.

A Resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança. A MONUSCO é atualmente a segunda maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas, com mais de 19.000 militares e policiais e cerca de 4.400 civis, e um orçamento de US\$ 1.489.390.500. O Brasil não participa da Missão, embora tenha participado ativamente das negociações que levaram à criação da MONUSCO.

Em junho de 2012, o CSNU adotou a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. Nos termos da Resolução 2053, a prioridade do mandato da MONUSCO continuará sendo a proteção de civis. A Missão teve seu papel reforçado no apoio à reforma do setor de segurança, em resposta aos recorrentes problemas na efetiva integração de ex-grupos rebeldes às FARDC. Prevê-se, igualmente, o apoio técnico e logístico da MONUSCO às eleições locais a serem realizadas em 2013.

Em março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgou, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo” Thomas Lubanga Dyilo culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003. A decisão foi saudada pela comunidade internacional como medida fundamental no combate à impunidade na RDC. Além de Lubanga, encontra-se em julgamento pelo TPI o ex-Vice Presidente da RDC Jean-Pierre Bemba (acusado de crimes cometidos na República Centro-Africana).

Há também um mandado de prisão contra Bosco Ntaganda, expedido em 2006, ao qual o promotor do TPI tem pedido que se dê cumprimento. Ntaganda, que fora chefe militar do Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), milícia armada da Província do Kivu do Norte, havia sido integrado às Forças Armadas da RDC (FARDC) como parte dos acordos para a desmobilização dos grupos armados após a guerra civil. No entanto, a decisão do Presidente Kabila de detê-lo e julgá-lo na própria RDC, após o pedido do TPI, levou à deserção de Bosco das FARDC em abril de 2012, junto com cerca de outros 800 militares fiéis ao CNDP, o que desencadeou a uma nova escalada de tensão. O CNDP teria assumido o controle da região de Masisi, naquela província.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo maior país africano em extensão territorial, atrás apenas da Argélia, a RDC é riquíssima em recursos naturais, especialmente em minérios de alto valor, como cobalto, cobre, ouro e diamante. O país conta com 50% de toda a extensão florestal da África e, pelo seu potencial hídrico, tem capacidade para tornar-se exportador líquido de energia elétrica para os países do continente.

A agricultura e o extrativismo vegetal ainda são, contudo, as principais atividades econômicas da RDC, responsáveis por 38% do PIB e fonte de emprego para cerca de 75% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por 28% do PIB congolês, seguido do setor industrial (incluindo o setor de mineração), com 27%.

Anos de conflitos internos deterioraram gravemente a economia e os padrões de vida do país. Hoje, a RDC situa-se entre os países mais pobres do mundo, figurando na 187ª posição no ranking de IDH das Nações Unidas, a pior colocação. Com uma população estimada em cerca de 74,7 milhões, a RDC possui um PIB nominal de apenas US\$ 15,66 bilhões e renda per capita de US\$ 185. Além da instabilidade política, instituições pouco eficientes, elevadas taxas de impostos e a precária infraestrutura constituem sérios entraves ao desenvolvimento econômico. Tampouco contribui para a melhora desse quadro a exploração e o comércio ilegais de recursos naturais, particularmente na instável região leste do país.

Não obstante, a economia congoleza vem crescendo significativamente, a índices superiores a 6% nos últimos anos, com exceção de 2009, ano marcado pela crise financeira mundial. Os principais responsáveis pelas seguidas taxas de crescimento econômico tem sido a expansão da produção e exportação de minérios e o aumento da produtividade do setor agrícola.

A RDC tem-se comprometido com a implementação de amplo programa de reformas macroeconômicas recomendado pelo FMI, o que lhe tem garantido maior facilidade de acesso a créditos daquela instituição. Por ter seguido as diretrizes de política econômica recomendadas pelo FMI, o país logrou obter, em junho de 2011, o perdão de parte de sua dívida com o Clube de Paris, na condição de "país altamente endividado" ("Highly Indebted Poor Country" – HIPC). Segmentos do governo congolês tem manifestado ressalvas quanto à continuidade de políticas fiscais e monetárias restritivas, face às prementes necessidades de investimentos em infraestrutura e serviços básicos. A fim de cumprir as recomendações do FMI e, ao mesmo tempo, garantir os investimentos indispensáveis ao crescimento econômico sustentável e à melhoria dos padrões de vida da população, o governo congolês tem buscado aumentar suas receitas pelo corte de isenções tributárias, elevação de impostos sobre o setor minerador e a melhoria dos serviços aduaneiro e fiscal.

Por outro lado, as crescentes exportações de minérios vem sendo acompanhadas por massivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coréia do Sul. A RDC já tem acesso a linha de crédito multibilionária do "China's Export-Import (Exim) Bank" e assinou recentemente contrato no valor de 1 US\$ bilhão com empresas sul-coreanas para obras de saneamento básico e infraestrutura portuária. Vale ressaltar, contudo, que grande parte dos financiamentos e investimentos externos, em particular os provenientes da China, estão vinculados à ampliação da capacidade de extração mineral do país. Ademais, jazidas de minérios tem sido empenhadas pelo governo congolês como garantia aos investidores estrangeiros.

Em 2011, as exportações cresceram 31%, passando de US\$ 4,7 bilhões no ano anterior para US\$ 6 bilhões. As exportações de cobre dominaram a pauta de exportações, correspondendo a 31,5% do total. O seguido crescimento das exportações tem resultado, desde 2010, em superávit na balança comercial. Em 2011, a balança comercial da RDC registrou saldo positivo de US\$ 400 milhões.

Os principais destinos das exportações da RDC em 2011 foram a China (48,3%), Zâmbia (21,7%), EUA (9,4%) e Bélgica (5,4%). Por sua vez, os principais provedores da RDC foram África do Sul (21,4%), China (16,3%), Bélgica (8,5%) e Zâmbia (7,1%).

Comércio e Investimentos Bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e RDC cresceu significativamente a partir de 2006. Em 2007, o comércio entre os dois países atingiu valor recorde, de US\$ 209,89 milhões, dos quais US\$ 174,75 milhões corresponderam às importações provenientes da RDC. Nos três anos seguintes o intercâmbio comercial foi relativamente menor, em função da drástica queda das exportações congoleesas. Contudo, a recuperação das vendas congoleesas e o contínuo crescimento das exportações brasileiras para o país africano resultou em uma significativa corrente de comércio entre os dois países em 2011, de US\$ 188,54 milhões.

Segundo os dados de 2011, as exportações brasileiras para a RDC constituíram-se principalmente de açúcar (53,9% do total exportado), carnes (19,3%) e automóveis (6,9%). Por sua vez, as exportações da RDC ao Brasil constituíram-se basicamente de combustíveis (84,1% do total), seguidos de químicos inorgânicos (11,5%) e metais comuns (4,2%).

No que diz respeito a investimentos bilaterais, a VALE conta com subsidiária na RDC para atuar nos setores de cobre, níquel e ferro com sede em Lubumbashi, capital de Katanga, a principal área de mineração do país. As atividades da empresa ainda se encontram no nível da prospecção mineral de cobre.

A Petrobras, por sua vez, enviou missão de prospecção à RDC em outubro de 2011, com vistas a avaliar jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como "*Cuvette Centrale*" (bacia central do Congo, região de floresta equatorial com características similares à Amazônia brasileira), e no Lago Tanganika. Há grande interesse do governo congolês em estabelecer parceria com a Petrobras para a exploração da "*Cuvette Centrale*".

ATOS BILATERAIS

Título	Data da celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	28/02/1973	19/06/1976	20/07/1976
Acordo de Cooperação Cultural	28/02/1973	19/06/1976	31/07/1976
Acordo Comercial	28/02/1973	19/06/1976	23/07/1976
Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos	28/02/1973	28/02/1973	28/03/1976

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1968: Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.
Abr/1972: Brasil instala Embaixada em Kinshasa.
Nov/1972: Visita a RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza.
Nov/1972: Assinatura da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.
Fev/1973: Visita à Brasília do Chanceler Nguza Bond.
Fev/1973: Assinatura do Acordo Comercial.
Fev/1973: Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Científica.
Fev/1973: Assinatura do Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos.
1974: RDC instala Embaixada em Brasília.
1980: Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Fev/1987: Missão de autoridades da RDC ao Brasil.
Fev/1987: Assinatura do Protocolo Complementar à Convenção Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural pertinente à Abertura e Exploração da Mina de Ouro D7 Katanga do "Office des Mines d'Or de Kilo-Moto".
1997: Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.

2004: Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005: Visita ao Brasil do Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba.
Dez/2005: Brasil envia missão de observadores ao referendo constitucional congolês.
Nov/2005: Visita à RDC do Sr. SGAP-II.
Abr/2006: Visita à Kinshasa de Juiz do TRE-MG a fim de ministrar curso sobre contenciosos eleitorais.
Jul/2006: Brasil envia observador às eleições gerais na RDC (Juiz do TRE-MG).
Out/2006: Tem início a missão do Exército Brasileiro junto à RDC, destinada a prover segurança à Embaixada brasileira.
Out/2006: Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC.
Out/2006: Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras.
Mai/2007: Visita ao Brasil do Presidente da CEI.
Ago/2007: Visita à RDC do Coordenador do Escritório da EMBRAPA na África, Dr. Cláudio Bragantini, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área agrícola.
Set/2007: Missão à RDC de equipe da ABC, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral.
Jul/2008: Missão ao Brasil de três técnicos congolese da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária.
Mai/2009: Visita à RDC do Ministro da Defesa, Nelson Jobim.
Mai/2009: Visita ao Brasil do Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo.
Nov/2009: Técnica da ABC realiza visita à Kinshasa a fim de discutir retomada da cooperação técnica com a RDC.
Jun/2010: Nova missão da ABC à RDC, em que há o compromisso de integrar técnicos congolese da área de saúde nas atividades referentes ao “Projeto de Combate à Doença Falciforme”.
Set/2010: Ministro Celso Amorim mantém encontro com Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU.
Out/2010: Governo brasileiro decide alocar US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio de atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC.
Nov/2010: Visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa.
Ago/2011: Realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, em Brasília.

Cronologia Histórica

Jun/1960: RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo.
Jul/1960: Bélgica envia tropas a sua ex-colônia com o objetivo de proteger seus cidadãos e os interesses das companhias mineradoras. CSNU aprova envio de tropas ao país no mesmo mês.
1961: Assassinato de Patrice Lumumba.
1965: Mobutu depõe o Presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder.
1971: Congo passa a denominar-se Zaire. Inicia-se a Era Mobutu, marcada pela corrupção.
1990: Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.
1994 - Mobutu concorda com a nomeação de Kengo Wa Dondo, um defensor da austeridade e reformas de livre mercado, como Primeiro-Ministro.
1996: Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda disseminam-se pelo leste do país.
Mai/1997: Mobutu é impelido a deixar o país enquanto tropas rebeldes assumem o controle de Kinshasa. Laurent-Desiré Kabila torna-se o novo Presidente da nação, agora chamada República Democrática do Congo.
1998: Tem início a II Guerra do Congo.
1999: Assinado o Acordo de Lusaka, que prevê o cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.
2000: Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo inicia suas operações no país.
2001: Assassinato de Laurent Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então Comandante das Forças Armadas, assume a presidência.
2002: Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam um acordo de paz em que Ruanda deve retirar tropas do leste do Congo e a RDC desarmar e prender militantes hutus ruandeses acusados de assassinato da minoria tutsi no genocídio de Ruanda de 1994.
2003: Presidente Kabila assina uma constituição de transição, em que um governo interino governaria até as eleições. No mesmo ano é inaugurado um parlamento interino.
2005: Nova Constituição, com texto aprovado pelos ex-beligerantes, é aprovado pelo Parlamento. Os eleitores apóiam a Constituição, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.
2006: Thomas Lubanga se torna o primeiro suspeito de crimes de guerra a enfrentar as acusações no TPI, em Haia. Ele é acusado de forçar crianças a combater.
Jul/2006: Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos observadores internacionais.

2007: RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional “Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos”, conhecido pela sua sigla CEPGL.
2008: Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as tropas do Exército e combatentes leais ao líder rebelde Laurent Nkunda, resultando em nova onda de refugiados.
2008: Uganda, o Governo do Sul do Sudão e RDC lançam ataque conjunto sobre as bases ugandenses do Exército de Resistência do Senhor, no nordeste da RDC. Centenas de civis são mortos em ataques.
2009: TPI indicia o ex-vice-presidente Jean-Pierre Bemba por acusações de crimes de guerra durante as ações de suas tropas, na RCA, entre 2002 e 2003.
2010: Governo pressiona as forças de paz das Nações Unidas para sair antes das eleições de 2011.
Mai/2010: Resolução 1925 (2010), do CSNU, renova o mandato da MONUC até 30/06/2010 e determina a subsequente criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), com mandato de 12 meses.
Jun/2010: Comemorações marcam os 50 anos de independência.
Out/2010: a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulga relatório, o qual relata 617 casos de graves violações a direitos humanos cometidas na RDC entre 1993 e 2003, envolvendo grupos armados congolese e estrangeiros que atuaram no país.
Nov/2011: Realizam-se eleições gerais na RDC. Joseph Kabila reelege-se Presidente no primeiro-turno para mais um mandato de cinco anos, com 48,9% dos votos. O processo eleitoral é criticado por grande parte da comunidade internacional.
Dez/2011: Oposicionistas ligados à UDPS, de Étienne Tshisekedi, protestam nas ruas de Kinshasa. Tshisekedi chega a se autoproclamar Presidente eleito. As manifestações são rapidamente sufocadas pelas forças policiais congolese.
Mar/2012: O Tribunal Penal Internacional julga, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo”, Thomas Lubanga Dyilo, culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003.
Abr/2012: Após longas negociações com os partidos integrantes da base governista, Joseph Kabila designa Augustin Matata Ponyo para o cargo de Primeiro-Ministro.
Abr/2012: Bosco Ntaganda, um dos líderes do CNDP, deserta das FARDC acompanhado de cerca de 800 seguidores e funda o movimento rebelde M23. A situação de segurança deteriora-se nas províncias do Kivu do Norte e Kivu do Sul.
Jun/2012: O Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. A prioridade do mandato continua sendo a proteção de civis.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 15,3 bilhões
Crescimento real do PIB	6,5%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 220
PIB PPP	US\$ 25,2 bilhões.
PIB PPP "per capita"	US\$ 300
Inflação	15,5%
Reservas internacionais	US\$ 726 milhões
Dívida externa	US\$ 14,8 bilhões
Câmbio (FC / US\$)	899

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 15 bilhões e crescimento de 6,5% em 2011, a RDC posicionou-se como a 113ª economia mundial. O setor agrícola é o principal ramo de atividade e respondeu por 38% do PIB, seguido de serviços com 35% e industrial com 27%. Dispõe dos seguintes recursos naturais: cobre, cobalto, nióbio, tântalo, petróleo, gemas, ouro, prata, zinco, manganês, estanho, urânio, carvão, energia elétrica e madeira.

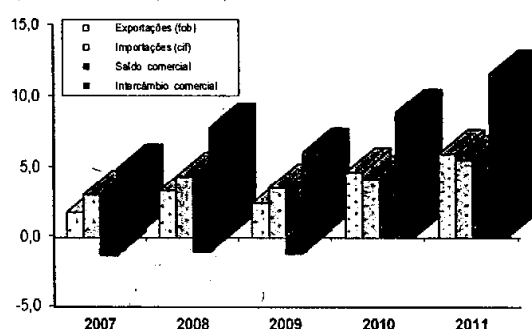
Further, the 1992-1993 season was the first time that the number of cases of E. The Enterobacteriaceae genus and family were identified by the

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1,9	3,4	2,5	4,7	6,0
Importações (cif)	3,1	4,4	3,6	4,2	5,6
Saldo comercial	-1,3	1,0	-1,1	0,5	0,4
Intercâmbio comercial	5,0	7,8	6,1	8,9	11,6

1. *Author(s)*: [Name of the author(s)]

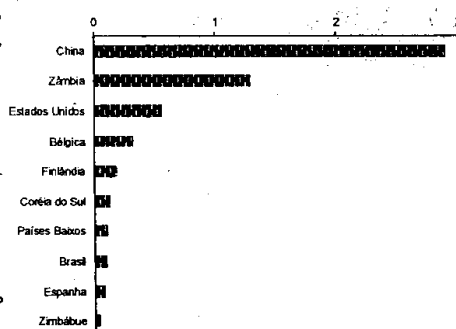


O comércio exterior da RDC apresentou, em 2011, variação de 134% em relação a 2007, passando de US\$ 5 bilhões para US\$ 12 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a RDC figurou como o 113º mercado mundial, sendo 102ª na exportação e 124ª na importação. O saldo da balança comercial apresentou-se desfavorável ao país nos três primeiros anos do período em análise, seguindo superávit em 2010 e 2011.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
China	2,20	46,8%	2,90	48,3%
Zâmbia	1,10	23,4%	1,30	21,7%
Estados Unidos	0,50	10,6%	0,57	9,4%
Bélgica	0,20	4,3%	0,32	5,4%
Finlândia	0,12	2,5%	0,20	3,3%
Coreia do Sul	0,09	1,9%	0,14	2,3%
Países Baixos	0,05	1,1%	0,12	2,0%
Brasil	0,13	2,8%	0,11	1,8%
Espanha	0,00	0,0%	0,09	1,5%
Zimbábue	0,05	1,0%	0,05	0,9%
Subtotal	4,44	94,4%	5,79	96,5%
Outros países	0,26	5,6%	0,21	3,5%
Total	4,70	100,0%	6,00	100,0%



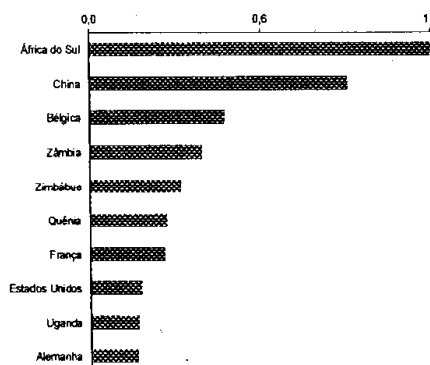
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial e Comércio Exterior do MRE. Direction of Trade Statistics, June 2012

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países emergentes e em desenvolvimento, que responderam por 74% do total de 2011. A China é a principal vendedora ao país, representando quase a metade das compras da RDC. Em 2011, respondeu por 48% do total, seguida da Zâmbia (22%); Estados Unidos (9%); Bélgica (5%); e Finlândia (3%). O Brasil obteve o 8º lugar entre os principais compradores em 2011, participando com 1,8% da demanda da RDC.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

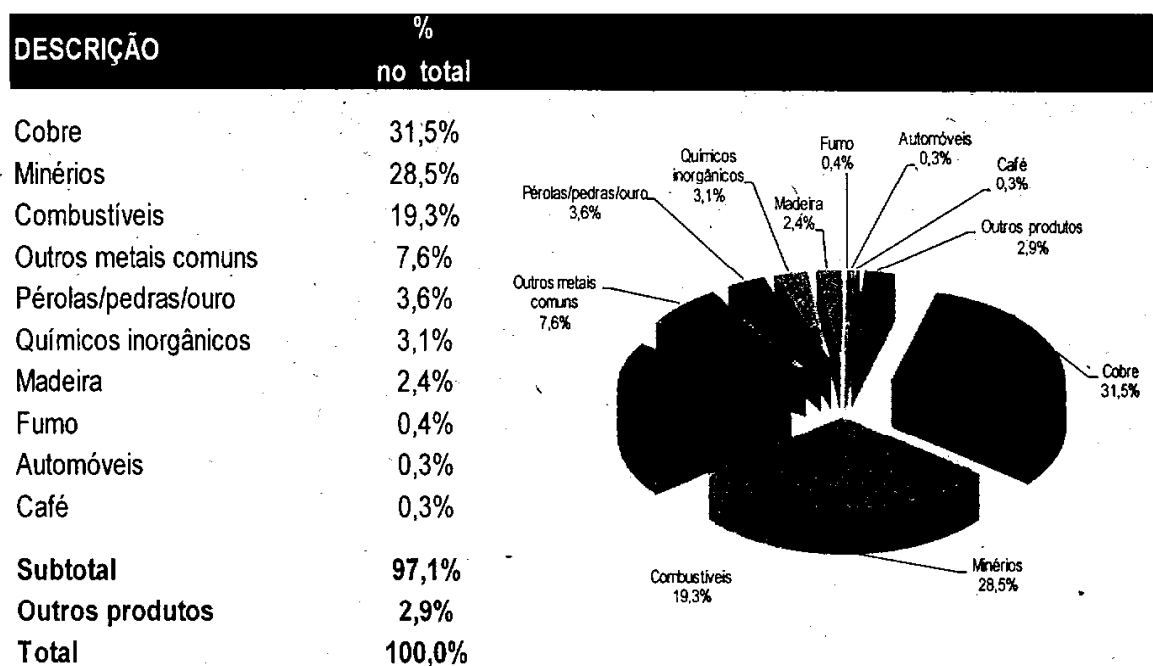
DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	0,80	19,0%	1,20	21,4%
China	0,52	12,4%	0,91	16,3%
Bélgica	0,39	9,3%	0,48	8,5%
Zâmbia	0,37	8,7%	0,40	7,1%
Zimbábue	0,29	6,8%	0,32	5,8%
Quênia	0,24	5,8%	0,27	4,8%
França	0,24	5,8%	0,26	4,7%
Estados Unidos	0,10	2,5%	0,18	3,3%
Uganda	0,15	3,6%	0,17	3,1%
Alemanha	0,13	3,2%	0,17	3,0%
...				
Brasil	0,06	1,3%	0,09	1,6%
Subtotal	3,29	78,4%	4,45	79,5%
Outros países	0,91	21,6%	1,15	20,5%
Total	4,20	100,0%	5,60	100,0%



Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial e Comércio Exterior do MRE. Direction of Trade Statistics, June 2012

Quase metade das importações da RDC são originárias dos vizinhos do continente. Em 2011, 47% das compras da RDC foram originárias da África e 25% da União Europeia. Individualmente a África do Sul foi o principal comprador dos produtos da RDC, com 21% do total em 2011. Seguiram-se: China (16%); Bélgica (9%); Zâmbia (7%); e Zimbábue (6%). O Brasil obteve o 14º lugar entre os principais exportadores para o país, com 1,6% do total.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

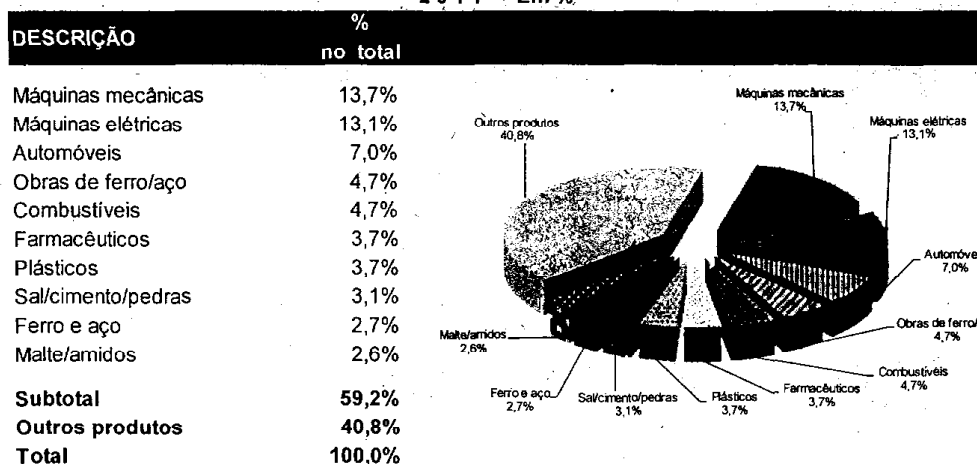
2011⁽¹⁾ - Em %

Elaborado pelo MRE/DFI-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da UNCTAD/ITC Trade Map

(1) A República Democrática do Congo não informou as exportações UNCTAD/ITC Trade Map. Portanto, as exportações são baseadas em informações dos primeiros 11 meses de 2011.

A pauta de exportações da República Democrática do Congo é bastante concentrada. Cobre (cobre refinado e ligas de cobre, em formas brutas; cobre não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; etc), minérios (minérios de cobre e seus concentrados; minérios de cobalto e seus concentrados; etc) e combustíveis (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos; óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; etc) somaram 79% do total exportado em 2011. Seguiram-se outros metais comuns (8%); pérolas/pedras/ouro (4%); e químicos inorgânicos (3%).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %

Elaborado pelo INEDEC/PRD-Congo, a partir dos dados da Comissão de Comércio com o Brasil (CCECB) e do INEDEC/PRD-Congo.

(1) A República Democrática do Congo não possui estatísticas oficiais de importações e exportações, portanto, os dados são baseados em informações das empresas locais.

Máquinas, automóveis, obras de ferro ou aço e combustíveis foram os principais grupos de produtos importados pela República Democrática do Congo. Em 2011 esses itens somaram 43% do total, seguidos de farmacêuticos (4%); plásticos (4%); sal/cimento/pedra (3%); ferro e aço (3%); e malte/amidos (3%).

BRASIL-RDCONGO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mai)	2012 (jan-mai)
Exportações brasileiras	35,1	53,4	53,8	50,8	81,5	25,9	16,0
Variação em relação ao ano anterior	89,7%	52,1%	0,7%	-5,5%	60,3%	111,1%	-38,2%
Importações brasileiras	174,8	3,8	4,8	13,3	107,1	95,8	5,8
Variação em relação ao ano anterior	32,0%	-97,8%	24,4%	178,5%	704,0%	1587,6%	-94,0%
Intercâmbio Comercial	209,9	57,3	58,6	64,1	188,5	121,7	21,8
Variação em relação ao ano anterior	39,0%	-72,7%	2,2%	9,5%	194,0%	578,3%	-82,1%
Saldo Comercial	-139,6	49,6	49,0	37,5	-25,6	-69,9	10,2

Elaborado pelo INEDEC/PRD-Congo, a partir dos dados da Comissão de Comércio com o Brasil (CCECB) e do INEDEC/PRD-Congo.

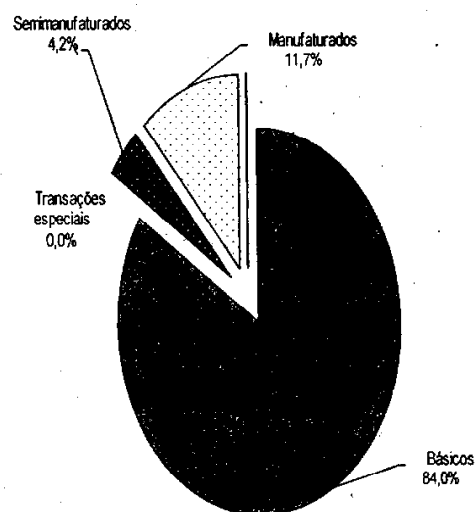
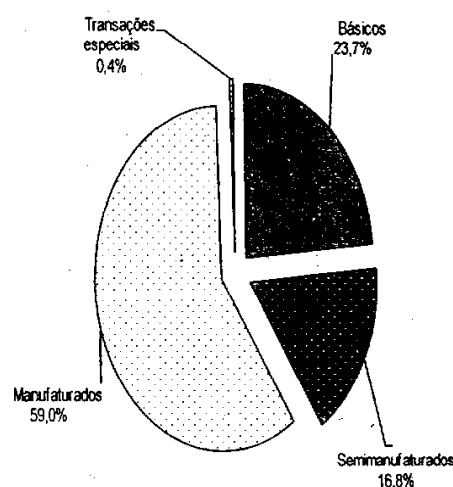
No ranking do comércio exterior brasileiro a República Democrática do Congo figurou como o 95º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou declínio de cerca de 10%, devido, sobretudo, ao decréscimo apresentado nas importações brasileiras originárias daquele país, de 39%, no período analisado. Contudo as vendas brasileiras apresentaram forte incremento de 132%, para o mesmo período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 210 milhões em 2007, para US\$ 189 milhões em 2011. O saldo da balança comercial registrou déficit de US\$ 26 milhões em 2011.

BRASIL-RDCONGO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	19,3	23,7%	90,0	84,1%
Semimanufaturados	13,7	16,8%	4,5	4,2%
Manufaturados	48,1	59,0%	12,6	11,8%
Transações especiais	0,4	0,4%	0,0	0,0%
Total	81,5	100,0%	107,1	100,0%

Elaboração do MRE/PRDIO-D, sobre informações da Comércio e Indústria em dados do I/D/O

As exportações brasileiras para a República Democrática do Congo são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 59% das vendas em 2011, com destaque para outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido e carnes congeladas de galos/perus. Em seguida posicionaram-se os básicos, com 24%, com destaque para açúcar de cana em bruto e os semimanufaturados com 17%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 84% da pauta, com destaque para óleos brutos de petróleo, seguido de manufaturados, com 12% e semimanufaturados, representando 4% do total em 2011.



BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para a RD Congo. 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	27,8	22,9	43,9	53,9%	
Carnes	14,7	11,1	15,7	19,3%	
Automóveis	2,9	4,9	5,6	6,9%	
Preparações de carne	1,6	3,0	4,5	5,5%	
Ferramentas	1,1	1,5	1,9	2,3%	
Animais vivos	0,0	0,0	1,9	2,3%	
Máquinas mecânicas	0,2	0,9	1,8	2,2%	
Preparações de cereais	0,3	0,6	1,3	1,6%	
Cacau	0,2	0,6	1,1	1,4%	
Papel	0,1	0,5	0,8	0,9%	
Subtotal	48,9	46,0	78,5	96,3%	
Outros produtos	4,9	4,8	3,0	3,7%	
Total	53,8	50,8	81,5	100,0%	

Base: dados do MERCOSUL, do Banco Mundial e do comércio exterior brasileiro. Fonte: MDA, CEEPA e UNCTAD.

Os bens manufaturados predominaram na pauta de exportações brasileiras para a República Democrática do Congo. Açúcar (outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido) e carnes (carnes congeladas galos/perus), somaram participação de 51% no total de 2011. Seguiram-se os automóveis (7%); preparações de carne (6%); e ferramentas (2%).

BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias da RD Congo. 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,0	0,0	90,0	84,1%	
Químicos inorgânicos	4,7	7,9	12,3	11,5%	
Outros metais comuns	0,0	1,6	4,5	4,2%	
Cobre	0,0	3,6	0,0	0,0%	
Subtotal	4,7	13,1	106,9	99,8%	
Outros produtos	0,1	0,2	0,2	0,2%	
Total	4,8	13,3	107,1	100,0%	

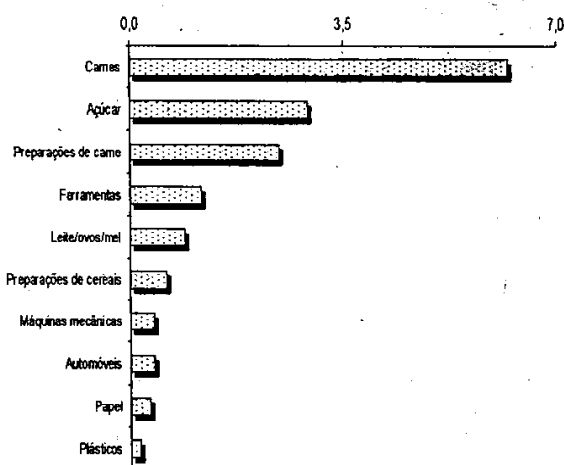
Base: dados do MERCOSUL, do Banco Mundial e do comércio exterior brasileiro. Fonte: MDA, CEEPA e UNCTAD.

A pauta das importações brasileiras originárias da República Democrática do Congo apresentou alto grau de concentração. Combustíveis (óleos brutos de petróleo), foram os principais produtos congolezes importados pelo Brasil e somaram 84% do total em 2011. Químicos inorgânicos (outros óxidos e hidróxidos de cobalto, inclusive os comerciais e sulfato de níquel) representaram 12% do total e outros metais comuns (cobalto em formas brutas) foram responsáveis por 4% do total.

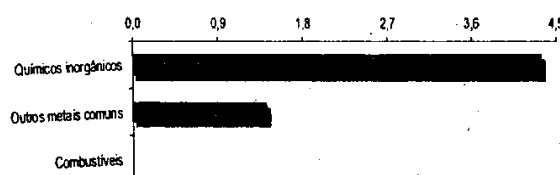
BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-mai)	2012(jan-mai) Valor	% no total	Exportações bras. para a RDCongo, 2012 (jan-mai)
Exportações				
Carnes	4,3	6,2	38,8%	6,2
Açúcar	12,7	2,9	18,2%	2,9
Preparações de carne	0,8	2,4	15,3%	2,4
Ferramentas	0,7	1,1	7,2%	1,1
Leite/ovos/mel	0,3	0,9	5,6%	0,9
Preparações de cereais	0,5	0,6	3,7%	0,6
Máquinas mecânicas	1,1	0,4	2,3%	0,4
Automóveis	2,8	0,4	2,3%	0,4
Papel	0,2	0,3	1,9%	0,3
Plásticos	0,0	0,1	0,9%	0,1
Subtotal	23,4	15,4	96,1%	
Outros produtos	2,5	0,6	3,9%	
Total	25,9	16,0	100,0%	



Importações				Importações bras. originárias da RDCongo, 2012 (jan-mai)
Químicos inorgânicos	3,5	4,3	75,4%	4,3
Outros metais comuns	2,2	1,4	24,6%	1,4
Combustíveis	90,0	0,0	0,0%	0,0
Subtotal	95,8	5,8	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0	0,0%	
Total	95,8	5,8	100,0%	



Base de dados: VAREXPRD - Divisão de Relações Comerciais - comércio em dados do NTCS 3207X-4 (ce-ec)

Aviso nº 717 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

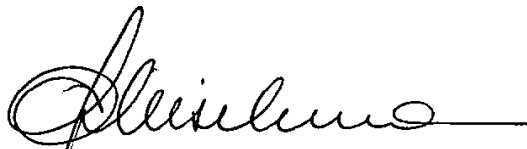
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

5

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011, da Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo - Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo*.

RELATOR: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 15, de 2011, cuja ementa está acima epigrafada.

A lei que resultar de eventual aprovação do PLS criará 100 (cem) cargos efetivos de Controlador de Tráfego Aéreo, de nível intermediário, integrantes do Grupo – Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, Código DACTA-1303.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá o exame da matéria em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas ao projeto nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, incisos V e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes às Forças Armadas, espaço aéreo e outros assuntos correlatos.

Não há como examinar a matéria – criação de cargos efetivos de controlador de tráfego aéreo – sem se fazer menção à crise no setor aéreo brasileiro, cujo estopim foi acidente com o voo 1907 da empresa GOL no ano de 2006.

Embora, desde então, muitas questões, no que diz respeito ao episódio do que ficou conhecido como “Apagão Aéreo”, não tenham sido esclarecidas, restou evidente a insuficiência de controladores de tráfego aéreo em face do significativo incremento do número de passageiros e de voos nos aeroportos brasileiros nos últimos anos. Como bem assinalado na exposição de motivos do projeto de lei ora submetido ao exame desta Comissão, *o Comando da Aeronáutica conta hoje com apenas 160 cargos dessa natureza, número que, de acordo com estudos desenvolvidos por esse órgão, é insuficiente para garantir a segurança e a eficiência do setor.*

Diante desse quadro, não temos dúvida de que a criação de cargos de controladores de tráfego aéreo é medida necessária e urgente, que deve integrar as ações do Governo Federal que visam ao preparo do País para receber grandes eventos, com destaque para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Assim, não bastam a ampliação e a reforma de nossos aeroportos, é preciso que se dê a devida atenção ao problema da escassez de recursos humanos para bem atender a demanda esperada. A aprovação do presente projeto seguramente constituirá importante passo nesse caminho.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 15, DE 2011

(nº 3.943/2008, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Comando da Aeronáutica, 100 (cem) cargos efetivos de Controlador de Tráfego Aéreo, de nível intermediário, integrantes do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, Código DACTA-1303.

Art. 2º A criação dos cargos previstos nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.943, DE 2008

Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Comando da Aeronáutica, cem cargos efetivos de Controlador de Tráfego Aéreo, de nível intermediário, integrantes do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, Código DACTA-1303.

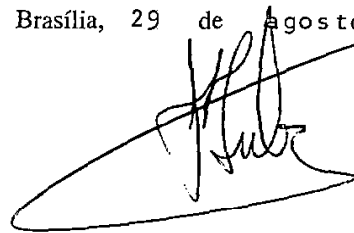
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 648, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo”.

Brasília, 29 de Agosto de 2008.



EM Interministerial nº 00103/2008/MP/MD

Brasília, 06 de junho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos do Grupo Defesa Aérea e Tráfego Aéreo de que trata o Decreto nº 75.399, de 16 de fevereiro de 1975. A proposta prevê a criação, no Comando da Aeronáutica, de 100 cargos de Controlador de Tráfego Aéreo, de nível intermediário, código DACTA-1303, destinados ao desempenho de atividades necessárias ao controle do tráfego aéreo.
2. O crescimento acelerado no movimento de passageiros nos últimos três anos, associado às dificuldades enfrentadas pelo setor em acompanhar o aumento do número de vôos que saturam o espaço aéreo brasileiro, tem gerado a vulnerabilidade do sistema, comprometendo a capacidade do setor de oferecer um serviço de acordo com os padrões de confiabilidade necessários para transmitir segurança à população.
3. Um dos fatores envolvidos nesse cenário é o número de Controladores de Tráfego Aéreo atualmente em exercício no país. O Comando da Aeronáutica conta hoje com apenas 160 cargos dessa natureza, número que, de acordo com estudos desenvolvidos por esse órgão, é insuficiente para garantir a segurança e a eficiência do setor.
4. É visando dar continuidade às muitas ações encampadas pelo Governo Federal no intuito de demover as limitações conferidas ao transporte aéreo, que elevamos à consideração de Vossa Excelência a presente proposta. A criação de novos cargos de Controlador de Tráfego Aéreo tem como objetivo primordial complementar uma força de trabalho imprescindível à eficiente prestação de um serviço de qualidade à sociedade brasileira e está plenamente em consonância com a Política Aeroespacial do Comando da Aeronáutica que visa à melhoria contínua dos índices de segurança de voo.
5. Oportuno registrar que o impacto orçamentário decorrente da criação dos referidos cargos é estimado em R\$ 5.781.506,26 (cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e seis reais e vinte e seis centavos), por exercício, incluindo gratificação natalina e adicional de férias.
6. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao exercício de 2008 será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei Orçamentária Anual - LOA-2008 (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008). Os cargos a serem criados respeitam os limites estabelecidos no Anexo V - Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal a Qualquer Título - da referida Lei.
7. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Nelson Azevedo Jobim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 05/04/2011.

6



SENADO FEDERAL

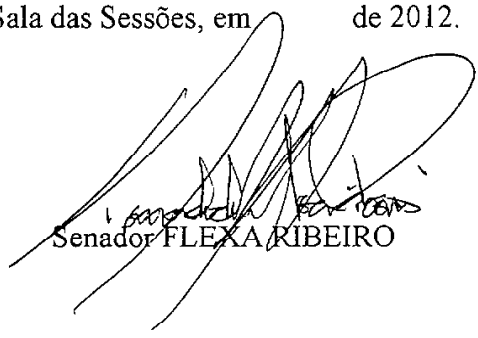
REQUERIMENTO

Nº 886, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, com ônus para esta Casa, autorização para ausentar-me do País no período de 15 a 26 de novembro de 2012 para, atendendo a convite (em anexo) do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Exmo. Senhor Li Jinzhang, chefiar uma delegação em viagem à China.

Sala das Sessões, em de 2012.


Senador FLEXA RIBEIRO

Excelência,

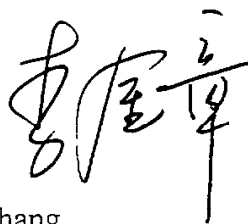
Brasília, 2 de maio de 2012

Ao apresentar meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a honra de informar o seguinte:

A Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China convida Vossa Excelência a chefiar uma delegação para visitar a China em maio do ano corrente, com vista a aumentar constantemente o conhecimento mútuo e a amizade entre os dois congressos, envidar esforços incansáveis para o desenvolvimento contínuo e aprofundado das relações bilaterais.

Estou convito de que essa visita desempenhará um papel importante na promoção do desenvolvimento das relações amistosas entre os congressos dos dois países.

Atenciosamente,



Li Jinzhang

Embaixador da República Popular da China no Brasil

À
Sua Excelência o Senhor Flexa Ribeiro
Presidente do Grupo Parlamentar Brasil China
Senado da República Federativa do Brasil
Brasília

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 18/10/2012.

7



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 893, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 55, III, da Constituição, combinado com Artigo 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do País, com ônus para essa Casa, no período de 15 a 26 de novembro do corrente ano, atendendo o convite do embaixador da República Popular da China, Exmo Senhor Li Jinzhang, participar da delegação da viagem à China, a qual será chefiada pelo Exmo Senador Flexa Ribeiro.

Sala das Sessões,

Assinatura manuscrita de Cícero Lucena em tinta azul.

Senador **CÍCERO LUCENA**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 20/10/2012.

8



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 904, DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no artigo 40 do Regimento Interno, autorização para participar de Missão Parlamentar à República Popular da China no período de 13 a 26 de novembro

Requeiro, adicionalmente, que seja justificada minha ausência aos trabalhos da Casa e nos termos do art. 39, I do mesmo Regimento Interno informo que me ausentarei do País neste período.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2012.

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 31/10/2012.

9



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 905, DE 2012

Nos termos do art. 55, III da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, **requero** a Vossa Excelência, autorização para ausentar-me do País no **período de 15 a 26 de novembro de 2012** para, atendendo a convite (em anexo) do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Exmo Senhor Li Jinzhang, integrar como membro a delegação em viagem àquele País.

Sala das Sessões, em

de 2012.

Assinatura manuscrita de Jarbas Vasconcelos.

JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 31/10/2012.

10



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 911, DE 2012

Waldemir Moka
2º Vice-Presidente

Senhor Presidente

Requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar a Missão Parlamentar à República Popular da China, com ônus para esta Casa.

Brasília, em 31 de outubro de 2012.


CASILDO MALDANER
Senador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 1º/11/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:15178/2012

11



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 921, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência, com ônus para esta Casa, autorização para ausentar-me do País no período de 14 a 26 de novembro de 2012 para, atendendo a convite (em anexo) do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Exmº Sr. Li Jinzhang, participar da delegação em viagem à China, chefiada pelo Exmº Senador Flexa Ribeiro.

Sala das Sessões, de outubro de 2012.

Assinatura manuscrita de Senador Lobão Filho.

Senador Lobão Filho

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 1º/11/2012.

12

REQUERIMENTO Nº, DE 2012 (CRE)

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, com a participação dos membros da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, a fim de que sejam apresentados os projetos estratégicos e estruturantes de interesse da Força Aérea Brasileira.

O Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção de uma instituição e de sua missão no ambiente em que ela está atuando.

Tal planejamento está relacionado com os objetivos estratégicos, de médio e longo prazos, que afetam a direção ou a viabilidade da instituição. É preciso que, no processo de planejamento estratégico, todos os planos da instituição sejam elaborados de maneira integrada e articulada.

O Comando da Aeronáutica conduz Programas de Desenvolvimento de Aeronaves e Artefatos Militares, no campo da tecnologia aeroespacial, de interesse do Estado. Tais Programas, além de desenvolverem a indústria nacional, geram centenas de empregos diretos de alta qualificação e milhares de postos de trabalho indiretos.

Assim sendo, solicitamos a realização de audiência pública para melhor conhecermos os projetos estratégicos e estruturantes da Força Aérea Brasileira que estão em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa e com o Orçamento Anual para 2013.

Sugiro que seja convidado para este debate, o Excelentíssimo Senhor Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito.

Sala das Comissões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

CIRO NOGUEIRA
Senador da República

13

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(Do Senador TOMÁS CORREIA)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores
Senador FERNANDO COLLOR,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência que seja encaminhada, por esta Comissão, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Gleisi Helena Hoffmann, sugestão no sentido de alterar o art. 38, inciso I, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, tendo em vista aumentar o prazo de validade de 5 (cinco) anos para 10 (dez) anos do passaporte brasileiro.

JUSTIFICATIVA

Em 2006, foi publicado pela Presidência da República o Decreto nº 5.978, que “*dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996*”.

O art. 38 do referido Decreto estabelece que o prazo máximo de validade dos passaportes diplomático, oficial e comum será de 5 anos.

Atualmente, muitos países emitem passaportes e vistos com o prazo de validade de 10 anos. Citamos, por exemplo, os casos do visto e passaporte americano, os passaportes alemães e italianos, entre outros, que possuem o prazo decenal de validade. Assim, tornou-se comum as pessoas terem que viajar com dois passaportes apensados, o que causa, não raras vezes, enormes transtornos, principalmente no ato da imigração.

Não resta dúvida de que o prazo do nosso passaporte precisa ser ampliado, indo ao encontro do prazo que vem sendo adotado por outros países.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nossos ilustres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 2012.

Senador TOMÁS CORREIA